



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA



Projeto Político Pedagógico

Escola Classe 121 de Samambaia

Ano/2022

O longo voo das aves, desde o gelado Canadá
ao calor do Brasil, ultrapassa todas as
dificuldades, porque as aves “sabem” o seu destino.

Danilo Gandin

Dados da Unidade Escolar	4
Apresentação	5
1. HISTÓRICO.....	7
2 DIAGNÓSTICO	18
3 <i>Recursos Materiais, Recursos Humanos e Espaços Pedagógicos.</i>	28
4 Indicadores de Qualidade Pedagógica	30
5 A função social da escola.....	34
6 Princípios.....	34
7 Missão	35
8 Organização do trabalho pedagógico – OTP:.....	38
11 Estratégias de valorização e Formação Continuada dos Profissionais da Educação:.....	44
12 Metodologias de Ensino Adotadas – Alfabetização.....	45
13 Outros Profissionais	48
14 Estratégias de Intervenções Pedagógicas.....	65
15 Educação Inclusiva.....	67
17 Conselho de Classe.....	74
18 Órgãos Colegiados	74
19 Plano de Ação	79
22 Projetos	89
Referências	103
Anexos	105

Dados da Escola**Escola Classe 121 de Samambaia****Endereço:** QR 121 Área Especial Lote 01 Samambaia Sul/DF

CEP: 72301-801

Inep: 53009088**Telefone:** 3901 7743**Diretora:** Elaine de Moraes Rodrigues**Vice-Diretora:** Priscila da Silva Araújo**Supervisora:** Lucilene Silva Almeida Pereira**Secretário Escolar:** Luiz Claudio Gonçalves da Silva Graciano**Email:** ec121.samambaia@edu.se.df.gov.br

Apresentação: Projeto Político Pedagógico: Significados e representações

“A representação social é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a atividade física esocial, inserem-se num grupo ou numa realização cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação” (MOSCOVICI, 1978, p.28).

O ato de planejar requer a compreensão de suas finalidades, dar-se conta da realidade existente e de onde se almeja chegar, esta premissa suscita dois pontos fundamentais, desencadeadores do planejamento: os problemas existentes e a esperança. “Só planejam as pessoas, os grupos e as instituições que têm esperança e que tem problemas” (Gandin, 1994, p.43). Assim, para dar continuidade à construção do projeto político pedagógico da Escola Classe 121 buscamos compreender as percepções, juízos de valores, e representações que indivíduos trazem consigo, as esperanças e os problemas que repercutem na coletividade. Para isso tornou-se indispensável compreender:

- A situação global, inclusive caracterizada pela pandemia do Covid 19
- A realidade específica da instituição
- Pontos frágeis relacionados à comunidade escolar como um todo e à realidade específica da escola
- Potencialidades relacionadas à comunidade escolar como um todo e à realidade específica da escola
- Aspectos culturais
- Desejos
- Necessidades e
- Possibilidades

Neste sentido, partimos da realidade existente para a realidade possível, desejada, necessária, Veiga (2002) ressalta que *“planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente”*. É nesse sentido que ocorre a ruptura com o planejamento meramente burocrático, ele passa a ser, sobretudo, um processo científico, intencional, repleto de significados. Nesta perspectiva, Libâneo (1994, p. 222) colabora afirmando que

“A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas”.

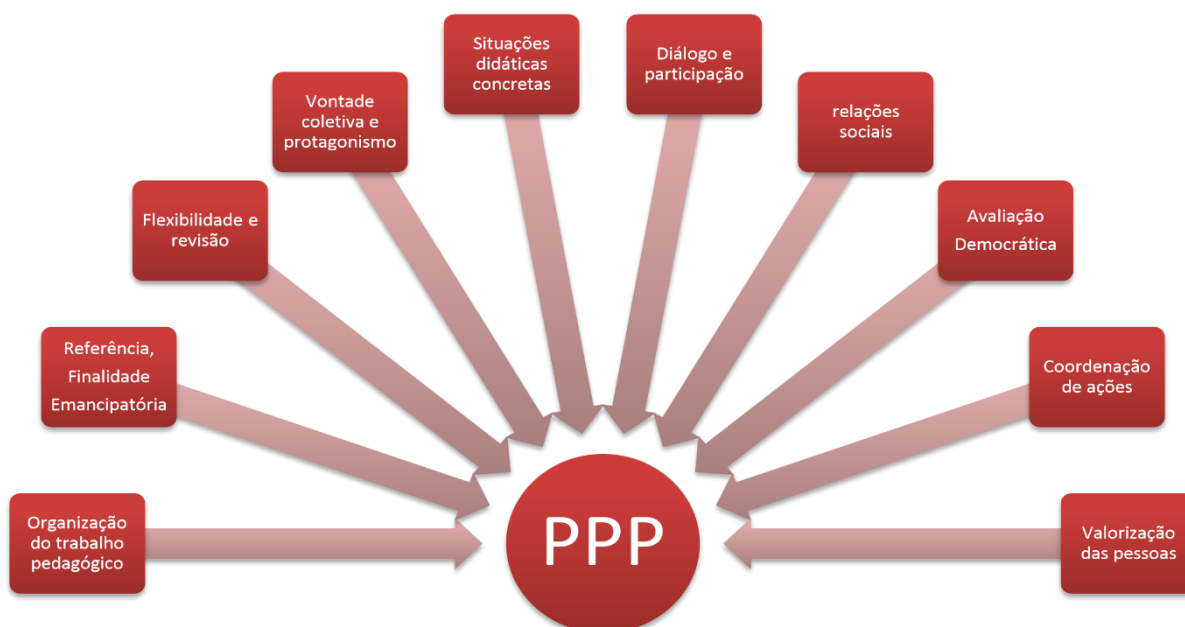
O planejamento educacional, tomado a partir do Projeto Político Pedagógico, tem em seu cerne mais do que o planejamento operacional. Buscamos o cuidado de que a formulação do projeto escolar não representasse apenas um planejamento de execução, desta maneira, o ato de planejar exige reflexão, estudo, debate, organização prévia, constância e articulação e, isto representa grande desafio diante do cotidiano escolar, tomado pela

realidade imediata, pela relação direta com estudantes e pela emergência em fazer de pronto.

Se por um lado o planejamento operacional responde a uma realidade imediata, com foco no curto prazo e na parcialidade, resultando em ações dispersas, por outro, o projeto político pedagógico é imbuído de um compromisso sociopolítico, isto porque, não existe para uma mera tarefa formal ou operacional, mas para tornar-se um processo de identificação, para ser referência na formação de cidadãos, eis aí sua dimensão política, trata-se da escolha, do compromisso assumido por todos os que compõem a coletividade, e isto se realiza na dimensão pedagógica, também inerente à escola. “Político e pedagógico têm, assim, uma significação indissociável” (Veiga, 2002).

Desta forma, a intenção dos sujeitos, expressa na identidade coletiva da escola, registrada em seu Projeto Político Pedagógico, deve perpassar pelo entendimento do que vem a ser esse projeto, que sentido lhe atribuímos, qual é sua importância para a tarefa educativa. Certamente se trata de pensarmos nos rumos que daremos ao nosso trabalho, e esta necessidade se torna cada vez mais imprescindível diante da realidade de que somos parte de relações sociais nas quais tudo o que fazemos sofre influência das políticas econômicas, sociais, da realidade cultural e de fatores históricos.

Superando uma perspectiva ingênua destas influências sabemos o quanto estes fatores podem contribuir para a manutenção da divisão de classes e do status quo, todavia, um processo consciente de planejamento educativo, que vise à promoção da igualdade de oportunidades e de qualidade de educação para todos, que aborde a problemática social, econômica, política e cultural, podem contribuir para a superação das contradições desta sociedade. Assim, refletindo sobre os significados do Projeto Político Pedagógico, categorizamos as seguintes palavras-chave que podem representar o que pensamos acerca deste projeto:



As representações acerca do Projeto Político Pedagógico nos levam à crença de que este deve ser permanentemente conhecido, construído, revisto, debatido e refletido por todos da comunidade escolar, necessita de sentimento de pertença, de integração, deve exercitar-se fundamentado no movimento dialético que repercute em sua prática-teoria-prática.

1. Histórico

Inicialmente, o processo de construção do Projeto Político Pedagógico buscou seguir a organização contida na Orientação Pedagógica da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em que se propõe a composição da Comissão Organizadora da Construção Coletiva.

De acordo com a Orientação, esta comissão deve ser composta pela Equipe Gestora, Coordenadoras Pedagógicas, Orientadores Educacionais, integrante da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos, Carreira Assistência à Educação e outros profissionais da escola indicados pelo grupo. A partir de um cronograma prévio, os membros desta comissão devem articular discussões, levantamento de dados, reuniões, estudos, encaminhamentos, entre outros, a fim de que todo o trabalho seja símbolo da conquista e do fortalecimento da identidade da escola.

Assim, após análise desta proposta em coordenação coletiva, ficaram estabelecidos os seguintes representantes a partir de iniciativa própria, com aprovação do grupo:

Função	Nome
Diretora	Elaine
Vice-diretor	Alexandre
Professor	Rogério
Professor	Lúcio
Coordenadora	Lucilene
Carreira Assistência	Ana Paula
Conselho Escolar	Juliana Nobre
SOE	Maria Cleudes
SEAA (Psicóloga)	Liliane

Nesta mesma reunião, ficou acordado que a comissão se reuniria às quintas-feiras para elaboração da proposta de trabalho, com participação nas coordenações coletivas às quartas-feiras, nas reuniões com estudantes e seus responsáveis e nas reuniões de conselhos de classe e conselho escolar, para articulação com todos os membros da escola. Ficaram definidas as seguintes prioridades:

- Estudo da Orientação Pedagógica: PPP e coordenação nas escolas da SUBEB/SEDF
- Estudo do Currículo em Movimento da SEDF
- Estudo das Diretrizes de Avaliação da SEDF
- Estudos de teóricos
- Formulação e análise do Diagnóstico
- Revisão da proposta de projetos da escola
- Organização do planejamento anual, com foco na organização por bimestres,

observando a flexibilidade de tempos.

- Construção coletiva do plano de ação por segmentos e plano de ação a partir do diagnóstico das necessidades gerais da escola.
- Planejamento da avaliação (pressupostos teóricos e instrumentos)
- Implementação da Gestão Democrática (estratégias, avaliação).
Planejamento coletivo de reuniões com a comunidade escolar (intervenções e registro).
- Validação das propostas (acréscimos ou supressões).
- Sistematização do Projeto Político Pedagógico

É preciso reiterar que as dificuldades enfrentadas em âmbito escolar decorrentes da falta de supervisores pedagógicos e administrativos, ocasionados pela não nomeação dos mesmos e, a falta de mais dois coordenadores pedagógicos no quadro de pessoal, somado ao início das atividades da Educação Integral, sobrecarregou demasiadamente a equipe, prejudicando a articulação e realização dos trabalhos da Comissão. Devido a isso, em alguns momentos foi impossível a realização dos trabalhos como proposto. Como alternativa, foi aproveitado o tempo da coordenação coletiva para o planejamento participativo, bem como outras reuniões com a comunidade e colegiados, mesmo assim, o registro sintetizado no documento do Projeto Político Pedagógico só veio a ser construído com imensa dificuldade de ajuste do tempo, posteriormente as ações realizadas, mesmo assim, reunimos todos os esforços para que houvesse total coerência com a realidade da escola.

Também ressaltamos que, embora a constituição da comissão tenha ocorrido no ano de 2014, parte do diagnóstico contido neste trabalho já havia iniciado no final do ano de 2013, fruto do trabalho coletivo realizado com empenho de professores, estudantes, comunidade e demais profissionais.

Metodologia, Técnicas e instrumentos:

O trabalho de planejamento e construção do projeto político-pedagógico privilegiou formas de discussões em grupos, dada a perspectiva de reunir pessoas para coletar dados a partir do diálogo e do debate, o objetivo é, para, além disso, buscar o encorajamento de todos para se colocarem, trocarem experiências e gerar sentimento de pertença e trabalho coletivo. Assim, optou-se pela *técnica de grupo focal, grupo de discussão e exposição participativa* para viabilizar o planejamento. Por um lado, o grupo focal, diferente da perspectiva de entrevista estruturada, cria um ambiente mais acolhedor e informal, possibilitando que todos os participantes possam expressar opiniões e sentimentos de modo mais espontâneo e interativo, complementarmente, no grupo de discussão há uma organização por agrupamentos realizados em torno de temáticas constituídas de objetivos específicos, as discussões seguem até ocorrer o consenso.

No grupo de discussão, as informações recolhidas desvendam e dá a conhecer os aspectos internos da problemática em debate através da riqueza das subjetividades partilhadas e assimiladas pelo grupo, num ambiente onde a autonomia, a liberdade e a reflexão crítica permitem ajustar, articular e integrar perspectivas individuais e coletivas num vaivém constante que se estabelece entre os diferentes membros do grupo (ORTEGA, 2005).

As técnicas em uso são relevantes, tendo em vista as situações revestidas de complexidade como as vivenciadas na escola. As diferenças fundamentais entre o grupo focal e o grupo de discussão se expressa basicamente nos seguintes fatos: No grupo focal não há interesse no consenso, o objetivo é produzir debates, o mediador intervém mais e planeja um roteiro

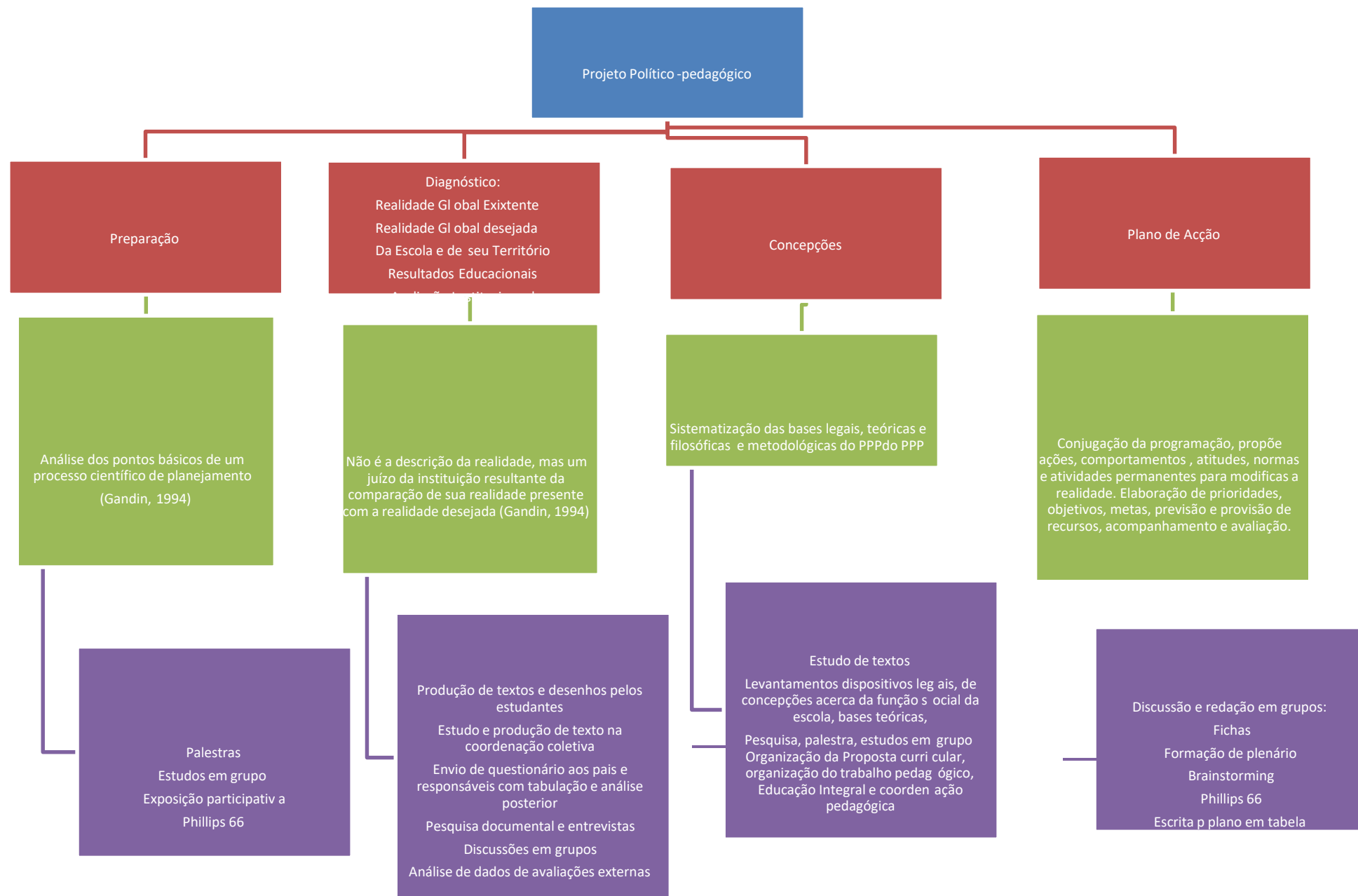
com questões, já no grupo de discussões, como afirmado, há a preocupação com o consenso, o preceptor, como é nomeada a pessoa que medeia, intervém menos, não fomenta novas questões, apenas busca aprofundar as informações, sua postura é, sobretudo, de escuta e possíveis intervenções para não deixar que a discussão cesse sem cumprir os objetivos.

Para a recolhimento de dados, utilizamos anotações de aspectos relevantes levantados durante a coordenação coletiva, dados estatísticos tabulados em gráficos, aplicação de questionário, análise de documentos arquivados na secretaria, produção de desenho e textos de estudantes, relatórios e registros diversos de conversas, atas de reuniões feitas com a comunidade escolar, documentos produzidos a partir de fóruns de desempenho, avaliação institucional, etc.

Pretendendo construir o planejamento numa perspectiva democrática-participativa, fomentando sentido reflexivo, crítico, coordenado, flexível e objetivo, sem tolher a criatividade, a possibilidade de inovação e negociação, optou-se pelas seguintes etapas desencadeadoras do processo de planejamento:

Etapas	Período de realização
Preparação	Nov. Dez/2013 - Fev/2014
Diagnóstico	Nov. Dez/2013 – Fev. Mar/2014
Definição das Concepções	Abr. Maio/2014 com revisão periódica
Elaboração do Plano de ação	Fev. Mar. Abr. Maio/2014 com revisão periódica

As fases, acompanhadas de sua definição, instrumentos e técnicas de viabilidade estão d escritas no organograma da página seguinte.



1.1 Constituição Histórica



Reunimo-nos durante a coordenação pedagógica, ao final do ano letivo de 2013, com o intuito de estudar aspectos do planejamento, a fim de que isso favorecesse a motivação para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PPP. Nesta fase buscamos:

- Caracterização do tipo de planejamento ao qual iríamos nos empenhar
- O planejamento como um processo de transformação da realidade
- O esquema básico do processo de planejamento

Técnicas utilizadas:

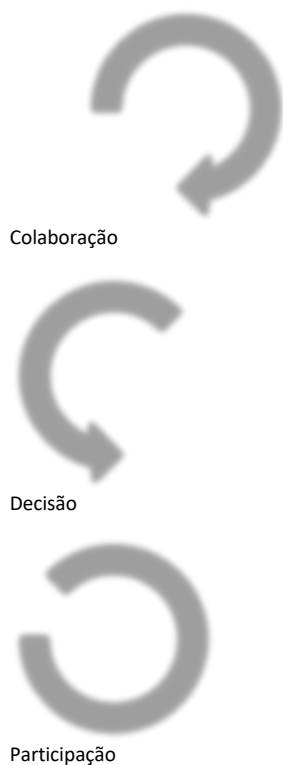
- Trabalhos em grupo com 6 pessoas com apresentação do relator (Phillips 66)
- Exposição participativa
- Palestras feitas pelos profissionais da escola (coordenação e direção)

Consensos:

Preferência pelo planejamento participativo numa perspectiva científica, tendo as seguintes referências:

- Planejar anual e bimestralmente as ações, sendo revistas sempre que necessário.
- Os demais planejamentos, tais como: de ensino, de aula e de ação por segmento, irão se conectar ao proposto no planejamento anual e bimestral, estabelecidos coletivamente.
- Utilizar diversos mecanismos de participação, como: discussão em grupos, reuniões com colegiados, formulação de atas, questionários, etc., visando incentivar a participação e diversidade de opiniões;
- Submeter as propostas de planejamento ao coletivo da escola, buscando realizar este momento, preferencialmente durante as coordenações pedagógicas e em demais reuniões com a comunidade escolar.
- Buscar integração entre os diversos segmentos.
- Estabelecer como articuladora do planejamento participativo a Comissão Organizadora do Trabalho Coletivo e, na impossibilidade de sua atuação, a vice-direção e coordenação pedagógica da escola.
- Instituir um processo de audiência pública por intermédio das reuniões de avaliação institucional, preestabelecidas no calendário escolar das escolas públicas do DF e em outros momentos possíveis.

Atualmente a participação assume diversas conotações e seu conceito é fruto de compreensões divergentes, para definirmos a ideia central, base da proposta de elaboração deste Projeto Político Pedagógico, ressaltamos diferenças entre os seguintes processos que integram o planejamento institucional:



De acordo com Danilo Gandin (1994, p. 57) “a construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas, independentemente dessas diferenças menores e fundamentadas na igualdade real entre elas”. Desta forma define aspectos da colaboração, decisão e participação, visando minimizar equívocos no processo de planejamento:

Nível 1: Colaboração: É o nível mais frequente, é o nível em que a “autoridade” chama as pessoas a trazerem sua contribuição para o alcance do que esta mesma autoridade decidiu. As pessoas devem participar com seu trabalho, seu apoio, ou pelo menos com seu silêncio, para que as decisões dessa “autoridade” tenham resultado e o status quo não seja rompido.

Nível 2: Decisão: Vai além da colaboração e tem uma aparência democrática mais acentuada, o “chefe” decide que todos vão “decidir”, leva então algumas questões a um grande plenário ou a alguns grupos e manda que todos decidam. A decisão se realiza como escolha entre alternativas, isso diminui a força transformadora.

Nível 3: Participação: Fundamentado na igualdade real entre as pessoas. Aí se pode construir um processo de planejamento em que todos, com seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizem os problemas, suas ideias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, propostas e ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado.

Vale ressaltar que os níveis da colaboração e da decisão, conforme descritos por Gandin (1994), podem estar presentes em momentos específicos da trajetória escolar, todavia, não são referência para fundamentar as bases do planejamento educacional, desta forma optamos pela dinâmica do Planejamento Participativo para referenciar este Projeto Político Pedagógico.

1.2 Caracterização Física

A Escola Classe 121 de Samambaia – DF possui uma área de 3.857,28 m² construída, sendo estruturado o seu espaço da seguinte forma:

- 19 salas de aula;
- 01 sala de vídeo;
- 01 sala de leitura;
- 02 salas de recursos
- 01 sala de Servidores;
- 01 sala de Professores;
- 01 sala de coordenação;
- 01 sala de recuperação paralela;
- 01 Sala de Orientação Educacional
- 01 mecanografia
- 01 laboratório de artes/ciências;
- 01 laboratório de informática (Sala de reuniões)

- 01 cantina;
- 01 guarita
- pátio
- banheiros: professores, servidores, alunos , ANEE
- parquinho
- quadra
- secretaria
- direção
- depósito de material de limpeza
- depósito de lixo
- depósito de material de papelaria
- lavatórios na entrada da escola para higienização das mãos, para atendimento às orientações sanitárias da Organização Mundial da Saúde – OMS- em combate ao COVID 19;
- lavatórios no Bloco A próximo ao parquinho para higienização das mãos, para atendimento às orientações sanitárias da Organização Mundial da Saúde – OMS- em combate ao COVID 19.

Fotos construção da escola fevereiro a dezembro de 2013







1.3 Dados de Identificação da Instituição

A escola classe 121 de Samambaia é uma instituição de ensino pública que preza pela qualidade da educação ofertada, foi inaugurada aos 11 dias do mês de abril de 1990, iniciando seu primeiro ano letivo 5 dias após, precisamente no dia 16 de abril do ano citado.

A escola está localizada na cidade satélite de Samambaia-DF, no endereço QR 121 Área Especial Lote 01, CEP 72301-801, telefone 3901 7743. Instalada inicialmente como escola provisória em decorrência da necessidade de escolarização das famílias remanejadas para a área, a escola funcionou por 22 anos com estrutura precária, as paredes haviam sido erguidas com blocos pré-moldados, deteriorados pelo tempo, não dispunha de quadra de esportes, parquinho e laboratório de informática. No dia 17 de agosto de 2012 a escola foi remanejada para um galpão, em condições ainda mais desfavoráveis, a justificativa era a desocupação das antigas instalações para iniciar a obra de reconstrução da escola. A reconstrução teve como propulsor as inúmeras manifestações da comunidade na exigência de seus direitos, inclusive na mídia local. A nova estrutura foi nos entregue no início do ano letivo de 2014, tendo sua inauguração oficial no dia 26 de março do referido ano.

2 Diagnóstico:

a) Realidade Global Existente X Realidade Global desejada

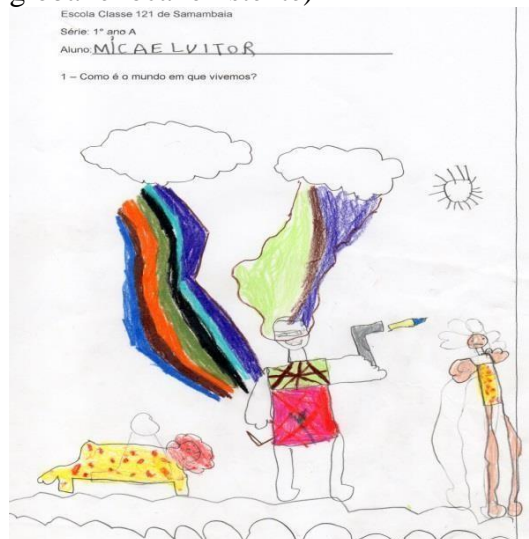
“O mundo de hoje está cheio de violência, uso de drogas, destruição do meio ambiente, poluição, desrespeito às leis de trânsito, pouca valorização da vida e dificuldade para conseguir trabalho. É um mundo com uma grande facilidade de se comunicar, pois a maioria das pessoas tem a seu dispor telefonia celular, internet, TV a cabo, etc. Queremos um mundo diferente, onde as pessoas respeitem uns aos outros e a vida não seja arrancada de ninguém, onde todos cuidem do planeta como seu lar, onde os membros das famílias possam ter um trabalho, as escolas tenham melhor estrutura e um ensino de qualidade. Para ajudar na construção desse mundo melhor a escola precisa estar trabalhando junto com a comunidade, trabalhando valores como o respeito aos colegas e funcionários, ensinando a cuidar do ambiente escolar e a valorizar o meio ambiente. Outro ponto importante é o incentivo à valorização da vida com projetos que mostrem o perigo das drogas e a importância de uma alimentação saudável e de uma boa higiene. Também é bom quando a escola tem móveis novos, um parquinho cheio de brinquedos, uma quadra de esportes, uma biblioteca, sala de vídeo e sala de informática.”

Produção de texto dos estudantes do 3º ano A/2013, com reescrita coletiva.

O texto produzido pelos estudantes do 3º ano do ensino fundamental faz parte do trabalho de diagnóstico realizado a partir do final do ano de 2013 com vistas à elaboração do projeto institucional de 2014. Queríamos entender as circunstâncias de vida secular dos estudantes, bem como as expectativas que possuíam. Assim, tratamos de investigar as percepções que tinham da realidade social, econômica, política cultural que lhes é inerente, não apenas do entendimento da realidade global existente, mas do que almejam para si e para a coletividade diante dos fatos, ou seja, tratando da realidade desejada, tendo como foco as expectativas em relação à escola.

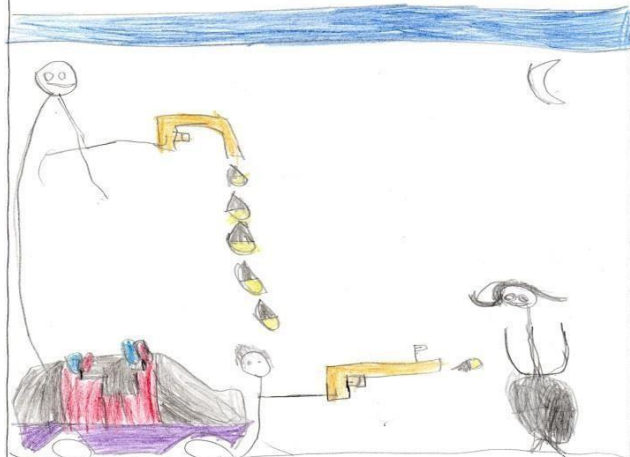
A dinâmica foi realizada com todos os estudantes, desde o 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A orientação foi que expressassem por meio de textos ou desenhos as respostas a três questões descritas a seguir, já acompanhadas de alguns dos achados:

1. Como é o mundo em que vivemos? (Entendendo “mundo” como a realidade global e local existente)



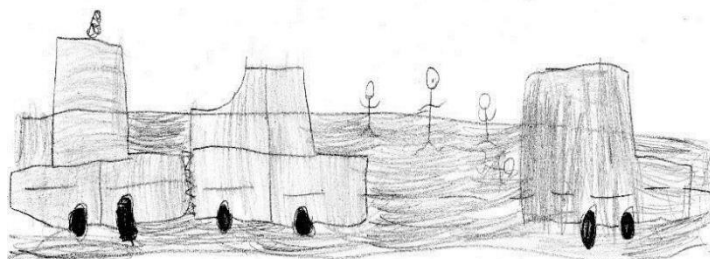
Escola Classe 121 de Samambaia
Série: 1º ano A
Aluno: TALLIS TONÉ

1 - Como é o mundo em que vivemos?



TEM MUITOS ACIDENTES NO TRÁNSITO
E VIOLÊNCIA

CHRISTIAN



MARCO

ESTA ACONTECENDO MUITOS ROUBOS



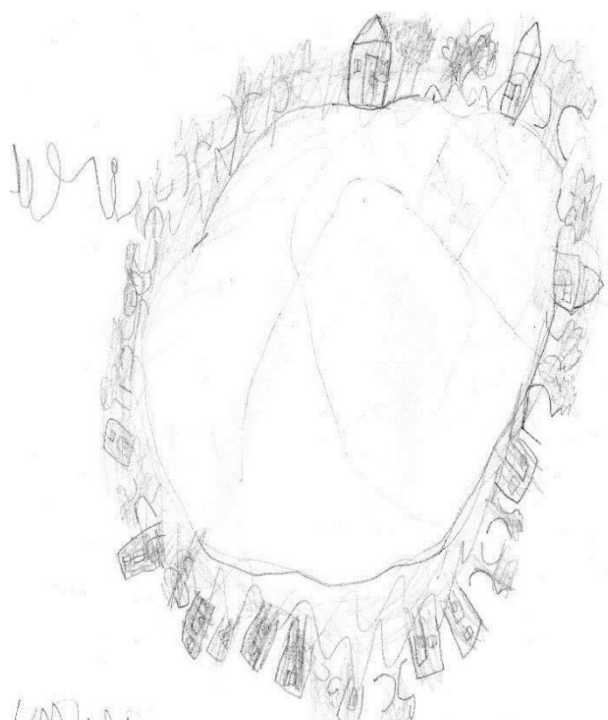
FALTA DE MEDICINA E DOENÇAS



2. Como é o mundo que queremos? (Expressando aqui a utopia social)



O MUNDO COM PESSOAS FELIZES
RODRIGO

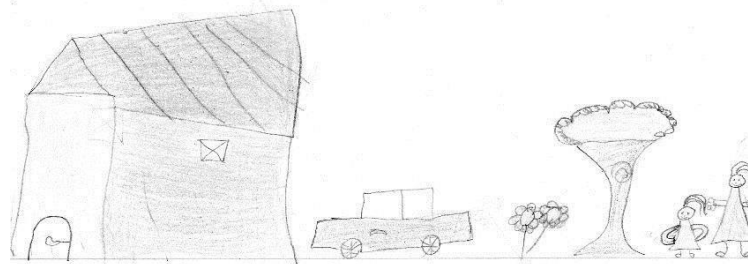


UM MUNDO SEM ASSAULTO



3. Como a escola pode nos ajudar a construir uma realidade melhor?





DEIXAR AS CRIANÇAS EDUCADAS

EVERTON



OLA TEM QUE TIRAR AS CRIANÇAS DA RI





Os desenhos acima foram feitos por estudantes do 1º ano turma A, do 2º ano C e do 2º ano D/2013, todos os educandos da escola realizaram suas produções. A seguir algumas considerações levantadas na coordenação coletiva como análise do diagnóstico:

- Surpreendemo-nos com a reprodução da violência armada, física e verbal manifestadas pelas crianças.
- Expressões relacionadas ao uso de drogas foram recorrentes.
- As crianças compreendem a dinâmica do mundo contemporâneo, dotado de maiores possibilidades de comunicação e versatilidade.
- Os estudantes, embora muito novos em idade, reproduziram problemas sociais vivenciados, compreendem a precariedade dos serviços públicos, tais como, a falta de médicos, problemas de infraestrutura da escola e necessidades de recursos.
- Foi significativa a relevância de problemas relacionados ao meio ambiente.
- As expectativas de “mundo que queremos” aproximaram o conceito de felicidade à solução dos problemas relatados a partir da realidade de vida das crianças, ou seja, ter médicos em número suficiente nos hospitais, não haver assaltos, etc.
- Para a maioria dos estudantes a escola representa a possibilidade de melhoria da condição de vida, é através dela que podem obter “uma profissão e comprar uma casa”. Há também significados relacionados à proteção da integridade ocasionada pelo tempo de permanência na escola, “a escola ajuda a tirar crianças da rua”.
- Foi significativo o papel da escola na possibilidade de aprendizagem de atitudes favoráveis à convivência social, tais como: “não brigar”, “cuidar do meio ambiente”, “ser educado”, “aprender a respeitar a vida”.

2.2. Características sociais, econômicas e culturais da comunidade.

Samambaia foi criada no dia 25 de outubro de 1989, para assentar famílias oriundas de invasões e fundos de quintal, vindas de diversas partes do país para o Distrito Federal. Com a oficialização, através da lei 49 e decreto 11.291, se tornou a 12ª Região Administrativa do Distrito Federal – RA XII/DF, e passou a ser urbanizada.

O projeto urbanístico foi elaborado 11 anos antes, em 1978, pelo Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT implementado em 1982. Os primeiros lotes na cidade foram vendidos na quadra 406 e no Setor de Mansões Leste (hoje Taguatinga). Já em 1985, os primeiros moradores começaram a viver na cidade.

Três anos após as primeiras ocupações, foram construídas 3.381 casas destinadas a famílias de baixa renda, principalmente de funcionários públicos. A casa própria foi adquirida com o apoio do Sistema Habitacional de Interesse Social – SHIS mediante financiamento do Banco Nacional.

A partir de 1989 a cidade passou a receber muitas famílias em busca do seu 'lugar ao sol'. Hoje Samambaia figura entre as cidades que mais crescem no Distrito Federal e no Brasil, de olho no desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

Dados coletados e analisados em 2022 pelo o InfoDF portal desenvolvido pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), tem por objetivo organizar, de forma sistêmica, os dados estatísticos gerados nos órgãos do GDF por meio do Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal, modificado pelo decreto nº 39.993, de 06 de agosto de 2019. Tal dados avaliam as estatísticas da Regional de Samambaia com uma população 231,972. Dados avaliados no que diz respeito aos índices de vulnerabilidade social são avaliados em cinco indicadores (D1- Dimensão infraestrutura e ambiência urbana - DIAUA, D2 - Dimensão Capital Humana - DCH, D3- Dimensão renda e trabalho - DRT, D4 - Dimensão Habitacional - DH) nesse quesito, índice está 0,38. A renda domiciliar per capita ficou em R\$997 nas famílias avaliadas. No que tange a infraestrutura e ambiência tal avaliação ficou em 0,22, reunindo indicadores relacionados aos domicílios e seus entornos e à modalidade. Os indicadores incluídos impactam significativamente sua qualidade de vida da população. Os indicadores dessa dimensão são: acesso a saneamento básico, tempo de deslocamento, condição viária, condição da calçada e ambiência urbana. Na dimensão capital humano possui indicadores que determinam à condição de educação dos moradores e outros aspectos de vulnerabilidade a trajetória de vida, a gravidez na

adolescência e os jovens que nem estudam e nem trabalham. Os aspectos avaliados nessa dimensão estão em 0,49 da população avaliada e incluem crianças de 0 a 3 anos fora da escola, pessoas de 4 a 14 anos fora da escola, mulheres de 14 a 17 anos que tiveram filhos, taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais, pessoas com até 14 anos vivendo em domicílio em que nenhum membro tem ensino fundamental completo, pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham e pessoas de 19 a 25 anos que não concluíram o ensino médio. Na dimensão renda e trabalho apresenta um quadro amplo sobre a inclusão precária e/ou inadequada no mercado de trabalho os índices avaliados está em 0,54. O conjunto de seus indicadores abordam, ainda, a insuficiência de renda das famílias e a diferença de renda entre homens e mulheres chefes de família. Dentro dessa dimensão foram avaliadas pessoas com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário-mínimo, desalento da população com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário-mínimo e diferença em renda em domicílios chefiados por mulheres e por homem.

A dimensão habitação reflete as condições habitacionais da população de Samambaia. Seus indicadores evidenciam a necessidade de provimento de moradia e a situação de inadequação domiciliar, diretamente relacionada à qualidade de vida de seus moradores avaliando precariedade habitacional, adensamento domiciliar excessivo, coabitação familiar em domicílio alugado e lote não regularizado ficando em 0,27 sobre a população avaliada.

3 Recursos Materiais, Recursos Humanos e Espaços Pedagógicos

3.1 Recursos Materiais :

- 05 computadores
- 01 notebook
- 07 impressoras
- 100 jogos pedagógicos
- 200 livros de leitura
- 20 Mapas
- 167 banner`s pedagógicos
- 01 globo
- 12 Estantes
- 02 Data Show
- 02 Smart TV
- Acesso à Internet
- Materiais Esportivos
- 650 Carteiras
- 650 Cadeiras
- 02 Duplicadoras
- 38 Armários

Total de alunos: Aproximadamente 623

Quantitativo de turmas: 32

- 1º ciclo / educação infantil
 - 02 turmas de 1º período
 - 05 turmas de 2º período
- 2º ciclo bloco I - Bloco Inicial de Alfabetização – BIA
 - 05 turmas de 1º ano
 - 05 turmas de 2º ano

- 06 turmas de 3º ano
- 2º ciclo bloco II
 - 02 turmas de 4º ano
 - 06 turmas de 5º ano
- Classe Especial
 - 01 turma

Total de funcionários: 65

- 34 professores
- 03 coordenadores
- 04 merendeiras terceirizadas
- 02 secretários escolares
- 01 orientadora
- 01 pedagoga
- 01 Psicóloga
- 04 vigilantes terceirizados
- 02 agentes de Gestão Escolar
- 09 servidores de conservação e limpeza terceirizados
- Diretora
- Vice-diretora
- Supervisora pedagógica
- 01 apoio pedagógico

Espaços Pedagógicos :

- 01 Parquinho
- 01 Quadra Esportiva
- 01 Sala de Educação Psicomotora
- 01 Sala de Vídeo
- 01 Sala Leitura
- 01 Laboratório de Ciências Artes
- 01 Jardim

4 Indicadores de Qualidade Pedagógica

Resultado IDEB 2019

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
A A A

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: UF:

Município: Nome da Escola:

Rede de ensino: Série / Ano:

4ª série / 5º ano 8ª série / 9º ano 3ª série EM

Escola	Ideb Observado									Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EC 121 DE SAMAMBAIA	4,2	4,9	5,3	4,9	5,2	5,4	5,7	5,5		4,2	4,6	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3

Obs:
 * Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 ** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
 *** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.
 Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Pesquisar Novamente

Atualizado em 15/09/2020

Copyright MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Fonte: <http://idebescola.inep.gov.br>

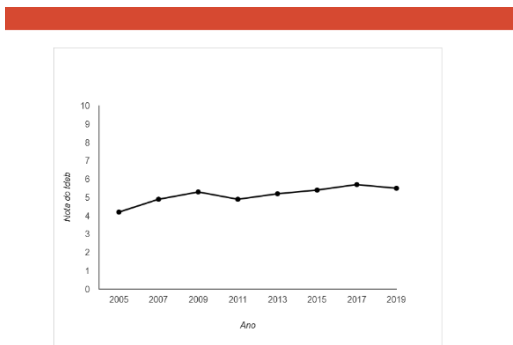
Anos iniciais do ensino fundamental

Ano	Taxa de Aprovação						Saeb				N
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	P	Matemática		Língua Portuguesa		
							Proficiência Média	Proficiência Padronizada	Proficiência Média	Proficiência Padronizada	
2005	—	84,8	89,4	91,4	95,7	0,90	184,1	4,7	173,9	4,5	4,64
2007	97,2	98,0	85,5	92,5	91,7	0,91	209,5	5,7	190,5	5,1	5,43
2009	98,8	96,9	91,2	96,0	93,2	0,95	218,8	6,1	188,4	5,1	5,56
2011	96,3	96,9	83,1	90,7	92,1	0,92	206,3	5,8	191,5	5,2	5,38
2013	94,4	100,0	79,2	98,4	85,2	0,91	218,4	6,0	198,8	5,4	5,75
2015	100,0	98,5	88,2	98,8	87,9	0,94	213,8	5,9	200,9	5,5	5,70
2017	100,0	100,0	83,2	100,0	93,4	0,95	223,9	6,3	204,9	5,7	5,96
2019	98,7	100,0	87,7	100,0	86,7	0,94	217,7	6,0	207,3	5,8	5,89

Fonte: <http://idebescola.inep.gov.br>

Ideb		
Ano	Meta	Valor
2005		4,2
2007	4,2	4,9
2009	4,6	5,3
2011	5,0	4,9
2013	5,3	5,2
2015	5,5	5,4
2017	5,8	5,7
2019	6,1	5,5

■ Acima ou igual à meta
■ Abaixo da meta



Fonte: <http://idebescola.inep.gov.br>

Resultados SAEB 2019

De acordo com os resultados do Saeb 2019, 100,00% das escolas públicas da CRE SAMAMBAIA tem seus resultados finais divulgados para os Anos Iniciais/EF

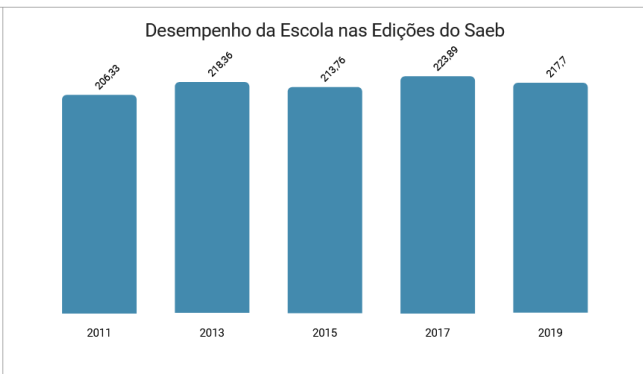
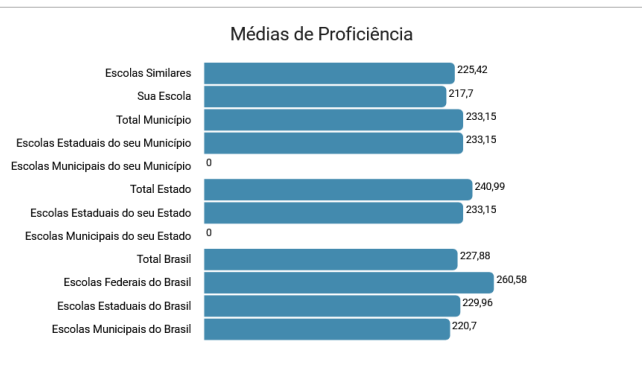
O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb divulgou o resultado de 2019 do sistema de ensino do DF. Nesta edição, na rede pública, participaram de forma censitária os 5º e o 9º anos do Ensino Fundamental (EF) e a 3ª série do Ensino Médio (EM), seguindo critérios descritos na Portaria nº366, de 29 de abril de 2019. Esse relatório traz destaques aos resultados da unidade escolar para auxiliar no planejamento do projeto político pedagógico junto ao corpo docente e comunidade escolar para melhoria da qualidade na educação.

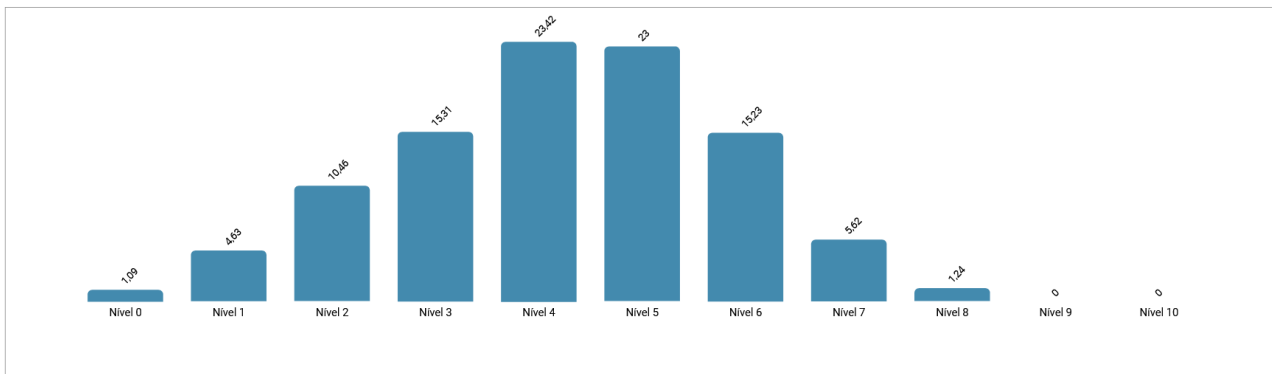


Distribuição Percentual dos Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência											
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10
Sua Escola	1.09%	4.63%	10.46%	15.31%	23.42%	23.00%	15.23%	5.62%	1.24%	0.00%	0.00%

Língua Portuguesa Matemática

5º ano do Ensino Fundamental



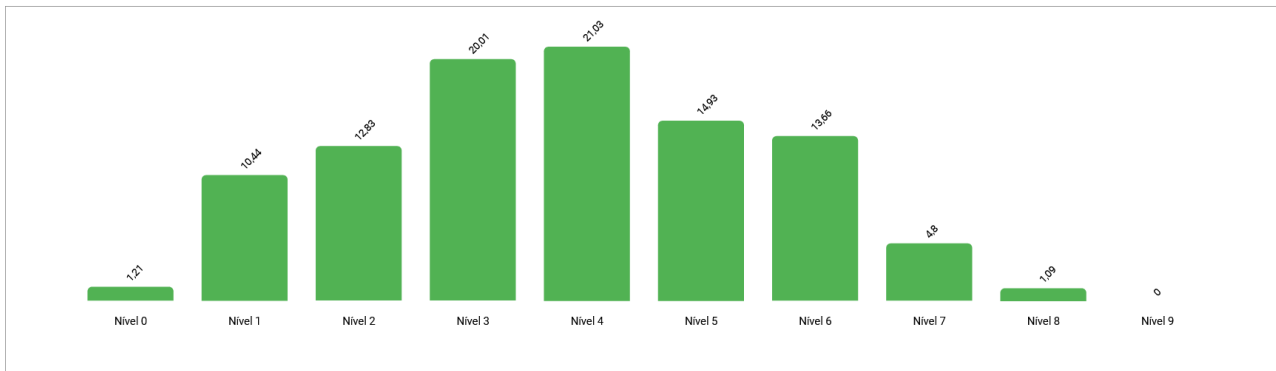
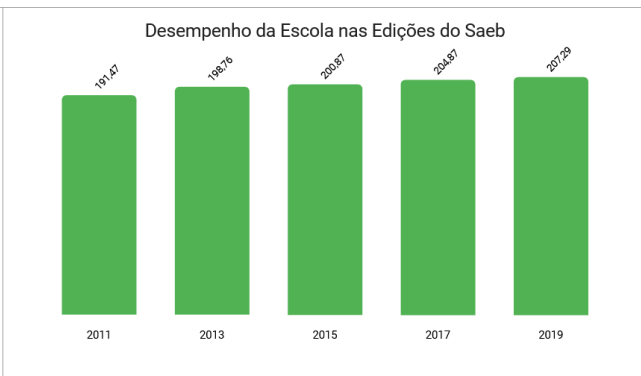
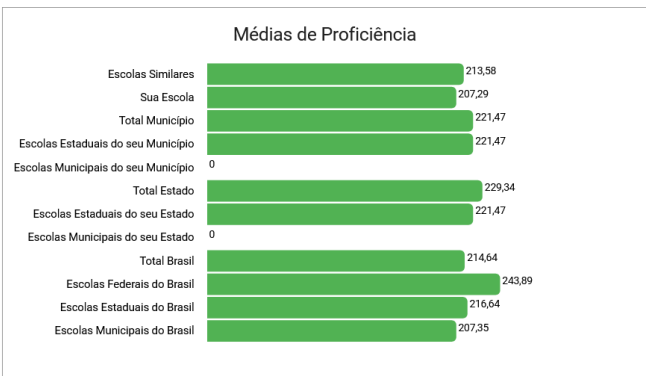


Distribuição Percentual dos Alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência

	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
Sua Escola	1.21%	10.44%	12.83%	20.01%	21.03%	14.93%	13.66%	4.80%	1.09%	0.00%

Língua Portuguesa Matemática

5º ano do Ensino Fundamental



SEEDF

Anos Iniciais/EF

Língua Portuguesa										
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
UE 2017	2,29%	9,03%	11,91%	23,05%	22,46%	13,96%	12,26%	5,04%	0,00%	0,00%
	23,23%			71,73%			5,04%			
UE 2019	1,21%	10,44%	12,83%	20,01%	21,03%	14,93%	13,66%	4,80%	1,09%	0,00%
	24,48%			69,63%			5,89%			
META Saeb/DF	INSUFICIENTE			SUFICIENTE			ADEQUADO			
	20%			80%						

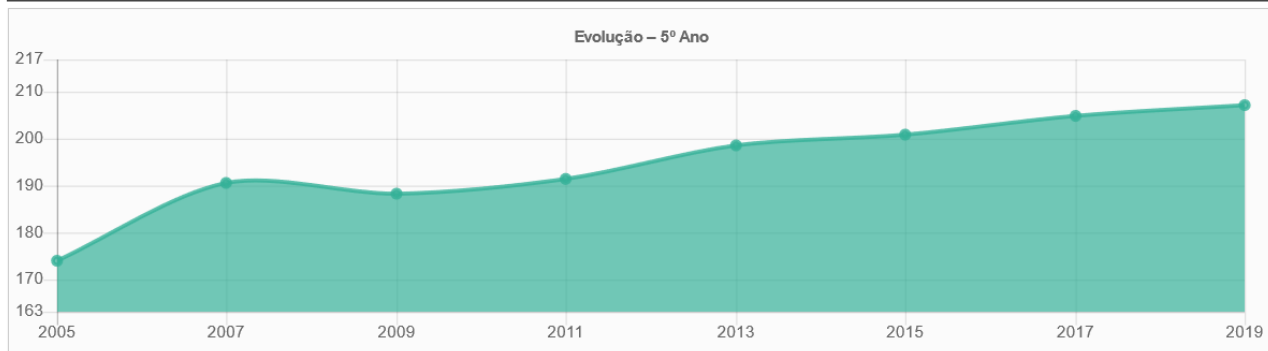
Matemática												
	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9	Nível 10	
UE 2017	2,11%	3,34%	6,92%	12,95%	28,16%	21,00%	14,49%	9,68%	1,35%	0,00%	0,00%	
	25,32%				73,33%				1,35%			
UE 2019	1,09%	4,63%	10,46%	15,31%	23,42%	23,00%	15,23%	5,62%	1,24%	0,00%	0,00%	
	31,49%				67,27%				1,24%			
META Saeb/DF	INSUFICIENTE				SUFICIENTE				ADEQUADO			
	20%				80%							

Escola Classe 121 De Samambaia

GERAL HISTÓRICO NÍVEIS IMPRIMIR

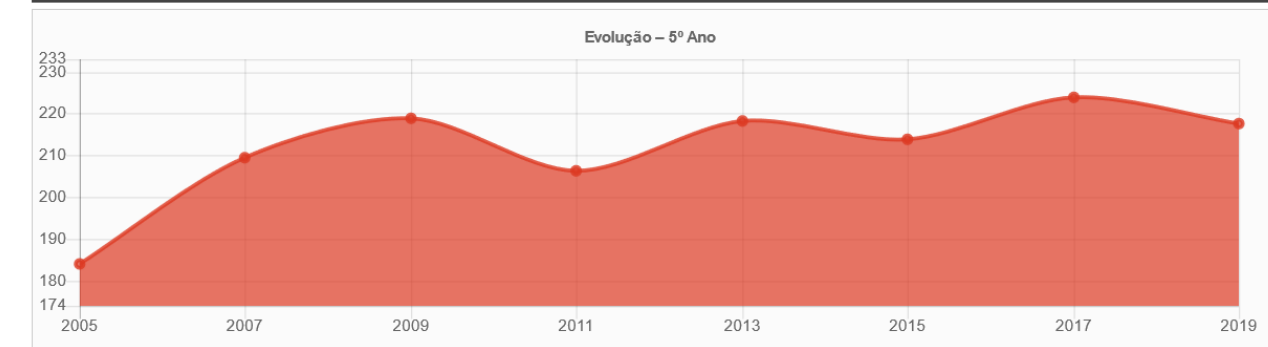
5º ANO

Língua Portuguesa



PASSE O MOUSE SOBRE OS PONTOS PARA MOSTRAR MAIS INFORMAÇÕES.

Matemática



PASSE O MOUSE SOBRE OS PONTOS PARA MOSTRAR MAIS INFORMAÇÕES.

5 A função social da escola

No que tange as bases legais da educação, mais especificadamente a LDB, em seu artigo 1º, *caput*, afirma que "a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."

Entendemos com isso, que o termo *educação* está relacionado à formação geral da pessoa. A que pretendemos nesta escola, a educação escolar, entretanto, distingue-se das demais práticas educativas mencionadas anteriormente, por ser uma atividade planejada, organizada, direcionada aos educandos durante certo período de tempo.

Não há como negar o papel social de transformação que a instituição escola exerce sobre todos aqueles que passam por ela de forma atuante: professores, alunos, funcionários, diretores, orientadores, família e a comunidade. A relação com todos esses personagens no espaço da escola reproduz, em escala menor, a rede de relações que existe na sociedade.

Ainda nesse ponto de vista, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 46) afirmam que "a escola, na perspectiva da construção da cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira, num âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade".

Portanto, faz-se necessário também, o desenvolvimento nos educandos de valores éticos de honestidade, respeito, moral, democracia e justiça, e de sustentabilidade humana, com a missão de construir competências que agreguem valores pessoais e profissionais, tornando-os aptos a interferirem no contexto social onde vivem, em detrimento de uma formação capitalista, voltada pela lógica de mercado e excludente.

6 Princípios:

Certos de que não há nulidade no ato educativo, é preciso ter consciência dos caminhos, da utopia que estabelecemos e da prática que assumimos. Assim, tomamos por base um processo educativo emancipatório e crítico da realidade existente, não apenas no sentido de compreender a trama social, mas, de participar ativa e interativamente da construção do presente e do futuro refletindo a história.

Para nós, a construção do Projeto Político Pedagógico representa a tentativa de evidenciar a identidade da escola, não só do ponto de vista real, mas transformador, visto que entendemos a escola como um campo ideológico, no qual podemos caminhar rumo à formação de sujeitos críticos, autônomos e reflexivos, agentes de seu destino e da construção de uma sociedade melhor. Assim, compartilhamos a visão de Paulo Freire, referida por Gadotti (1985, p. 25) ao afirmar que, a respeito da consciência ingênua, na luta e na reflexão sobre ela, precisa ser transformada em consciência crítica, superando gradativamente a ingenuidade social. Por isso, vemos nos conflitos e contradições, imbricados na realidade, importantes possibilidades de enriquecimento do ato educativo, por via da análise dos processos de produção do fato ideológico e político, estreitando a relação entre escola e prática social.

O princípio epistemológico que consideramos como fundamentação científica é o materialismo histórico dialético, que norteia os nossos processos metodológicos, onde a prática social, constitui a primazia necessária para sistematização da nossa práxis. Partindo assim, da prática e fundamentando na teoria, conseguimos superar a fragmentação científica e consolidar os saberes dos discentes, tendo como foco na ciência e nos princípios de Integralidade, Intersetorialização, Transversalidades, Diálogo Escola e

Comunidade, Territorialidade, Trabalho em Rede, entendendo por este princípios a educação integral, não no sentido de ampliação de tempo mas sim *entendida a partir da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais* (Currículo Em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos)

7 Missão

A nossa escola existe com objetivo de ofertar um ensino de qualidade, garantindo a participação da comunidade escolar em todos os seus processos e contribuindo para a formação integral dos discentes, para que eles possam agir de forma crítica na transformação do seu meio social.

Objetivo da Educação

Primar por uma educação qualitativa para todos e cada um de nossos alunos, garantindo de forma sistemática a apropriação do conhecimento acumulado, propiciando o desenvolvendo das diversas habilidades e contribuindo para o desenvolvimento integral do sujeito histórico.

Objetivos do Ensino:

Estimular, promover e oportunizar ao aluno um processo educativo que venha a contribuir na sua formação e percepção de sujeito consciente, crítico, criativo e responsável para a construção e/ou transformação da sociedade.

Objetivos da Aprendizagem:

Os objetivos de aprendizagem são descrições concisas, claramente articuladas do que os alunos devem saber e compreender, e do que sejam capazes de fazer numa fase específica de sua escolaridade. Descrevem a aprendizagem (conhecimentos, conceitos, habilidades e processos) esperada dos alunos em cada ano escolar.

2.1. Concepções Teóricas: Pedagogia Histórico-Crítica

Partindo de uma perspectiva que supere as finalidades da educação para além dos meios e técnicas, ou da mera reprodução dos determinantes sociais existentes, caminhamos em direção à premissa de que é preciso convergir os conteúdos científicos e a realidade prática existente, certos de que o processo emancipatório carece, não somente de ensino do pensamento crítico e reflexivo, mas de instrumentalização científica em face das necessidades reais enfrentadas no mundo moderno.

Em outras palavras, do que adianta ensinar aos estudantes a protestarem, irem às ruas, exercerem o sufrágio, se ao se depararem com a necessidade de ler e interpretar um texto mais complexo não conseguirem? O processo emancipatório é muito mais do que a aprendizagem da contestação é o ato da preparação para que se tenha autonomia de fato. Neste ponto, as bases que fundamentam o projeto escolar fazem toda a diferença. Neste sentido, optamos pelo referencial da Teoria Pedagógica Histórico- crítica tendo em vista sua capacidade de colaborar para modifica o papel da escola, os conteúdos de ensino, o relacionamento professor-aluno, os pressupostos de aprendizagem e as manifestações da prática escolar.

[Nela] o papel primordial da escola é difundir conteúdos vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais, [...]. E os conteúdos do ensino não são outros senão os conteúdos culturais universais que vieram a se constituir em patrimônio comum da humanidade, sendo permanentemente reavaliados à luz das realidades sociais nos quais vivem os alunos. Desse entendimento decorre que a “postura da pedagogia dos conteúdos” implica que ao professor cabe, de um lado,

garantir a ligação dos conhecimentos universais com a experiência concreta dos alunos (continuidade) e, de outro lado, ajudá-los a ultrapassar os limites de sua experiência cotidiana (ruptura). (SAVIANI, 2010, p. 419, 420).

7.2. Concepções Teóricas: Psicologia Histórico-cultural

Em consonância com ideias da pedagogia histórico-crítica a Teoria Histórico-cultural, desenvolvida principalmente a partir dos trabalhos de Vygotsky, agrega pontos favoráveis ao entendimento da natureza humana, imprescindível para a compreensão do processo de ensino e aprendizagem.

Dentre as ideias que coadunam com formas mais prospectivas e democráticas de promoção na aprendizagem está o fato de que a prática, mediada pelas relações sociais, estabelece o processo de produção e o transforma, assim, ao interagir na sociedade o homem cria os instrumentos e signos que definem as funções psíquicas superiores, diferenciando-o de outras espécies.

Assim, destacamos das ideias de Vygotsky:

- Funções Psicológicas superiores,
- Pensamento e linguagem
- Construção de significados
- Aprendizagem e desenvolvimento
- Processo de internalização
- Papel da escola na transmissão dos conhecimentos
- Mediação cultural

Neste ponto, destacamos o papel da escola a partir do que afirma Newton Duarte:

“A escola não deve atender às necessidades, deve produzir necessidades. A necessidade de conhecer é produzida socialmente. Se produz necessidade de conhecimento matemático, ensinando matemática” (Newton Duarte). Assim, fica evidente a importância da mediação no processo educativo, o que ressalta a importância do papel do docente, na perspectiva interativa com os educandos, e a intervenção na Zona de Desenvolvimento Proximal.

- Desenvolvimento real
- Retrospectivo
- Faz sozinha
- Desenvolvimento Potencial
- Prospectivo (está próximo)
- Faz com ajuda
- Permite intervenções
- Deliberada ,pedagógica

Teoria Crítica de Currículo

Ao estabelecer as bases teóricas do projeto institucional é preciso que as mesmas converjam para a proposta curricular da escola. Conforme Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”, tendo em vista esta afirmação, é preciso compreender a importância do currículo na instituição educacional, é ele que corporifica as concepções

e as identidades da escola.

Nesta perspectiva, nos esforçamos para implementar uma proposta curricular com referência na Teoria Crítica de currículo. Esta argumenta que não existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder. Isso está implícito nas disciplinas e conteúdos que reproduzem as desigualdades sociais, que fazem com que muitos alunos saiam da escola antes mesmo de aprender as habilidades das classes dominantes. Percebe o currículo como um campo que prega a liberdade e um espaço cultural e social de lutas. A teoria Crítica fundamenta-se:

- No materialismo Histórico Dialético - critica a organização social pautada na propriedade privada dos meios de produção (Fundamentos em Marx e Gramsci)
- Crítica à escola como reprodutora da hegemonia dominante e das desigualdades sociais. (Michael Apple)
- Questiona desigualdades
- Conceitos ideológicos
- Crítica as relações dominantes, o sistema capitalista, o currículo tradicional.
- Propõe examinar currículos de forma renovada
- Propõe compreender o currículo que se faz
- Aborda a seleção cultural do currículo
- Afirma que não existe cultura unitária e homogênea.
- Entende a cultura como um campo e terreno de lutas
- Assume postura de desconfiança, questionamento, transformação.
- Enxerga a escola como aprendizagem para possibilidades e resistências

Visando trabalhar nesta perspectiva, concordamos ser indispensável ressignificar saberes culturais locais e as histórias de vida em articulação aos saberes científicos dos conteúdos institucionais. Desta forma, as disciplinas das áreas de conhecimento se ampliam numa perspectiva integradora. Para possibilitar maior articulação com a realidade concreta dos estudantes, no início do ano letivo, o grupo de professores, direção e coordenação da escola, pré-seleciona quatro grandes temáticas de relevância social, tendo em vista o diagnóstico da realidade e a relevância de conteúdos científicos, para funcionar como eixos integrados da proposta curricular.

Na prática, estes eixos devem nortear a seleção de atividades desenvolvidas, a sequenciação de conteúdos, observado o nível de complexidade, a problematização. Para desenvolvimento didático dos conteúdos, abordamos os 05 movimentos propostos por Saviani e Gasparini (1996):

1º: **Prática social Inicial:** ponto de partida é a prática social comum a professores e alunos.

2º: **Problematização** – detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social.

3º: **Instrumentalização:** apropriação de instrumentos teóricos e práticos para resolver os problemas detectados é o que Saviani chama de **instrumentalização**.

4º: **Catarse:** incorporação dos instrumentos culturais transformados em elementos ativos em transformação social.

5º: **Prática social Final.** É a elevação dos alunos ao nível do professor para se compreender a especificidade das relações pedagógicas.

Vale ressaltar que estes movimentos exercem uma lógica cíclica, sem linearidade.

8 Organização do trabalho pedagógico – OTP:

O trabalho pedagógico na perspectiva de ciclos nos possibilita, em princípio, mais tempo para a continuidade das intervenções pedagógicas e um modo mais flexível do trabalho para atender à diversidade e especificidades do processo, além de ampliar aspectos da avaliação que respeitem o tempo de resposta do estudante, fortalece o trabalho coletivo. Esse tempo não significa deixar que a criança faça sozinha, com seus próprios recursos, como nas pedagogias do aprender a aprender, ou a submeta aos rigores dos aspectos biológicos, fazendo esperar que a natureza opere o “amadurecimento” esperado com o passar do tempo. Tão pouco implica na aprovação automática das crianças, “é antes um tempo de enriquecimento deliberado da experiência em suas mais diversas formas, para que se criem condições objetivas para que o aluno consiga “dar a volta por cima” das dificuldades” (BARRETO, 2007, p.4).

Seguindo a política pública adotada na rede estadual de ensino do DF, nos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, consiste um ciclo subdividido em dois blocos:

- 1º ao 3º ano e
- 4º e 5º

A partir dessa organização, entendemos o primeiro bloco como um tempo oportuno para focar o processo de alfabetização, observando o que dispõe a meta 05 do atual Plano Nacional de Educação (PNE): alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino. Para isso, compreendendo a alfabetização como o desenvolvimento do letramento nas diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, da Literatura, da Música e demais Artes e da Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia. Também é preciso assegurar no início dessa etapa a continuidade da etapa anterior (ed. Infantil), a inserção de um processo amplo da criança na cultura escolar e os aspectos culturais diversos, assegurando nestes três primeiros anos do Ensino Fundamental a ampliação das capacidades de produção e compreensão de textos orais e escritos e de imagens diversas.

Em relação ao segundo bloco, percebemos que ele é continuidade do primeiro bloco, assegurando maior imersão nos conteúdos científicos e incentivo à autonomia no processo de aprendizagem, facilitando a fase de transição para os anos finais do ensino fundamental.

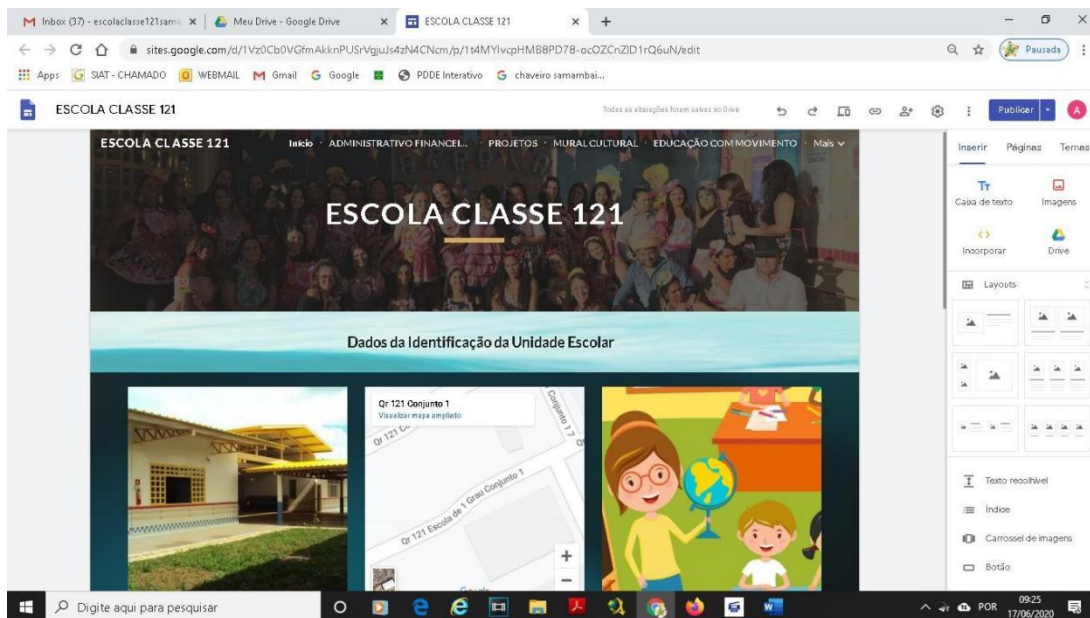
8.1. Educação em tempos de pandemia

A escola entendendo o processo de ensino e aprendizagem no contexto da pandemia, considerando o processo de trabalho e os princípios estabelecidos na Proposta Política Pedagógica de forma a atender essa nova realidade emergencial de ensino remoto junto à comunidade escolar e os servidores da escola, criou estratégias e a reorganização do processo pedagógico, para minimamente entender e gerir essas novas formas de reorganização do trabalho. Essa reorganização foi pensada para não alterar de forma substancial a nossa realidade local de trabalho, apesar de todos os desafios vivenciados nesse contexto da pandemia. Inclusive esse adendo ao nosso PPP, após a revogação de decreto específico retornará ao processo normal das relações de trabalho, por esse motivo, não estarmos readaptando o nosso Projeto Político Pedagógico em sua estrutura, mas pontualmente, para nortear temporariamente essa nova sistemática de trabalho. Pontuando essa questão, explicitaremos, de forma prática e objetiva, como a escola sistematizou a Organização do Trabalho pedagógico. Em um primeiro momento foi criado o site da Unidade Escolar, que seguiu as seguintes etapas:

Criação das turmas virtuais seguindo os parâmetros da plataforma do Google Escola em Casa DF, primando pelo trabalho coletivo, como forma de captar a realidade da nossa

escola, mesma de forma remota, abrangendo todos os aspectos da Proposta Política Pedagógica construída coletivamente, para possibilitar uma maior segurança emocional de todos os profissionais envolvidos. Passaremos a explicitar, como forma de elucidar, os conceitos, descritos.

1. Dados de identificação da Unidade Escolar



2. Estrutura da Sala Google Sala de Aula

37 salas na plataforma Escola em casa

Salas criadas no Google Sala de Aulas

34 salas de aula

2 salas de Educação com Movimento

1 sala de Orientação educacional

3. Sistematização do trabalho: alunos ANEE sendo atendidos também pelo whatsapp, atividades impressas, plataforma e outras ferramentas.

A partir do mês de Julho/2020, quando da efetivação da Educação Remota, a OTP da Unidade Escolar seguiu a configuração apresentada abaixo

8.2. Organização da Plataforma Escola em Casa:

- Acesso à plataforma Escola em Casa: disponibilização de e-mail, reset de senha, orientação aos pais;
- Organização dos conteúdos por tópicos;
- Interação com os alunos na Plataforma Escola em Casa;
- Salas de Coordenação
- Disponibilização dos conteúdos para impressão;
- Tipos de materiais: formulários, vídeos, etc;
- Compartilhamento de drives;
- Alunos ANNE inseridos na Plataforma com adequação de todo material pedagógico

8.2.1. Gerenciamento das turmas:

- Organização da comunicação:
 - Criação de grupos de WhatsApp de todas as turmas;
 - Administração dos grupos de forma compartilhada – direção/professores
- Divulgação da rotina escolar;
- Publicização das datas para entrega e recebimento de atividades impressas;
- Realização de aulas via Meet;
- Divulgação de demandas relativas à Secretaria da Escola;
- Realização de sorteios e vídeos motivacionais.

8.2.2. Coordenação Pedagógica:

- Reuniões semanais do corpo docente com acompanhamento das coordenadoras pedagógicas e supervisora para planejamento por área;
- Acompanhamento do Currículo em Movimento;
- Atividades elaboradas coletivamente com o corpo docente do turno matutino e vespertino;
- Revisão do planejamento pela coordenação e supervisão pedagógica como forma de acompanhamento do trabalho pedagógico;
- Inserção das atividades planejadas na Plataforma Escola em Casa tanto nas salas das turmas quanto na sala da coordenação;
- Disponibilização dos materiais para a versão impressa;
- Feedback do planejamento pelos pais;
- Flexibilidade do planejamento para mudanças de organização para atender à realidade da comunidade escolar bem como por solicitação da SEE/DF;
- Elaboração de materiais diversificados para atender aos alunos com fragilidades de aprendizagem.

8.2.3. Acompanhamentos de dados:

- Criação de Planilha em drive do Google para inserção de quantitativos de alunos: inseridos na plataforma, recebendo e devolvendo atividades impressas, interagindo pelo WhatsApp;
- Criação de planilha para acompanhamento de dados quantitativos e qualitativos de aprendizagem;
- Atualização quinzenal da planilha quantitativa para acompanhamento de

informações sobre devolução total, parcial e não devolução de atividades realizadas.

8.2.4. Fluxo de atividades Impressas:

- Planilha com relação nominal dos alunos de cada turma para o registro de entrega das; atividades com a informação sobre o recebedor da atividade (pai/mãe/tio/irmão, próprio aluno...)
- Adequação das atividades inseridas na plataforma para a versão impressa;
- Entrega e recebimento das atividades quinzenalmente;
- Materiais complementares e adaptados para alunos com dificuldades de aprendizagem e ANEE;
- Correção das atividades impressas pelos professores e devolução destas aos pais e/ou responsáveis

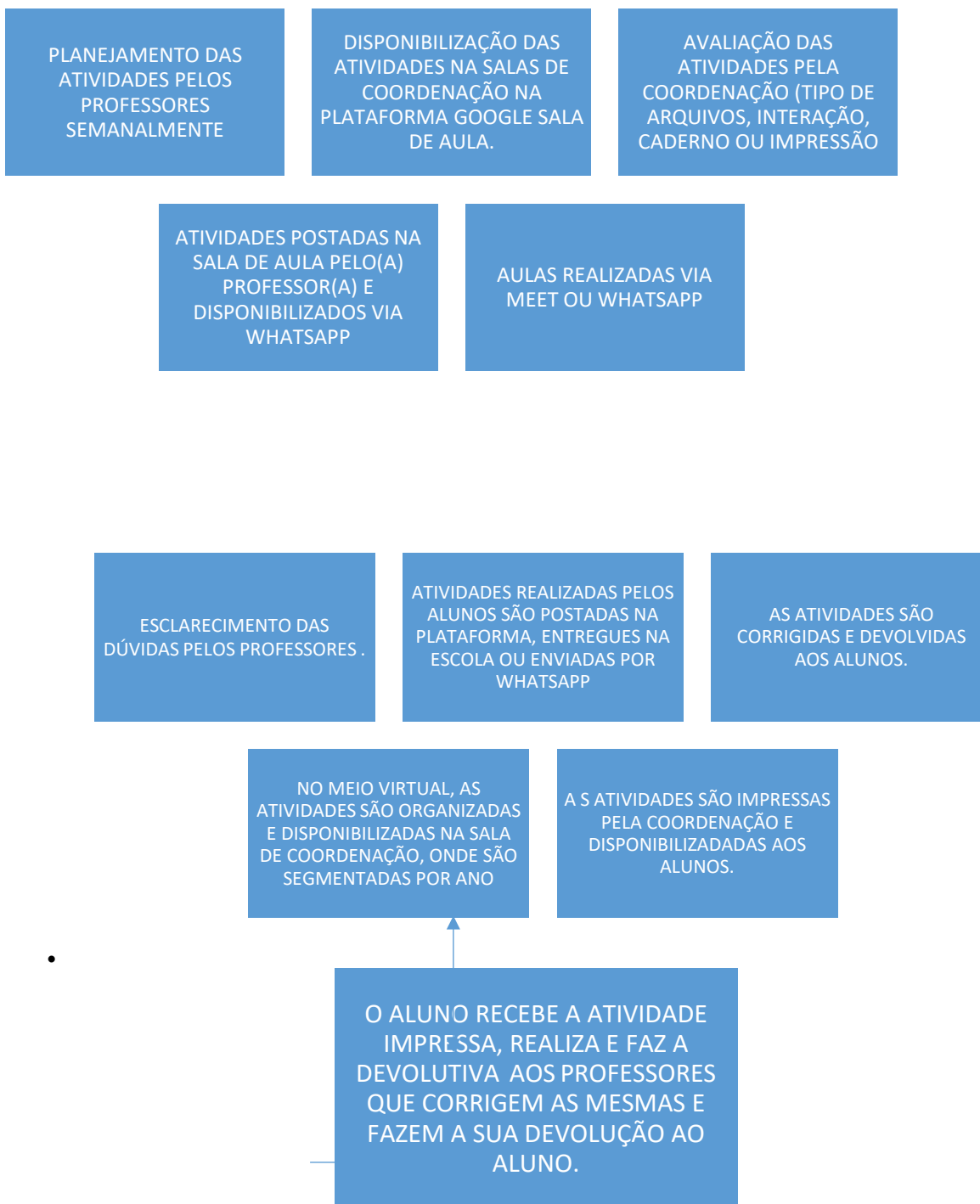
8.2.5. Busca Ativa:

- Início da busca ativa a partir do 1º bimestre;
- Atualização sistemática das informações de entrega e recebimento de atividades por parte dos alunos;
- Utilizar o momento de entrega das cestas verdes para interação com os responsáveis que estão em atraso com o recebimento ou entrega das atividades;
- Parceria com o Conselho Tutelar, por meio de abertura de processo informando a relação dos alunos sem interação com a escola;
- Realização de chamadas telefônicas, mensagens via WhatsApp, envio de e-mail, serviço de entrega de atividades via drivethru, visitas domiciliares como estratégias de resgate de alunos sem interação com a escola.
- Sinalização por parte dos professores sobre a ocorrência de não devolução de atividades realizadas para a direção e pela Orientação Educacional.

8.2.6. Adequações Curriculares:

- Realização de formação sobre elaboração de adequação curricular aos professores de alunos ANEE;
- Disponibilização de modelo de adequação curricular na sala de coordenação da Plataforma Escola em Casa;
- Acompanhamento da elaboração das adequações por parte da Equipe Pedagógica (Direção/Coordenação)
- Entrega das adequações ocorrem no início de cada bimestre e são arquivadas na secretaria escolar;

8.2.7. Fluxo de Trabalho



9. Supervisão Pedagógica

Ao supervisor pedagógico é atribuída a função de orientar o grupo de professores, desafiar, investigar, questionar, motivar, despertando neles o desejo, o prazer, o envolvimento com o trabalho desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem. Para Rangel (2001), o supervisor escolar faz parte do corpo de professores e tem sua especificidade do seu trabalho, caracterizando pela coordenação de atividades didáticas e curriculares e a promoção e estímulo de oportunidades coletivas de estudo. O Supervisor é um profissional organizador ou orientador do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores, dentro do contexto escolar suas ações devem estar voltadas para o planejamento, a organização, e a programação de atividades curriculares capazes de delinear mudanças. A ação do supervisor está voltada ao acompanhamento e a atualização pedagógica assim como as normativas, deve, portanto, proporcionar oportunidades de estudo e interlocução aos professores em atividades coletivas.

- Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e a execução do planejamento pedagógico desenvolvido pelos professores.
- Dar suporte técnico-pedagógico ao planejamento, desenvolvimento e avaliação do Projeto Interventivo e do Reagrupamento.
- Viabilizar a vivência dos estudantes no ano escolar subsequente, conforme análise da equipe pedagógica da escola, com o objetivo de promover o seu avanço.
- Planejar momentos de estudos relacionados ao aprimoramento das estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores.
- Planejar, orientar e acompanhar a análise do desempenho dos estudantes a partir da avaliação realizada em seus três níveis (da aprendizagem, institucional e larga escala).

O trabalho pedagógico consoante com uma organização escolar em ciclo requer significar o espaço da coordenação pedagógica, potencializando sua função formadora a partir da atuação dinâmica do coordenador pedagógico e equipe gestora e do envolvimento efetivo dos professores e demais profissionais da educação, no âmbito das coordenações pedagógicas. A coordenação pedagógica constitui-se, desse modo, espaço de singular importância para o êxito dos trabalhos da escola organizada em ciclos.

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO
2º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS: BIA e 2º Bloco

10. Coordenação Pedagógica

A coordenação pedagógica é um espaço e tempo privilegiado para o planejamento educativo, tanto no âmbito coletivo, quanto na coordenação aos pares e no âmbito individual, bem como *é uma conquista dos educadores e sua valorização passa pelo comprometimento dos docentes e pela gestão da unidade escolar responsável em dinamizá-la a partir do trabalho coletivo. Assim, a Organização do Trabalho Pedagógico da escola (Projeto Político-Pedagógico) e do professor (aula), com o foco no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, tem na coordenação pedagógica seu espaço primordial de construção.*

Essa possibilidade de trabalho colaborativo, de interações com compromisso mútuo e de formação continuada concretiza-se por meio das ações coletivas e individuais e pelas intencionalidades pedagógicas declaradas no PPP das unidades escolares, como compromisso de

todos. Reforça-se, assim, a relação de dialeticidade entre o projeto da escola e a coordenação pedagógica (SILVA, 2007).

A implementação da organização escola em ciclo no Ensino Fundamental implica trabalho colaborativo fortalecido pelas equipes gestoras, por meio do diálogo entre os profissionais da educação e o compartilhamento de experiências e conhecimentos, o planejamento, a execução e a avaliação de estratégias pedagógicas previstas para esse período escolar (anos iniciais). Nesse sentido, é necessário pensar alternativas pedagógicas para superar o trabalho escolar que ainda se desenvolve de modo fragmentado e individualizado, inviabilizando uma prática pedagógica interdisciplinar e contextualizada que favoreça o ensino e a aprendizagem.

A atuação dos coordenadores pedagógicos, bem como da equipe gestora está diretamente relacionada ao ato de ensinar e de aprender dos professores, sendo que o envolvimento com o processo educativo oportuniza um trabalho coeso e coletivo entre docentes. Vale destacar que faz parte das funções dos coordenadores, não somente o acompanhamento dos professores, mas também o trabalho colaborativo entre eles, rompendo com o trabalho fragmentado em fases/etapas/modalidades e ou ano/bloco (FERNANDES, 2010).

Assim sendo cabe ao coordenador pedagógico, juntamente com a equipe gestora e com outros profissionais da escola, desenvolver e ou organizar, entre outras, as seguintes ações para implementação dos ciclos:

- Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e a execução do planejamento pedagógico desenvolvido pelos professores.*
- Dar suporte técnico-pedagógico ao planejamento, desenvolvimento e avaliação do Projeto Interventivo e do Reagrupamento.*
- Viabilizar a vivência dos estudantes no ano escolar subsequente, conforme análise da equipe pedagógica da escola, com o objetivo de promover o seu avanço.*
- Planejar momentos de estudos relacionados ao aprimoramento das estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores.*
- Planejar, orientar e acompanhar a análise do desempenho dos estudantes a partir da avaliação realizada em seus três níveis (da aprendizagem, institucional e larga escala).*

O trabalho pedagógico consoante com uma organização escolar em ciclo requer significar o espaço da coordenação pedagógica, potencializando sua função formadora a partir da atuação dinâmica do coordenador pedagógico e equipe gestora e do envolvimento efetivo dos professores e demais profissionais da educação, no âmbito das coordenações pedagógicas. A coordenação pedagógica constitui-se, desse modo, espaço de singular importância para o êxito dos trabalhos da escola organizada em ciclos.

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO 2º CICLO
PARA AS APRENDIZAGENS: BIA e 2º Bloco

11 Estratégias de valorização e Formação Continuada dos Profissionais da Educação:

A coordenação coletiva é realizada às quartas-feiras. O planejamento parte da proposta anual, bimestral e dos ajustes necessários no andamento do projeto escolar, seja das demandas semanais ou diárias. É um momento de ajuste, de criação, de mudança do

projeto original, de estudo, de debates, divergências e acordos, indispensáveis à existência de grupos.

As terças e quintas-feiras são destinadas à participação dos profissionais da escola em cursos de formação continuada da própria SEDF em ambientes externos e ao planejamento com os pares e ao individual. As segundas e sextas-feiras estão destinadas à coordenação pedagógica individual, podendo esta ser realizada fora do ambiente escolar.

A Escola propicia em seus espaços de formação, e a coletiva é um deles, temas voltados para a formação dos docentes e suas necessidades, sempre com uma escuta sensível, para que a teoria possa ajudar na prática dando condições para que o trabalho pedagógico conjunto, alcance os objetivos propostos. Além das formações in loco, os docentes participam de formações online através de lives, oficinas, cursos e outros promovidos pela EAPE, CRESAM e demais instituições, haja vista o contexto de distanciamento social que vivemos, provocado pela pandemia da COVID - 19.

12 Metodologias de Ensino Adotadas – Alfabetização



Compreendemos a alfabetização numa perspectiva para além da decodificação e da aprendizagem por repetição. Acreditamos que cada criança possui interações diferentes com o código escrito, a depender do uso social que a criança constrói deste processo e dos significados que atribuí à escrita e à leitura passa a formular hipóteses diversas sobre “o como e para quê escrevemos”. Assim, abordamos a ponto de vista do letramento como aliado da alfabetização.

Desta maneira, entendemos que a alfabetização inicia muito antes do ingresso das pessoas na escola e continua por toda a vida. Conhecimentos da sociedade letrada veiculam muitos processos da sociedade, quanto mais entendemos o uso social da escrita, mais contribuimos para o letramento.

Nesta perspectiva, nos alfabetizamos numa complexidade de fatores em que a escrita e a leitura desvendam a diversidade, a igualdade, a ideologia, por isso, Paulo Freire nos lembrava que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. É este mesmo autor que afirma:

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. Isto não significa, porém, que a natureza política do processo educativo e o caráter educativo do ato político esgotem a compreensão daquele processo e deste ato. Isto significa ser impossível, de um lado, como já salientei, uma educação neutra, que se diga a serviço da humanidade, dos seres humanos em geral; de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. (FREIRE, 1992, p.23)

Para essa finalidade, a intervenção do professor neste processo e a importância da intencionalidade da escolarização fazem toda a diferença. É por isso que numa mesma sala de aula o professor assume posturas diversas frente à trajetória de aprendizagem de

cada estudante. Percebemos que a evolução da aprendizagem da escrita e da leitura implica no conflito, por isso, a importância de experiências investigativas, da interpretação de diversos gêneros textuais, e do questionamento em detrimento das respostas prontas. Também colaboram as experiências significativas relacionadas à história de vida das crianças, de seus familiares, colegas, cultura local, regional, etc.

Se para nós, alfabetização nada tem a ver com o ato de escrever pela repetição, entendemos a leitura a partir da concepção de Soares (2004, p.31):

Dessa forma, ler entende-se desde a habilidade de simplesmente traduzir em sons sílabas isoladas, até habilidades de pensamento cognitivo e metacognitivo; inclui, entre outras habilidades, a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar o sentido de um texto escrito; a capacidade de interpretar sequência de ideias ou acontecimentos, analogias, comparações, linguagem figurada e relações complexas, anáforas; e ainda habilidade de fazer predições iniciais sobre o significado do texto, de construir o significado combinando conhecimentos prévios com informações do texto, de controlar a compreensão e modificar as predições iniciais, quando necessário, de refletir sobre a importância do que foi lido, tirando conclusões e fazendo avaliações. (2004, p.31).

Para viabilizar estes aspectos, adotamos no planejamento de aula uma rotina pedagógica evidenciada na proposta do curso de formação continuada do Pacto da Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que consiste nos seguintes passos:

- Leitura de leve;
- Análise linguística/apropriação da escrita;
- Análise linguística/Normatividade da língua escrita;
- Leitura e construção de sentido
- Produção de texto;
- Oralidade;
- Jogos matemática;
- Processos mentais;
- Situações problemas;
- Brincadeiras.

- Sequência de Didática – Modelo abaixo :

Sequência Didática: Conhecendo Aves

Professora: Mônica Pessoa de Melo Oliveira

(Unidade 6, ano 1, p. 40)

Objetivos:

- ✓ Ampliar o conhecimento sobre aves;
- ✓ Observar, registrar e comunicar algumas semelhanças e diferenças entre os animais;
- ✓ Avançar no conhecimento sobre o funcionamento do sistema de escrita e na aquisição da leitura e da escrita convencional;
- ✓ Ler para localizar informações;

Desenvolver o comportamento leitor e escritor durante o processo de produção textual.

Conteúdos:

- ✓ Práticas de Leitura e escrita;

- ✓ Apropriação do Sistema de Escrita;
- ✓ Características das Aves e comparação com outros animais.
- ✓ **Tempo estimado:** duas semanas
- ✓ **Material necessário:** Quadro, cadernos, lápis grafite e hidrocor, cartolina, tesoura,
- ✓ cola, revistas e livros contendo animais para recorte.
- ✓ **Livros:** obras complementares, enciclopédias contendo verbetes sobre animais.

1º – Leitura do livro Aves Brasileiras, de Levi Ciobotariu.

- ✓ Explicar aos alunos que, ao longo de seis aulas, eles aprenderão algumas semelhanças e diferenças que existem entre os animais e sobre as aves.
- ✓ Antes da leitura fazer exploração da capa, ilustrações, autor e, após a leitura realizar
- ✓ questionamentos sobre o conteúdo: aves que conhecem, se conhecem outras, as que mais gostaram, que mais gostariam de saber sobre as aves.
- ✓ Solicitar nomes de aves conhecidas pelas crianças e escrever os nomes das aves citadas no quadro, lendo junto com elas.

2º– Leitura do Livro “Boniteza Silvestre”: poesia para os animais ameaçados pelo homem, de Lalau Laura Beatriz.

- ✓ Realizada a leitura, questionar os alunos visando a comparação entre as aves apresentadas no livro e outras classes de animais com ênfase nas características das aves.
- ✓ Retomar os nomes das aves citadas no momento anterior, para escrita do número de sílabas de cada palavra, e, em seguida, solicitar que as crianças façam desenho da ave que mais gostaram.
- ✓ Propor a construção coletiva de um cartaz com figuras de aves.
- ✓ Conversar sobre as características das mesmas, destacando tipos de alimentos consumidos.
- ✓ Trabalhar características relacionadas à estruturação do cartaz, como título (adequação e tamanho das letras), bem como a disposição das figuras.
- ✓ Propor a escrita de legendas para as aves (atividade em dupla) e depois a escolha das que deverão compor o cartaz.

3º – Retomada da Leitura do Livro “A Poesia das Aves Brasileiras”, com reapresentação do cartaz.

- ✓ Escrever no quadro as características citadas pelos alunos.
- ✓ Realizar atividade de consciência fonológica (refletir sobre os sons iniciais e finais dos nomes dos pássaros contidos no cartaz).
- ✓ Ler as ilustrações com ênfase nas características das aves.

4º – Leitura de partes do livro “Você Sabia?”, de Zuleika de Felice Murrie, com imagens de Rubens Matuck

- ✓ O livro focaliza a ordem alfabética e os nomes aparecem de diversas formas (separados por letras, por sílabas e incluídos em pequenos textos).
- ✓ Comentar o conteúdo da leitura com os alunos.

5º – Construção do Álbum das Aves

- ✓ Retomar os nomes das aves, pregando figuras no quadro. Realizar mediação no momento da confecção do álbum, orientando os alunos em relação à escrita das legendas.
- ✓ Enfatizar durante a leitura, som da sílaba inicial do nome de cada animal e também

- a letra inicial.
- ✓ Retomar as figuras e a escrita coletiva dos nomes de cada ave.
 - ✓ Propor desenho de uma ave e escrita do nome, individualmente.
 - ✓ Retomar o cartaz, destacando as legendas para cada ave.
 - ✓ Propor recorte/colagem de figuras de aves para a construção de um álbum.
 - ✓ Orientar na construção do álbum, acompanhando a escrita das legendas em relação a cada ave selecionada para compor o mesmo.

6º – Votação e organização de tabela sobre animais mais votados.

- ✓ Organizar junto com os alunos uma tabela com os nomes das aves que eles mais gostaram, com base numa votação e, em seguida, solicitar que pintem o número de quadrinhos correspondentes ao número de votos obtidos por cada ave.
- ✓ Para finalizar, realizar análise da tabela questionando os alunos sobre o resultado obtido.

Também utilizamos os níveis da psicogênese como uma das formas de avaliar e diagnosticar as necessidades de intervenção para o progresso na alfabetização. Os dados referentes aos níveis psicogenéticos: Pré-silábico (1 e 2), silábico, silábico-alfabético e alfabetizado são tabulados e serão utilizados no fórum de desempenho que serão realizados bimestralmente na escola:

12.1 Alinhamento com Diretrizes /Orientações Pedagógicas:

Os Ciclos para as Aprendizagens representam outra forma de organização dos tempos e dos espaços escolares, pois consideram a lógica do processo, a utilização de uma pedagogia diferenciada, o trabalho coletivo e a avaliação formativa, visando promover a progressão dos estudantes sem prejuízo da qualidade. Essa política educacional busca ressignificar a Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada permanente e o conselho de classe como instância de convergência de todas as avaliações praticadas na escola. Os ciclos estão assim organizados: o 1o Ciclo é representado pelas turmas da Educação Infantil; o 2o Ciclo é distribuído em dois blocos: o primeiro é o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) (1º, 2º e 3º anos) e o segundo bloco se constitui das turmas dos 4os e 5os anos; e o 3o Ciclo é composto, de igual maneira, por dois blocos: o primeiro por turmas de 6o e 7o anos e o segundo turmas de 8o e 9o anos. Consulta nos documentos da secretária de educação conforme(http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/ens_fundamental_guia_ciclos.pdf).

13 Outros Profissionais

13.14 Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem

A educação deve ocupar-se do que pode ser mediado à criança. [...] Logo, o ato educativo, como ato político, deve ser prospectivo e não retrospectivo. Não pode ser baseado na falta, no déficit, no atraso, mas nas diferentes possibilidades que a criança tem de apropriar-se do conhecimento por meio da mediação dos instrumentos semióticos da cultura. Deve ser baseado nas POSSIBILIDADES DE APRENDIZEM” (Pan, 2013, p.68.)

“Fatores que dizem respeito ao ambiente no qual a criança encontra-se inserida e os estímulos que ela recebe podem representar um papel fundamental em seu desenvolvimento.” (Meldau, 2008).

JUSTIFICATIVA

As E.E.A.A – Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem - constituem um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais de pedagogia e psicologia, e tem como objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem.

Esses profissionais desenvolvem funções específicas, porém, inter-relacionadas. Cabe ao Psicólogo realizar a análise das relações interpessoais como unidade da prática pedagógica com o objetivo de criar um espaço de interlocução, que privilegie a reflexão e a intervenção do contexto, auxiliando para transformação e valorização do ser humano, evitando atendimento não clínico. E ao Pedagogo, cujo, objeto de estudo são as práticas educativas, cabe, atuar assessorando os professores no aprimoramento em sala de aula, com foco nas possibilidades de aprendizagem do estudante, numa perspectiva da pedagogia do sucesso.

Nesse contexto, apresenta uma atuação institucional, e portanto, defende uma abordagem centrada no CONTEXTO, que abrange a Comunidade Escolar, com foco no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno, bem como na melhoria da instituição escolar, evitando uma concepção biologizante, que concentra o atendimento no aluno, por defender estar nele a gênese da dificuldade do processo de ensino e de aprendizagem.

A atuação compreende 3 (três) dimensões: Mapeamento Institucional que visa analisar a instituição, Assessoria ao trabalho coletivo dos professores que constitui a etapa de assessoramento à comunidade escolar e Acompanhamento do Processo de Ensino-Aprendizagem que tem como foco a reflexão das práticas educativas.

Partindo desse pressuposto torna-se necessário compreender como se processa o desenvolvimento dos estudantes e do corpo técnico pedagógico - sujeitos envolvidos no processo do ensinar e do aprender - para então, planejar as ações avaliativas, preventivas e institucionais que impulsionem a progressão das aprendizagens de todos os envolvidos no processo.

OBJETIVO GERAL

- Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de assessoria à prática pedagógica e ao acompanhamento desse processo em suas perspectivas avaliativas, preventivas e institucionais com ações interventivas de maneira que envolva todos os atores do processo educativo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Favorecer a ressignificação das concepções de ensino e de aprendizagem dos atores da instituição educacional, promovendo a consolidação de uma cultura de sucesso.
- Contribuir para a reflexão acerca dos diversos aspectos pedagógicos e intersubjetivos, com vistas à oxigenação das práticas e das relações no contexto escolar.
- Realizar procedimentos de avaliação, intervenção às queixas escolares, visando conhecer e investigar os múltiplos fatores envolvidos no contexto escolar.
- Contribuir com a formação continuada do corpo docente.
- Sensibilizar as famílias para maior participação no processo educacional dos estudantes.
- Assessorar a direção e a comunidade escolar, com vistas à criação de reflexões acerca do contexto educacional que facilitem a tomada de decisões, a construção e a implementação de estratégias administrativo-pedagógicas.
- Articular ações com os profissionais da Orientação Educacional, Salas de Recursos e SAA, quando se tratar dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

13.15 Orientação Educacional

As ações da Orientação Educacional estão voltadas para atender os estudantes com dificuldades comportamentais, principalmente envolvendo aspectos de indisciplina, baixa autoestima e problemas de risco psicossocial, visando melhorar a convivência e potencial de aprendizagem de cada estudante.

A Orientação Educacional está presente no âmbito institucional com participação nas coordenações coletivas e Conselhos de Classe desenvolvendo projetos relacionados à família e outros temas relevantes como sexualidade, drogas e hábitos de estudo, atuando junto ao corpo docente, discente, familiar e redes sociais. O professor muitas vezes precisa de outro olhar para determinados estudantes, outras estratégias, tendo em vista que o atual contexto da sociedade e comunidade local faz emergir vários problemas sociais para os quais as ações da Orientação Educacional se tornam imprescindíveis ao trabalho do professor, sobretudo como ações colaborativas.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
 Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino
 Gerência de Orientação Educacional



PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL - 2022.

CRE: Coordenação Regional de Samambaia: Escola: Escola Classe 121.

Quantitativo de Estudante: DIURNO 644.

Etapa/Modalidade de Escolarização Ofertada: Educação Infantil e Ensino Fundamental e uma turma de Classe Especial. _

Pedagoga - Orientadora Educacional: Maria Cludes Alves dos Reis Matrícula: 212 979-5 Turno: Matutino e Vespertino.

O currículo das escolas públicas do Distrito Federal aponta para uma estrutura, na qual teoria e prática pedagógica são comprometidas com a aprendizagem e com o desenvolvimento humano, tendo em vista a transformação social. A organização do trabalho pedagógico da Orientação Educacional deve, portanto, estar voltada a esse objetivo, ou seja, a transformação social, com estratégias e ações que colaborem e favoreçam a educação para e pelos direitos humanos, pela diversidade, pela sustentabilidade, com vistas a uma educação integral.

Diante desses pressupostos, destaca-se a relevância da ação pedagógica da Orientação Educacional desenvolver-se de forma contextualizada, integrada ao **Projeto Pedagógico**, articulada e prioritariamente coletiva, buscando sempre, a partir de uma análise da realidade, o envolvimento de outros em um diálogo problematizado para tomada de decisão e compromissos compartilhados.

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS:

- **Desenvolver uma ação integrada com o corpo docente e a coordenação pedagógica, visando a melhoria do rendimento escolar, por meio de escuta sensível, rodas de conversas e aquisição de bons hábitos de estudo;**
- **Instrumentar o aluno para uma organização na rotina de estudos em casa, tornando a aprendizagem mais eficaz, melhorando assim sua autonomia;**
- **Desenvolver um trabalho de inclusão com toda escola;**
- **Ajudar os estudantes a reconhecer e identificar as emoções corretamente e estimular o desenvolvimento da inteligência emocional;**
- **Estimular o estudante na percepção de suas qualidades e limitações visando a melhoria da sua autoestima;**
- **Melhorar a participação das famílias no acompanhamento e na educação dos filhos;**
- **Desenvolver a cultura de paz e o respeito à diversidade cultural;**
- **Criar parcerias com as redes de apoio internas e externas para atender as necessidades e os direitos dos estudantes;**
- **Provocar o cuidado com a saúde emocional pessoal e coletivo de todos os envolvidos no processo educativo.**

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Cidadania DH	Ed. Diversid .	Ed. Sustent.			
Ensino/Aprendizagem	x			Estruturação e organização da Sala da Orientação com identificação e mensagens de boas-vindas na porta e nos murais. Pesquisa, produção e organização dos materiais, instrumentos e registros necessários ao trabalho da Orientação. Apresentação da função da Orientação Educacional para o corpo docente.	Implantação da Orientação Educacional	Mês de Fevereiro
				Participação nas Coletivas; Mapeamento Institucional: Promoção de debates com participação dos servidores, para escutar acolher e levantar demandas; Acompanhamento da frequência escolar dos estudantes. Fazendo ligações e enviando mensagens pelo WhatsApp para os responsáveis. Participação nas Coordenações Pedagógicas e coletivas; contribuindo com a equipe gestora nos encaminhamentos e nas ações que envolvam diretrizes e legislações pertinentes à defesa dos direitos das crianças e adolescentes; participação nos Conselhos de Classes. Elaboração de projetos e execução dos mesmos: Treinando minhas habilidades para um novo tempo, e projeto sobre inclusão em parceria com pedagoga da Equipe Especializada de Apoio a aprendizagem. - Projeto "LIDE", apresentando para os estudantes as várias	Ações Institucionais	Durante todo o ano letivo

				necessidades através de histórias, vídeos, palestras, jogos e atividades com artes, debates;		
				Apresentação da Função da Orientação Educacional. Apoio pedagógico individual e assessoramento nas atividades para o desenvolvimento integral dos estudantes: Acolhimento ao grupo de professores trabalhando temáticas necessárias: como dinâmicas e técnicas de relaxamento, formas de lidar com as famílias, entre outros; Atendimento individual ao professor de acordo com a solicitação de apoio e necessidades verificadas pela escola e pela própria Orientação;	Ações junto aos professores	Durante todo ano
				Palestra sobre Hábitos de Estudo para as Turmas dos terceiros Anos do Ensino Fundamental e para as Turmas dos quintos Anos. Construção de um quadro de rotina com todas as turmas que participaram das palestras; Acompanhamento individual com escuta sensível e orientações pertinentes.	Ações junto aos estudantes	Mês de Março
Cultural/esportiva		x	x	Projeto Xadrez na escola para desenvolver no estudante a capacidade de concentração e o raciocínio lógico; Ensinar os alunos as regras do xadrez; Promover Workshops com jogos para incentivar outros a querer participar; Formar campeonatos entre os estudantes que aderirem o projeto e entre outras escolas que também desenvolvem este projeto;	Ações junto aos estudantes	Mês de Junho até Dezembro
Autoestima	x	x		Trabalhar com o Projeto Treinando minhas Habilidades para um Novo Tempo: com mensagens de acolhidas e reflexivas, rodas de conversas, atividade de respiração guiada e relaxamento para auto controle;	Ações juntos aos estudantes com grupos específicos	Mês de Abril a Novembro
Cultura de Paz				Participando do Planejamento e Ações de prevenção ao Bullying. Promover debates para construções de ações pertinentes;	Ações junto ao professores	Mês de Agosto e Setembro
	x	x	x	Trabalhar os Temas: Respeito e Amizade, pesquisando áudio livro e vídeos sobre o tema e outros materiais de pesquisa: como questionários e formulários para serem respondido pelos alunos. Promover encontros e roda de conversa nas salas de aulas.	Ações juntos aos estudantes	Abril, Setembro a Novembro

Integração família/escola	x		x	Participação nas reuniões: apresentando o trabalho da Orientação Educacional, fazendo o acolhimento às famílias através de mensagens, vídeos, rodas de conversa; escuta sensível e ativa por meio de dinâmicas, Estabelecimento de parceria com a família para superação dos desafios com reuniões, elaboração de folders e mensagens contendo orientações e reflexões sobre o papel da família para a aprendizagem; Atendimento as famílias no individual para acolher, orientar e fazer os encaminhamentos devidos.	Ações junto às famílias	Fevereiro a Novembro
Sexualidade	x	x		Pesquisa de quais Instituições e projetos que possam atender a demanda da comunidade escolar; Parcerias com as UBS para fazer palestras com temas relacionados; Como prevenção ao abuso sexual e Orientações de cuidado com o corpo;	Ações junto as famílias	Mês de Abril a Outubro
Sexualidade	x	x		Trabalhar o tema com os alunos de forma lúdica apresentando vídeos, com músicas, contar história e momento para tirar dúvidas;	Ações junto aos alunos	Mês de Outubro
Saúde				Escuta sensível e ativa, estimular o estudante a ter bons hábitos de higiene, brincar de forma saudável, aprender a respirar de forma correta. Participar das campanhas de prevenção as doenças, dos encontros temáticos. Desenvolver palestras com temas relacionados à saúde emocional.	Ações junto aos estudantes	De Abril a Outubro
Projeto de Transição		X		Acompanhar as demandas como reuniões de pais, trabalhar a rotina	Estudantes, pais e professores	Março a Dezembro
Inclusão	X	X	X	Projeto LIDE apresentando para os estudantes as várias necessidades e criando estratégias de como lidar e aprender a respeitar as diferenças através de histórias, vídeos, palestras, jogos e atividades com artes, debates;	Estudantes pais e professores	Mês de Maio

Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados:**Estabelecer a avaliação por cada meta apontada****Levantamento da participação dos estudantes a partir de instrumento diagnóstico**

- Mapeamento Institucional;
- Através dos Conselhos de Classes;
- Através de acompanhamento de planilha dos resultados das avaliações;
- Roda de conversas com as famílias para relatos sobre as mudanças percebidas;
- Através de devolutivas para os professores e para os responsáveis em reuniões;

Subsecretaria de Educação Básica
 Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino Gerência de Serviço
 Especializado de Apoio à Aprendizagem
 SEAA – Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem
 Escola Classe 121 de Samambaia
 3901- 7743



Plano de Ação – ano letivo 2022

UE: **Escola Classe 121 de Samambaia**

Equipe Gestora: Diretor(a): **Elaine de Moraes Rodrigues** Vice-diretor(a): **Priscila da Silva Araújo**

Quantitativo de estudantes: +-**622**

Nº de Turmas: **32**

Etapas/modalidades: **Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Uma Classe Especial.**

Serviços de Apoio da IE: Sala de Recursos (**X**) Orientação Educacional (**X**) Sala de Apoio à Aprendizagem () Outro (**X**) **PECM**

Serviços de Apoio: SEAA: Pedagoga: **Carla Regina da Paixão Rodrigues Mat.3480-90** Psicóloga(o): **Juliana dos Santos Cardoso Mat.247801-3**

Obs. 1 O presente Plano de Ação tem vigência para o ano letivo de 2022. Ressalta-se que a psicóloga nesse momento encontra-se gozando de licença maternidade, com previsão de retorno às suas atividades em setembro, momento esse, que esse documento poderá ser reavaliado para as devidas modificações, caso haja necessidade.

Obs. 2 A sala de recursos tem o seu funcionamento na EC 325 (a título de informação).

Eixo I: Observação do Contexto Escolar

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mapeamento Institucional e Organização dos documentos pertinentes a equipe.	Conhecer a história da IE, aspectos físicos, quadro funcional, estudantes, o PPP... Identificar e separar pastas e fichas dos alunos ativos na IE.	Leitura do PPP da IE. Levantamento de quantitativo de alunos, turmas, quais são inclusivas, quantos estudantes com deficiência, quantos com TFE. Verificação e listagem de alunos com laudo, mas sem o RAIE. Nº de professores efetivos e contratos, tempo de experiência dos mesmos. Atualização das pastas física e virtual dos alunos em acompanhamento.	Principalmente no decorrer do 1º bimestre, porém, ao longo do ano podem surgir demandas.	Pedagoga da EEAA (a princípio).	Ao longo do ano serão feitas análises do processo e seus resultados e necessidades.
Mapeamento Subjetivo (Observação nos espaços comuns e das dinâmicas pedagógicas).	Identificar e compreender entre os diferentes atores quais são suas características e potencialidades para a realização de ações conjuntas.	Ações que envolvam articulação e interlocução entre diferentes profissionais de educação a fim de buscar parcerias para o desenvolvimento de um bom trabalho colaborativo. Escuta sensível.	Em todo o ano letivo.	Pedagoga e Psicóloga da EEAA	Análise das trocas e parcerias alcançadas no decorrer do ano.

Eixo II: Gestão da Escola

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Parceira/ Trabalho Colaborativo/Contribuição à melhoria das relações interpessoais entre toda a comunidade escolar, bem como do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes em geral.		Reuniões mensais para alinhamento de ações. GRAC - quando necessário.	Em todo o ano letivo	Gestão, pedagoga e psicóloga da EEAA, orientadora, coordenadoras e demais que se fizerem necessários em momento específico de GRAC.	Feedbacks nas reuniões subsequentes retomando o que alcançou ou não das ações planejadas.
Colaborar com aplicação de provas externas (SAEB, IDEB, ANA).	Analisar os indicadores de aprendizagem para que junto com a comunidade escolar sejam traçadas novas metas.	Fomentar questões que funcionem como métricas e ajudem a sistematizar ações e identificar lacunas, buscando trabalhar para que, junto aos demais profissionais, cada sujeito por trás de um número de matrícula aprenda e se desenvolva integralmente, conforme objetiva o Currículo em Movimento.	De acordo com o calendário da SEEDF e MEC.	Pedagoga da EEAA	Durante e após sua execução perceber seus resultados bem como desafios.

Eixo III: Corpo Docente					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Assessoria ao trabalho pedagógico.	Contribuir, em parceria com os demais profissionais, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a provocar a revisão e/ou a atualização de suas atuações.	Observação em sala de aula. Participação nas coordenações pedagógicas, conselhos de classe, reuniões ordinárias (bim. de pais e mestres qdo possível) e extraordinárias (projetos e eventos escolares diversos). Contribuição ao planejamento do professor.	Em todo o ano letivo	Pedagoga da EEAA	Através dos feedbacks por meio de conversas informais recebidos dos professores, nos conselhos de classe, refletindo sobre o que foi bom e funcionou, e o que ainda precisa de mediações específicas.
Formação Continuada.	Colaborar com a formação continuada dos professores, viabilizando a aquisição de conhecimentos teóricos, desenvolvimento de habilidades e de recursos para a mobilização de competências, e a construção de práticas exitosas a fim de, sempre que possível, promover discussões de técnicas e estratégias de trabalho capazes de oxigenar e movimentar as práticas desenvolvidas no âmbito escolar.	Participação direta com temáticas intencionais ou indireta nas coordenações coletivas. Oferta em pasta virtual comum a todos, de diversos materiais de apoio e estudo. Partilhar saberes pedagógicos e psicológicos.	No decorrer do ano letivo.	Pedagoga da EEAA	Através da oportunização e reflexão sobre a prática, diante das temáticas estudadas, o retorno obtido por meio de mudanças de concepções e a prática no dia a dia poderão propiciar momentos de avaliação.

Queixa escolar.	<p>Compreender os múltiplos fatores presentes no contexto escolar que contribuem para a instalação de impasses ao processo de ensino e de aprendizagem, buscando estratégias que possibilite o entendimento das origens das dificuldades na aprendizagem, sem a consideração do fracasso escolar como fruto de um problema individual do educando ou de sua família.</p> <p>Superação da dicotomia avaliação / intervenção.</p>	<p>Acolher e conhecer o professor, bem como a queixa trazida.</p> <p>Compreender a história da criança (atividades, cadernos, observação, RAV's, conversa com outros professores).</p> <p>Verificar o que já foi feito e resultados alcançados.</p> <p>Uso de técnicas, instrumentos e intervenções pedagógicas e psicológicas.</p>	<p>No decorrer do ano letivo, com ênfase nos três primeiros bimestres.</p>	<p>Pedagoga da EEAA Psicóloga da EEAA</p>	<p>No decorrer dos diálogos que cercam o ambiente escolar, das falas intencionais ou não, dos resultados bem sucedidos ou não dos estudantes encaminhados.</p>
Cultura de sucesso escolar.	<p>Cooptar o professor para um olhar analítico sobre a produção escolar do aluno.</p> <p>Contribuir para a diminuição das queixas escolares e para outras manifestações do fracasso escolar.</p>	<p>Fomentar espaço de acolhimento e fortalecimento da autoestima e potencialidades.</p> <p>Sugerir ao prof. possibilidades de diversificação dos instrumentos avaliativos, podendo compreender melhor os processos de aprendizagem da criança.</p>	<p>Em todo o ano letivo.</p>	<p>Gestão Pedagoga da EEAA Psicóloga da EEAA Orientadora Educacional Coordenadoras</p>	<p>Por meio do quantitativo de queixas recebidas poderá ser percebido como a promoção da diversidade está incorporada no ambiente escolar.</p>

Eixo IV: Estudantes					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Favorecer o desenvolvimento ou aprimoramento das funções executivas, cognitivas e conativas de forma a contribuir na tomada de decisões, no pensamento crítico e na autonomia do indivíduo, entre outros pontos.	Acolher e acompanhar o desenvolvimento do estudante segundo aspectos emocionais, afetivos, cognitivos, pedagógicos, familiares e culturais. Fortalecimento da autoestima.	Através de momentos de conversa e partilha com o professor, oferecer possibilidades de: <ul style="list-style-type: none"> -exposição à situações e vivências saudáveis e diversificadas. -estímulos físicos, cognitivos e emocionais. 	Durante todo o ano letivo.	Professores, coordenadoras, pedagoga da EEAA, orientadora educacional e psicóloga da EEAA.	Essa ação poderá ser avaliada mediante o número de queixas, mediante o retorno recebido dos professores e mediante o acompanhamento dos estudantes no decorrer do ano.
Oferecer suporte pedagógico e psicológico para estudantes em situação de queixa escolar que se encontram em situação de acentuada dificuldade de aprendizagem.	Avaliar os estudantes com suspeita de deficiências ou com suspeita de transtornos funcionais, ou qualquer outra condição de não-aprendizagem com vistas a Estratégia de Matrícula 2023.	Atendimento individualizado, em pequenos grupos, coletivo (recreio, educação física, passeios, etc.).	Ocorrerá acompanhamentos semanais programados conforme a dinâmica da escola.	Pedagoga da EEAA Psicóloga da EEAA	No 4º bimestre poderá ser feito levantamento de quantos alunos foram alcançados na estratégia, quantos continuam o processo no ano seguinte.
Atenção integral à saúde da criança e em situação de violência e/ou abuso.	Promover vínculos e fortalecimento da resiliência, estando alerta a sinais e comportamentos. Promoção da cultura de paz. Compreender os processos de mascaramento dos sentimentos (por ex. tristeza, mágoa e insegurança que se expressam por condutas agressivas) e de canalização da impulsividade.	Acolhimento, atendimento, notificação e seguimento na rede de cuidados e de proteção social que se fizer necessário (médicos, conselho tutelar, vara da infância, etc.).	Em todo o ano letivo e/ou sempre que se fizer necessário.	Em parceria com a orientação educacional, gestão e EEAA.	Ocorrerá pontualmente em cada situação que surgir, se alcançamos os objetivos mediante cada caso.

Eixo V: Famílias/Pais					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Contribuir com a relação entre a escola e a família por meio da manutenção do diálogo e acompanhamento às famílias.	Fortalecer o vínculo escola-comunidade.	Rodas de conversas/escuta sensível. Atendimentos em pequenos grupos. Café da manhã e chá da tarde para as famílias dos estudantes com NEE	O café da manhã e chá da tarde uma vez a cada bimestre. As demais ações no decorrer do ano.	Pedagoga EEAA Orientadora Educacional Psicóloga EEAA	Feedbacks recebidos das famílias sobre esses momentos.
Favorecer possibilidades para propiciar o sucesso escolar, construindo estratégias de condução conjunta.	Estimular junto às famílias a construção de recursos para o estabelecimento de limites buscando equilibrar-se entre aplicar as regras e manter-se afetivo (rotinas, valores, regras, deveres e hábitos da família, escola e sociedade que a criança deve respeitar e cumprir).	Acolhimento e entendimento do contexto familiar por meio de conversas para o estabelecimento de diálogo, rotina, melhora do acompanhamento familiar e rendimento escolar.	Conforme forem surgindo as demandas no decorrer do ano. Após os conselhos de classe de cada bimestre.	Pedagoga EEAA Orientadora Educacional Psicóloga EEAA	Observação direta e indireta dos estudantes citados.
Refletir sobre as responsabilidades da escola e da família, pontuando ações necessárias.	Informar a família sobre a situação do estudante: queixas, ações desenvolvidas, resultados e desafios. Solicitar a colaboração da mesma com os encaminhamentos necessários.	Encaminhamentos pertinentes.	Ao longo do ano letivo.	Pedagoga EEAA Orientadora Educacional Psicóloga EEAA	Retornos obtidos dos encaminhamentos feitos.

Eixo VI: Educação Inclusiva

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Mediar a tomada de consciência das dificuldades, bem como auxiliar na construção de estratégias de enfrentamento e resolução de problemas.	Estimular o desenvolvimento do autoconhecimento como forma de ter o controle dos pensamentos e ações que irão determinar o seu comportamento, sua capacidade de enfrentar adversidades e obstáculos, e o controle sob os seus sentimentos e reações.	Projeto: Treinando minhas habilidades para um novo tempo (emoções, rotina, organização pessoal, autoestima, aprendizagem).	Ocorre durante duas semanas em cada bimestre do ano letivo.	Projeto desenvolvido pela orientação educacional com parceria da pedagoga EEAA.	Observação de comportamentos, falas, mudanças de olhar...
Com base nos princípios e pilares da educação inclusiva, promover a quebra de preconceitos, o respeito às diversidades e a defesa do direito de aprendizagem de todo(a)s o(a)s estudantes.	Conscientizar e ressignificar valores e crenças que norteiam as práticas educacionais inclusivas, estimulando a convivência respeitosa frente às demandas originadas na e pela diversidade.	Projeto: LIDE L - ludicidade I - inclusão D - diversidade E - empatia	As ações pontuais do proj. ocorrerão no 2º e 3º bimestres (reforçando que o tema é trabalhado em todo o ano).	Projeto desenvolvido pela EEAA (pedagoga) junto com a orientação educacional.	Ao término do projeto poderá ser contemplado os resultados obtidos, entendendo que são ações que perduram ano a ano.
Acompanhamento direto e indireto aos estudantes com NEE (deficiências e TFE).	Verificar e contribuir com as aprendizagens dos estudantes com laudo na IE.	Contribuir com a elaboração dos documentos específicos como adequação curricular, programa de intervenção. Sugestão de material. Estimular o envolvimento dos alunos com seus pares, bem como a inclusão dos alunos da C.E.	Em todo o ano letivo.	Pedagoga da EEAA. Posteriormente a psicóloga também.	Observação e acompanhamento das competências adquiridas por cada estudante mediante o trabalho desenvolvido por cada professor(a).

Eixo VII: Atuação Normativa do Serviço

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
Estratégia de Matrícula	Em corresponsabilidade contribuir com a promoção da equidade de condições, qualidade, transparência, otimização dos recursos e oportunidades, dos estudantes na IE para o ano letivo de 2023.	- Avaliação (RAIE) - Reavaliação - Estudo de Caso	Meados de setembro a outubro	Secretário Escolar Gestão Pedagoga EEAA Psicóloga EEAA CRE (UNIPLAT e UNIEB)	Ao término da estratégia poderá ser visto se todos os objetivos foram alcançados.
Projeto de Transição	Acolher e contribuir com a adaptação das crianças que chegam de creches e/ou casa de forma que essa fase de mudança ocorra em tranquilidade. Possibilitar um maior conhecimento sobre o aluno que vai para o CEF bem como sugerir possibilidades de ensino às necessidades de aprendizagem do educando.	Para a educação infantil, diálogos, acolhimento à família, inteirar-se de alguma particularidade do educando, entre outras... Para o 5º ano rodas de conversas, tira-dúvidas, construção de documentos para alunos que necessitam de olhar especial...	1º bimestre e 4º bimestre.	Professores das referidas turmas. Gestão. Pedagoga e Psicóloga EEAA. Orientadora	Através do acompanhamento indireto dos estudantes, por meio de conversas com professores e outros profissionais da IE.
Reuniões/ Encontros de Articulação Pedagógica Portaria 03/2020 (Art.83)	Qualificar a atuação do SEAA.	Por meio de discussões/reflexões, entre outras ações, mapeamento das experiências e práticas exitosas, organização, planejamento, e formação continuada.	Todas as sextas-feiras pela manhã durante todo ano letivo.	Todas as EEAA.	Levantamento da presença nesses momentos de reuniões e formações. Na reflexão sobre a prática.

14 Estratégias de Intervenções Pedagógicas

14.1 Acompanhamento Pedagógico Individual - Reforço Escolar.

O reforço escolar constitui numa estratégia interventiva de promoção da aprendizagem e consiste no atendimento individualizado ou em pequenos grupos, para garantir maior atenção do docente no processo de mediação e intervenção para a aprendizagem do estudante. Conforme acordado pelo grupo de professores, o mesmo é ofertado no turno contrário às aulas, após, ou antes, do início da escola integral. Sanadas as dificuldades elencadas para o reforço o estudante é liberado do mesmo, seguindo com as atividades regulares da escola.

14.2 Plano de permanência e êxito escolar dos estudantes

Projeto Interventivo é um projeto específico que parte de um diagnóstico e consiste no atendimento imediato aos estudantes que, após experimentarem todas as estratégias pedagógicas desenvolvidas nas aulas, ainda evidenciem dificuldades de aprendizagem. O PI apresenta uma dimensão política que recai sobre o cumprimento do direito de cada estudante à aprendizagem e outra, pedagógica voltada para a seleção dos recursos mais apropriados à promoção de suas aprendizagens (VILLAS BOAS, 2012).

O Projeto Interventivo apresenta características próprias:

- a) é contínuo por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010, p. 35);*
- b) é diversificado e atualizável, evitando a padronização e repetição de atividades;*
- c) deve considerar o processo de desenvolvimento dos estudantes; d) deve envolver toda a equipe pedagógica da escola na realização do projeto. Essa equipe desenvolve atividades com estudantes das turmas, de acordo com as dificuldades surgidas, o momento em que são realizadas e os recursos humanos e materiais disponíveis.*

A elaboração, realização e avaliação do PI é de responsabilidade primeira do professor regente; contudo, a equipe diretiva e a de coordenação pedagógica, os orientadores educacionais, os pedagogos e os psicólogos são sujeitos partícipes e corresponsáveis nesse processo. Esse envolvimento favorece o uso de diversos tipos de atividades em tempos e espaços escolares flexibilizados. Cabe ressaltar a importância dos registros de todas as ações pertencentes à elaboração, realização e avaliação do PI. Assim como no Reagrupamento, algumas formas de registro do PI são estabelecidas pela SEEDF no Diário de Classe; outras poderão ser constituídas e adotadas em cada unidade escolar e pelo professor, (portfólio, fichas de acompanhamento e outros). É necessário incluir também os registros das atividades desenvolvidas pelos estudantes

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS
PARA ORGANIZAÇÃO
ESCOLAR DO 2º CICLO PARA AS
APRENDIZAGENS: BIA e 2º
Bloco

14.3 Reagrupamentos: intra e interclasse

O Reagrupamento é uma estratégia de trabalho em grupo, que atende a todos os estudantes, permitindo o avanço contínuo das aprendizagens a partir da produção de conhecimentos que contemplem as possibilidades e necessidades de cada estudante, durante todo o ano letivo. Possibilita a mediação entre pares, pois os próprios estudantes auxiliam uns aos outros, na socialização de saberes e experiências.

Os Reagrupamentos não buscam a homogeneidade, mas a necessidade de diferenciação e individualização de práticas voltadas às reais necessidades dos estudantes. A avaliação formativa é imprescindível nesse processo, uma vez que por meio dela ocorre o diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes e a adoção de estratégias em prol de seu avanço. Uma etapa importante dos Reagrupamentos é o registro das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados, na perspectiva de um processo formativo de avaliação. Esse registro deve ser feito de acordo com as orientações da Secretaria de Estado de Educação do DF, no Diário de Classe, tanto do professor que encaminha o estudante, quanto do que o recebe, e por meio de outros instrumentos como: portfólio, diário de bordo, caderno de registro, entre outros.

Apresentamos a seguir as duas modalidades de Reagrupamento com suas principais características, sabendo que se diferenciam, mas se complementam. O Reagrupamento intraclasse, como o próprio nome indica, consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, durante o horário das aulas. Em determinados momentos, as atividades podem ser as mesmas para todos os grupos, isto é, todos têm o mesmo desafio a desenvolver. Em outros, a atividade pode ser a mesma para todos, porém com comandos distintos, conforme o processo de aprendizagem de cada estudante ou grupo. Há ainda situações em que cada grupo receberá um desafio diferente. O que determina a opção pela forma de organização dos grupos, pela periodicidade de realização e ou pelo trabalho que será desenvolvido é o diagnóstico das necessidades e possibilidades de aprendizagem, realizado pelo professor.

O Reagrupamento interclasse é uma dinâmica que enriquece e alarga as experiências estudantis e docentes por meio do diálogo entre as turmas. Nesses momentos, são formados grupos de estudantes de diferentes turmas, do mesmo ano ou não, do mesmo bloco ou não, a partir de necessidades e possibilidades diagnosticadas. Os professores dessas turmas e outros profissionais da escola se distribuem na organização e acompanhamento do trabalho de cada grupo, considerando-se as especificidades de cada um deles. Assim como não há grupo fixo de estudantes, também o professor não permanece o tempo todo com o mesmo grupo. O Reagrupamento interclasse pode ser realizado em períodos que favoreçam o alcance dos objetivos propostos e a organização da escola, duas, três ou quatro vezes por semana, podendo acontecer ao longo de toda a semana, abrangendo todo o turno ou não.

Vale ressaltar que não haverá com isso formação de novas turmas. Os estudantes continuam registrados nos Diários de Classe em suas turmas de referência ou origem (matrícula), tendo em vista o caráter temporário e dinâmico do Reagrupamento interclasse. Uma das vantagens dessa

modalidade de Reagrupamento é o fato de propiciar ao professor percepções diversas sobre os estudantes, fortalecendo a interlocução entre os professores envolvidos e tornando-os corresponsáveis pelas aprendizagens de todos os estudantes.

O trabalho com Reagrupamento, seja interclasse ou intraclasse, será enriquecido pela reconstituição dos grupos sempre que o professor perceber a necessidade. Grupos fixos ao longo do ano letivo não costumam oferecer aos estudantes oportunidades ampliadas de aprendizagens, além de contribuir para a atribuição de rótulos, como grupos fortes e fracos.

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS
PARA ORGANIZAÇÃO
ESCOLAR DO 2º CICLO PARA AS
APRENDIZAGENS: BIA e 2º
Bloco

15 Educação Inclusiva

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Constituição Federal de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de **todos, sem preconceitos** de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 205: a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino.

Art. 208, inciso III: Dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

- ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55:

“os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”

- Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96:

Art. 59: os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos:

- currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades;

- assegura a **terminalidade** específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências;
- assegura a **aceleração de estudos** aos superdotados para conclusão do programa escolar.
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece:

- um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

- As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

- As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo,

de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Caracterização:

- Alunos com deficiência
- Transtornos globais de desenvolvimento □ Altas habilidades/superdotação.
- Entendemos que, na perspectiva inclusiva, os estudantes portadores de transtornos funcionais específicos, também se incluem nesta caracterização, assim como demais estudantes que, mesmo sem possuir diagnóstico, apresentam necessidades educacionais especiais como o reforço por meio de atendimento individualizado, mais apoio em materiais concretos, etc.

Condições de atendimento:

- **Acessibilidade:** Banheiro adaptado PNE, rampas, carteiras adaptadas.
- **Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem:**
- **Educador Social:** auxilia nas necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. O Educador Social também poderá desenvolver projeto específicos na escola desde que explicitados no Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino conforme dispositivo legal. Essa referência legal publicado no diário oficial

portaria N° 36 de 20 de fevereiro de 2017 no seu Art 4° inciso III vincula a perspectiva de um trabalho coletivo com auxílio e ações específicas do Educador Social que será determinante no desenvolvimento e efetivação de projetos na área do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, inclusão digital e desenvolvimento tecnológico, projeto interventivo para alunos com dificuldade de escolarização, projeto de leitura, projeto lógico matemático, projeto de iniciação musical sempre buscando a formação integral do sujeito. A formação do Educador Social e o seu perfil voluntariado possibilita o engajamento do mesmo na construção multiforme do saber, por isso, referendamos em nosso Projeto Político Pedagógico a necessidade inequívoca da inserção desse profissional para cumprimento dos projetos descritos, normatizados e construídos pelos atores da Escola Classe 121.

16 Estratégias de Avaliação

A escola classe 121 de Samambaia participa das seguintes avaliações externas:

De acordo com o Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira, essas avaliações são compreendidas da seguinte forma:

- **IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina o desempenho dos estudantes na Prova Brasil com informações sobre o rendimento escolar, ou seja, a aprovação. Desta forma, ao mesmo tempo em que se percebe a proficiência do estudante é possível verificar a dinâmica do fluxo escolar. O IDEB, como indicador que permite o monitoramento do sistema de ensino, utiliza sua base de dados para nortear as políticas, possibilita:

- detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa *performance* em termos de rendimento e proficiência;
- monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino.

16.1 Avaliação em Rede

Avaliação diagnóstica que visa investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2° ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras. Aplicada duas vezes ao ano (no início e no final), a avaliação é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. A aplicação em períodos distintos possibilita a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura e de matemática.

Conjugamos que estas avaliações externas, além de fomentar necessidades pertinentes na formulação das políticas públicas, permitem aos gestores e professores obter informações que podem auxiliar no monitoramento e desenvolvimento da aprendizagem no processo de escolarização.

16.2 Avaliação Institucional

A avaliação institucional em nossa escola é realizada como forma de auxiliar a comunidade escolar na construção do planejamento pedagógico e na tomada de decisões, visando o constante aprimoramento do trabalho escolar. Essa avaliação também constitui um instrumento de diálogo e reflexão, possibilitando as intervenções necessárias em pontos complexos e fundamentais para a gestão dos processos da escola e na análise da realidade global.

16.3 Avaliação das Aprendizagens

A avaliação que integra o projeto político-pedagógico deve ser entendida como um processo permanente destinado, principalmente, a avaliar o projeto institucional em direção aos objetivos propostos, isto ocorre devido às mudanças constantes que acontecem no cotidiano escolar, seja em face do alcance do que se pretendia ou do aparecimento de novas necessidades ainda não percebidas.

Nesse sentido, não se esgota apenas na avaliação dos resultados alcançados em um determinado momento. Trata-se de uma atividade contínua, inerente e necessária ao exercício da função de gestão, da administrativa, pedagógica e participativa, para a qual podem ser usados distintos mecanismos e procedimentos.

Além de sua importância estratégica para o aperfeiçoamento da gestão e do projeto escolar, a avaliação possibilita análise da função social da escola, das condições e desempenho do processo de ensino e aprendizagem, indicando as necessidades de ajustes e assume a dimensão formativa. “A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar” (Libâneo, 1994, p.196).

É importante destacar que o registro sistematizado da avaliação – expresso em documentos específicos ou em momentos de discussão em grupo – deve ocorrer ao final do ano letivo para avaliação do projeto como um todo e em dias previstos para a avaliação institucional, principalmente. Contudo, na perspectiva de transformar a avaliação num processo contínuo e ágil, durante todo o período de execução do PPP, os procedimentos de avaliação podem ser utilizados a qualquer tempo e de formas variadas, podendo alimentar a trajetória estratégica definida, indicando as mudanças de rumo que se fazem necessárias para atingir os resultados esperados.

A avaliação deve abranger a participação de toda a comunidade escolar: Professores, Gestão, Carreira Assistência, Terceirizados, Pais e/ou responsáveis, estudantes, órgãos colegiados e comunidade local. A avaliação também pode ocorrer em nível institucional através da avaliação externa ou de rede.

Sabemos que avaliamos em todos os momentos, formal ou informalmente, ambas as possibilidades de avaliação ocorrem rotineiramente no cotidiano escolar, todavia, é neste âmbito que a avaliação se dá de modo intencional e sistemático. Neste sentido, concordamos com Libâneo (1994) ao abordar as seguintes funções da avaliação em âmbito escolar:

- Função psicopedagógico-didática
- Função de diagnóstico
- Função de controle

<p>Função pedagógico-didática:</p> <p>Se refere ao papel da avaliação no cumprimento dos objetivos gerais e específicos da educação escolar. Ao se comprovar sistematicamente os resultados do processo de ensino, evidencia-se ou não o atendimento das finalidades sociais do ensino, de inseri-los no processo global de transformação social e de propiciar meios culturais de participação ativa nas diversas esferas da vida social.</p>
<p>Função de diagnóstico:</p> <p>Permite identificar as necessidades evidenciadas pela comparação da realidade presente com a realidade desejada, assim, saberemos do que precisamos ou de quais caminhos devemos percorrer para a conquista de objetivos. A função de diagnóstico também permite identificar progressos e dificuldades dos estudantes e a atuação do professor que, por sua vez, determinam modificações do processo de ensino para cumprir as exigências dos objetivos. A atividade de diagnóstico é permanente.</p>
<p>Função de controle:</p> <p>Se refere aos meios e à frequência das verificações e de qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas</p>

Estas funções, de acordo com Libâneo (1994, p. 197) “Atuam de forma interdependente, não podendo ser consideradas isoladamente”. Reiteramos neste projeto, que a avaliação não tem fim em si mesmo, ela deve voltar-se aos objetivos estabelecidos, é um meio e não uma finalidade. É preciso que, a partir da avaliação, sempre haja tempo e possibilidade de ajuste da ação e seu planejamento, assim, não incorrerá o ocorrido na paráfrase de Gandin (1994) “tanto mediram e estudaram o terreno que faltou tempo para semearem, cultivarem e colherem”.

Desta forma, a avaliação desta instituição escolar leva em consideração as seguintes características:

- Reflete a unidade objetivos-conteúdos-métodos
- Possibilita a revisão do planejamento
- Ajuda a desenvolver capacidades e habilidades
- Volta-se para a atividade dos estudantes
- Ajuda na auto percepção dos sujeitos
- Reflete valores e expectativas

Na perspectiva de avaliação com foco no processo de ensino e aprendizagem utilizamos instrumentos variados como estratégia para a coleta de dados que subsidiarão a avaliação formativa, entendendo esta como um processo avaliativo que busca diagnosticar e intervir nas necessidades e oportunidades de aprendizagem a partir das diversas dimensões humanas: social, afetiva, cognitiva, psicomotora, etc. Assim, utilizamos como meio de alcance da finalidade formativa do processo de ensino e aprendizagem, os seguintes instrumentos:

- Relatórios diversos (diários da aula, relatórios de desenvolvimento do aluno, relatórios de observação, etc.)

- Portfólios
- Prova escrita (de questões dissertativas, múltipla escolha, de correlação, etc.)
- Gincanas
- Participação nas aulas
- Trabalhos de pesquisa em grupo
- Trabalhos de pesquisa individual

Segundo Jussara Hofmann, as crianças apresentam maneiras peculiares e diferenciadas de vivenciar as situações de interação com o mundo que as cerca. Em questão de minutos muitas conquistas acontecem e novas situações são criadas no interior da escola.

Avaliar na educação infantil e nas séries iniciais requer olhar de forma diferenciada o modo próprio das ações das crianças, sem classificá-las, nem tão pouco analisá-las sob o ponto de vista das expectativas do professor.

Ainda segundo Hofmann, as atividades desenvolvidas pela criança no interior da escola, faz-se necessário considerar a tríade observação, análise e reflexão para ter êxito nas ações educativas. Diante do exposto decorem duas ações sobre como o olhar avaliativo deve proceder:

- A percepção clara de que as expectativas do professor podem não corresponder às formas peculiares e próprias de a criança responder às situações; e
- Que o acompanhamento do processo de construção se dá pela observação e reflexão permanentes sobre as manifestações das crianças.

A cada atividade desenvolvida com as crianças podemos levantar vários questionamentos. Isso feito a partir de observação atenta e curiosa a respeito do comportamento das crianças nas diversas formas como brincam, como agem com os colegas, como seus interesses e ações individuais estão presentes em cada momento.

Assim duas ações básicas devem nortear a avaliação nas séries iniciais e educação infantil:

- Observação atenta, sistemática e curiosa sobre as manifestações de cada criança;
- Reflexão sobre o significado dessas manifestações em termos de seu desenvolvimento.

Ao oportunizarmos uma atividade oferecemos as crianças possibilidades de descobrirem a forma particular como cada uma age, como se relacionam como atuam segundo suas perspectivas pessoais, sem a interferência do professor. Nesse caso o professor observa e reflete sobre a ação das crianças. Observar e refletir para a continuidade da atividade não é o mesmo que julgar o valor dos resultados alcançados pelas crianças ao final das atividades propostas.

Assim, a ação avaliativa na educação infantil e séries iniciais deve ser contrária a uma concepção de julgamento de resultados.

“Principalmente por confiar nas possibilidades das crianças, negando a determinação de comportamentos esperados, e por introduzir a perspectiva da avaliação como fundamento da ação educativa a partir da valorização das crianças em suas manifestações”.

Hoffmam, 2005, pag.72

Ações institucionais e suas negações

A adoção por parte do estado de modelos de prática avaliativa distorce a perspectiva da observação e acompanhamento. O que se pretende na ação avaliativa da educação infantil e séries iniciais é criar um ambiente livre de tensões e limitações.

A criança não pode se sentir integrada a uma escola que lhe proporciona uma situação constante de prova, de teste, onde a tensão se mantém e onde a criança e sua família são pré-julgadas e responsabilizadas pelo fracasso. São crianças que não passam numa prova de ritmo e sabem fazer batucada. Que não tem equilíbrio e coordenação motora e andam em muros e árvores. Que não tem discriminação auditiva e reconhecem cantos de pássaros. (Macedo, 1988, p.48-51)

Para considerar uma ação avaliativa integrada e livre de tensionamento desnecessário consideramos os pontos seguintes:

- **A criança deve ser o centro da ação avaliativa** – os registros não podem ser apenas para dados estatísticos da escola ou informar aos pais que as atividades foram executadas;
- **O educador deve refletir teoricamente sobre as possibilidades das crianças em termos de estágios de desenvolvimento** – este item está ligado ao anterior, porque, com base em expectativas determinadas pelos adultos, são estabelecidas rotinas e procedimentos desconsiderando-se o significado dados a eles em relação às etapas de desenvolvimento das crianças, às suas possibilidades, às suas necessidades. Muitas vezes os resultados anotados aproximam a criança de um modelo definido distanciando de suas reais possibilidades como criança.
- **Os registros de avaliação devem se referir à criança em termos de seu desenvolvimento pleno** – a análise da criança não pode ser parcial e restrita a determinados aspectos do desenvolvimento que a escola pretende observar e limitada às expectativas dela em relação a criança, desconectada de uma visão ampla das possibilidades e do conhecimento construído por ele em termos de aprendizagem

É importante refletirmos sobre a ação avaliativa na educação infantil e séries iniciais. O modelo de avaliação classificatório e sentencivo é inadequado e contrário à sua própria realidade política.

A ação avaliativa deve existir no sentido de assegurar, na educação infantil e séries iniciais, um clima sem tensões e limitações. Isso será possível se o educador se desapegar do modelo de avaliação do ensino regular e vislumbrar, de fato, uma perspectiva de acompanhamento, acreditando nas possibilidades de as crianças se desenvolverem e vivenciarem as situações de forma própria e diferenciada da do adulto.

Confiar nas crianças e valorizar seu agir significa contribuir para a ampliação de suas descobertas e não apenas estar ao lado delas permitindo toda e qualquer ação.

Redimensionar a prática avaliativa da educação infantil e séries iniciais compreende avaliar sua própria especificada, ou seja, refletir sobre a dimensão em que se aborda a problemática da educação infantil em nosso país e em que medida a criança garante, no projeto político pedagógico, seu direito de ser verdadeiramente criança. (Hofmann, 2005, p.88).

17 Conselho de Classe

O Conselho de Classe ocorre no 1º, 2º e 3º bimestres de forma segmentada, iniciando com a Educação Infantil até chegarmos ao 5º ano. É realizado com base no levantamento realizado pelos professores após a avaliação diagnóstica e o teste da psicogênese, citando os alunos com dificuldades de aprendizagens, conflitos familiares, abandono, faltas e outros pontos, considerados preocupantes, que necessitam de uma intervenção prática. Dessa forma, é estruturada uma planilha contendo a turma, nome do professor, turno, nome dos alunos, dificuldades de aprendizagens e observações descritas, campo sobre o acompanhamento da Orientação Educacional, do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos, Conselho Tutelar, avaliação médica. Todo esse processo é acompanhado bimestralmente e temos ações específicas para cada problema apresentado. No 4º bimestre, o Conselho de Classe é realizado de forma coletiva com a participação de todo o corpo docente e demais servidores da Carreira Magistério, onde são apresentadas todas as estratégias e intervenções pedagógicas que foram desenvolvidas com os alunos citados nos conselhos anteriores, juntamente com o projeto de transição que contém as informações dos alunos que necessitaram de atendimentos diferenciados no próximo ano letivo e com base nos dados levantados, tem-se um panorama já no 1º bimestre do ano seguinte, para realização do reagrupamento, interventivo e avaliações diagnósticas, como também, dados sobre progressão, reprovação, alunos com laudos, famílias atendidas e o percentual de alunos, que necessitarão de acompanhamento pedagógico sistematizado no ano que se inicia.

18 Órgãos Colegiados

18.1 Conselhos Escolares: breve histórico e atribuições

A criação dos Conselhos Escolares, como forma de efetivação da gestão democrática e como garantia de envolvimento e participação de todos os representantes da comunidade escolar, deu-se com a reformulação da Constituição Federal no ano 1988, em seu artigo 206, inciso V “*gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino*” sendo corroborada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em seu artigo 14, inciso II, que estabelece como princípio da gestão democrática a efetivação dos Conselhos Escolares como forma de garantia da participação da comunidade escolar, a saber, pais, alunos, professores, trabalhadores da educação e direção. O Plano Nacional de Educação, criado em 2001, também corrobora a importância da efetiva participação da comunidade escolar no dia-a-dia das instituições educacionais como forma de participação social, expressando que esta participação efetiva-se pela construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.

“(…) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (Plano Nacional de Educação)

Segundo Morais [201-]

“Os elementos fundantes da participação permitem uma reflexão intensa sobre os rumos da gestão da escola na perspectiva da ampliação dos espaços democráticos.”

A Lei 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, de autoria do poder executivo, normatiza no Distrito Federal, a Gestão Democrática, cumprindo assim, o disposto na Constituição. A referida lei, em seu artigo 2º destaca as finalidades e os princípios da gestão democrática:

- – **participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;**
- – **respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;**
- – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- – transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- – garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;
- – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;
- – valorização do profissional da educação.

A Lei 4.751/12 ainda descreve sobre a autonomia pedagógica, financeira, e administrativa, e dispõe sobre os órgão colegiados como mecanismos de participação:

Art. 9º A Gestão Democrática será efetivada por intermédio dos seguintes mecanismos de participação, a ser regulamentados pelo Poder Executivo:

I – órgãos colegiados:

- Conferência Distrital de Educação
- Fórum Distrital de Educação;
- Conselho de Educação do Distrito Federal;
- Assembleia Geral Escolar;
- **Conselho Escolar;**
- Grêmios estudantis;

II – direção da unidade escolar

Nos artigos 24 e 25, a Lei dispõe sobre as atribuições, responsabilidades e composição dos Conselhos Escolares nas Instituições Públicas do Distrito Federal:

Art. 24 – Em cada instituição pública de ensino do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEDF.

Parágrafo único. O Conselho Escolar será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros conforme a quantidade de estudantes da unidade escolar, de acordo com o Anexo Único desta Lei.

Art. 25. Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições a serem definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal:

- – elaborar seu regimento interno;

- – analisar, modificar e aprovar o plano administrativo anual elaborado pela direção da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola;
- – garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico da unidade escolar;
- – divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos;
- – atuar como instância recursal das decisões do Conselho de Classe, nos recursos interpostos pelos estudantes, pais ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação;
- – estabelecer normas da Assembleia Geral Escolar e convocá-la nos termos desta Lei;
- – estruturar o calendário escolar, no que competir à unidade escolar, observada à legislação vigente;
- – fiscalizar a gestão da unidade escolar;
- – promover, anualmente, a avaliação da unidade escolar nos aspectos técnicos, administrativos e pedagógicos;
- – analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar;
- – intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
- – propor mecanismos para a efetiva inclusão, no ensino regular, de alunos com deficiência;
- – debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos;

§ 1º Em relação aos aspectos pedagógicos, serão observados os princípios e as disposições constitucionais, os pareceres e as resoluções dos órgãos normativos federal e distrital e a legislação do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

§ 2º Quando se tratar de deliberação que exija responsabilidade civil ou criminal, os estudantes no exercício da função de conselheiro escolar serão representados, no caso dos menores de dezesseis anos, ou assistidos, em se tratando de menores de dezoito anos e maiores de dezesseis anos, por seus pais ou responsáveis, devendo comparecer às reuniões tanto os representados ou assistidos como os representantes ou assistentes.

A Lei ainda explicita que o diretor da unidade escolar será membro nato do Conselho, determina as reuniões periódicas do Conselho, o tempo de mandato dos conselheiros, a eleição para a composição, entre outras determinações.

O Conselho Escolar também apresenta um caráter político-pedagógico. Político pois reflete as discussões e debates de seus participantes, com o objetivo de chegar a caminhos que busquem o bem comum de todos os seus pares, e pedagógico no sentido de buscar meios do desenvolvimento da prática educativa.

“É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. E é pedagógica, pois estabelece os mecanismos necessários para que esta transformação realmente

aconteça.” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola - 2004)

Ressalta-se que grande foi a contribuição das lutas históricas dos educadores e demais interessados em uma educação de qualidade, para que se discutissem em nível nacional as modificações legais apresentadas acima.

“A semente da luta por uma educação como fundamento de um projeto nacional democrático foi lançada nos anos 20 por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Roquete Pinto, Pascoal Leme, entre outros educadores que inspiraram o movimento dos Pioneiros da Educação Nova. Seu manifesto de 1932 mobilizou a sociedade e garantiu a presença de alguns deles na Constituinte de 34. A Constituição de 34 organizou a educação, concebida como um projeto nacional de cidadania, em sistemas de ensino, administrados por conselhos representativos da voz plural dos educadores” (BORDIGNON, 2005)

No processo educativo, vários são os seus agentes, com suas especificidades, característica, individualidades e diferenças. Ao Conselho Escolar cabe a responsabilidade de garantir que essas diferenças e especificidades sejam respeitadas e valorizadas por meio de debates que venham dirimir os conflitos, por meio da escuta atenta de opiniões e ideias. O Conselho Escolar apresenta-se então como mediador do contraditório social.

“É preciso romper com a lógica massificadora da escola, que tem historicamente desconsiderado a diversidade de opiniões, posturas, aspirações e demandas dos atores sociais que agem em seu interior...Assim, o respeito ao pluralismo torna-se garantia de um ambiente efetivamente democrático na escola” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola - 2004).

18.2 Conselho Escolar

É no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico que surge o momento de discussões e debates sobre a escola que se tem e a escola que se quer. Nesta discussão, o Conselho Escolar deve se fazer presente de forma a garantir sua participação efetiva no planejamento e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, acompanhando todo o processo, sempre levantando questões sobre *“A garantia da unidade do trabalho escolar como condição para uma educação emancipadora que é, por origem, democrática e de qualidade”* (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola - 2004).

É na construção do Projeto Político-Pedagógico que todos os envolvidos no processo educacional debatem, planejam e executam.

“Quando todos participam, o envolvimento e o comprometimento de todos se amplia. Descubrem que têm uma causa em comum, comprometendo-se com a vidas dos educando e com o futuro da escola. Assumem responsabilidades com as mudanças. Por isso, precisa haver liberdade para que cada um fale, se posicione e participe como sujeito ativo.” (DALBERIO, 2007, pág. 8)

Outro foco a ser evidenciado na gestão democrática, que perpassa pela criação de órgãos colegiados, entendendo entre esses o Conselho Escolar, como a busca pela qualidade da educação. Qualidade esta que não pode ser entendida como mercadológica, em que o aluno é apenas preparado para o mercado de trabalho, mas sim, como qualidade emancipadora, onde o aluno é visto como sujeito social, crítico, cultural, político,

econômico e ético. Cabe, portanto ao Conselho Escolar observar que tipo de educação está sendo promovida no contexto escolar.

Quando se tem em mente o que vem a ser a educação emancipadora, é possível considerar o processo de ensino-aprendizagem como uma seta de mão dupla, onde tanto o professor como o aluno aprendem, trocam experiências, onde cada membro da comunidade escolar contribui com aquilo que tem conhecimento, *“O processo pedagógico caracteriza-se, portanto, como um movimento próprio de idas e vindas, de construções sobre construções”* (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola 2004).

O Conselho Escolar como mediador, deve observar se estas trocas e construções estão sendo feitas, bem como incentivar seus participantes a não abrirem mão desse processo. Cabe também ao Conselho Escolar observar em que condições está inserida a escola: quais as condições materiais e estruturais que esta possui; quais são seus recursos; qual o nível de formação dos servidores e professores; de que forma e com que instrumentos é realizada a avaliação; etc.

Ainda dando destaque a avaliação, o Conselho Escolar deve estar atento ao foco desta, que não deve e não pode ser voltada somente ao aluno, pois este não é o único envolvido no processo educativo, mas sim todos os demais fatores que envolvem este processo: contexto social, gestão democrática, trabalhadores em educação, condições físicas, materiais e pedagógicas (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola - 2004).

A LDB em seu artigo 22, dispõe que *“a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”*.

Dispõe ainda no artigo 24

“A forma de organização das escolas deve constar de forma clara no Projeto Político Pedagógico e também no regimento interno destas. O Conselho Escolar deve verificar se estas formas de organização têm contribuído para um processo de ensino aprendizagem que garanta os direitos dos educandos determinados na legislação e verificar também o porquê desta organização.

Ele também deve utilizar-se de indicadores que propiciem a avaliação desta organização, objetivando analisar se esta tem considerado todo o tempo necessário para que a prática pedagógica seja respeitada e se esta mesma prática favorece o respeito a diversidade de tempos de aprendizagem dos alunos, pois

“para que a escola possa garantir um tratamento igualitário a todos, é necessário considerar as diferenças. Nesse sentido, é importante possibilitar aos estudantes tempos diferenciados para favorecer o processo de aprendizagem” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico - 2004).

Os espaços de aprendizagens devem ir além da sala de aula. Passeios, visitas, debates, conferências, feiras de ciências, entre outros devem ser uma constante no contexto escolar. O Conselho Escolar deve ficar atento para que estes demais espaços de convivências sejam propiciados aos alunos. Porém se faz necessário que a escolha destes espaços e locais sejam discutidos e decididos por seus membros tendo o cuidado de que *“...em nome de processos democráticos, se verifique a negação do processo formativo,*

por meio do descompromisso em relação às condições que favoreçam a progressão de cada estudante” (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico 2004)

Ao Conselho Escolar cabe estabelecer mecanismos preventivos para que o tempo escolar seja cumprido pelos estudantes, garantindo-lhes as condições necessárias para o sucesso escolar, bem como acompanhar como se dá a progressão de cada estudante. Esse acompanhamento pode se dar por meio de reuniões e coletivas, refletindo sobre o processo pedagógico, lembrando que o currículo está inserido neste.

Com a implementação da Lei 4.751/2012, a Escola Classe 121 de Samambaia elegeu seu Conselho Escolar, que é composto por 07 membros, sendo estes: Diretora (membro nato de acordo com a lei), 02 servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, 02 servidores da Carreira Assistência à Educação e 02 representantes do segmento pais. Cada segmento possui 01 titular e seu suplente. Não há representação do segmento estudantes, uma vez que a faixa etária dos alunos é inferior à 13 anos, o que, de acordo com a lei, é quesito para que o aluno participe da composição do Conselho Escolar. O número de representantes foi constituído de acordo com o parágrafo único da Lei 4.751/2012, que determina: *“O Conselho Escolar será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme a quantidade de estudantes da unidade escolar, de acordo com o Anexo Único desta Lei.”*

19 Plano de Ação

Objetivo geral:

Oferecer educação pública de qualidade contribuindo para a igualdade de oportunidades e para a formação de cidadãos éticos, críticos e reflexivos, visando a construção de uma sociedade mais harmônica, sustentável e de responsabilidade social.

Objetivos específicos:

- Elaborar coletivamente projetos e ações que visem esclarecimentos, formas de prevenção e combate à violência em suas diversas manifestações.
- Alfabetizar todos os estudantes até o 3º ano do Ensino Fundamental.
- Efetivar o Acompanhamento Pedagógico Individualizado (reforço escolar), principalmente para estudantes que demonstrem dificuldades no processo de aprendizagem. Para o alcance de tal objetivo, a figura do Educador Social Voluntário apresentou-se como forma de apoio ao professor e a coordenação pedagógico como um agente de fundamental importância conforme explicitado no item 5.4.6 condições de atendimento desse referido documento.
- Efetivar a gestão democrática por meio da atuação do Conselho Escolar, dos demais colegiados e atuação da família no planejamento participativo.
- Proporcionar aprendizagens que dialoguem prática social e conhecimento científico.

20 Organização Curricular

A organização curricular foi realizada mediante a contribuição de todos os profissionais da Educação da Unidade Escolar, após amplo debate sobre os conteúdos e objetivos de aprendizagem que deveriam ser alcançados com a retomada do ano letivo de 2022. Esse replanejamento foi indicado para todas as Etapas da Educação Básica, com exceção da Educação Infantil, uma vez que o Currículo desta etapa :

“... É entendido como as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que são vivenciadas nos espaços institucionais, e que afetam a constituição das identidades das crianças. Portanto, o currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico . Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças, desde quando são bebês, começam a estabelecer com as professoras ou professores, demais profissionais da educação e com as outras crianças”

Nota Técnica N.º 6/2020 - SEE/SUBEB/DIINF – novembro de 2020

20.1 Educação Infantil:

A Educação Infantil corresponde a uma etapa de extrema importância no processo de escolarização, concordamos com o que se afirma no Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do DF ao propor que “a educação infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança, por isso: concebe a criança em todas as suas dimensões formativas, complementando a ação da família e da comunidade” (SEDF, 2014, p. 20).

Neste sentido, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes o educar e o cuidar, bem como o brincar e o interagir. Portanto, fica claro que essa etapa da Educação Básica não se organiza com base em conteúdos, componentes curriculares ou áreas do conhecimento.

O que trabalhar na Educação Infantil?

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, emergindo os cinco campos de experiências, a saber: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL:

Identidade e autonomia.

- 1- Eu, o outro e nós
- 2- Corpo, gestos e movimentos
- 3- Traços, sons, cores e formas
- a. Expressividade, das manifestações artísticas, culturais e científicas.
- 4- Escuta, fala, pensamento e imaginação
 - a. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, corporal, artísticas e interações com a natureza e a sociedade.
- 5- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

- a. Considerar a interlocução entre as múltiplas linguagens da infância, neste campo de experiência, as linguagens mais presentes são a matemática e interações com a natureza e a sociedade.

MÚSICA:

Desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e do autoconhecimento, meio de integração social e comunicação social.

LINGUAGEM ORAL E ESCRITA:

- b. Interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral;
- c. Interessar-se pela leitura de histórias;
- d. Ampliar possibilidades de comunicação e de expressão;
- e. Escolher os livros para ler e apreciar;
- f. Familiarizar-se com a escrita;
- g. FALAR E ESCUTAR;

NATUREZA E SOCIEDADE;

- h. Organização dos grupos e seu modo de ser, de viver e de trabalhar;
- i. Os Lugares e suas paisagens;
- j. Os Seres vivos;
- k. Fenômenos da natureza;

CONHECIMENTO LÓGICO-MATEMÁTICO;

- l. Números e sistema de numeração
- m. Grandezas e medidas;
- n. Espaço e forma;
- o. Ordenação, classificação, conservação e seriação dos diferentes elementos do cotidiano;
- p. Observação e comparação com seus pares das diferenças existentes como: tamanho dos pés e número dos sapatos, altura, peso, número do manequim, idade;
- q. Brincadeiras, envolvendo cantigas, rimas, lendas e/ou parlendas que se utilize de contagens e números, absorvendo conhecimentos como sequência, valor posicional.

Para viabilizar este trabalho, entendemos ser imprescindível a organização de uma rotina estruturante. Esta é construída de acordo com objetivos propostos no projeto político pedagógico e planejada em sintonia com o tempo disponível, as atividades propostas, o ritmo dos participantes e, em especial, alicerçada na concepção de criança.

Segundo Maria Alice de Rezende Proença rotina estruturante é como uma âncora do dia-a-dia, capaz de estruturar o cotidiano por representar para a criança e para os professores uma fonte de segurança e de previsão do que vai acontecer. Ela norteia, organiza e orienta o grupo no espaço escolar, diminuindo a ansiedade a respeito do que é imprevisível ou desconhecido, otimizando o tempo disponível do grupo, envolve ação, flexibilidade,

limites, pois contempla a subjetividade do grupo.

A rotina estruturante permite que o educador se baseie no previsível para lidar com o inesperado, estruturando a intencionalidade da sua ação e exercitando o seu papel de mediador de situações pedagógicas, que possibilitem o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.

Assim, adotamos como atividades permanentes:

- Roda de conversa, Calendário, quantos somos, tempo.
- Roda de história.
- Brincadeiras no espaço interno e externo.
- Ateliês ou oficinas de desenho, pintura, modelagem e música.
- Atividades diversificadas ou ambientes organizados por temas.
- Cuidados com o corpo.

A avaliação na Educação Infantil deve se constituir no acompanhamento e registro

do desenvolvimento da criança, não tendo caráter de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. Esta etapa não pode ser vista como um momento de preparação das crianças para os anos posteriores em uma instituição de educação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais 05/2009, As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

- A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
- A não retenção das crianças na Educação Infantil.

Assim, partindo da necessidade de buscar instrumentos de avaliação que pudessem corresponder a essas necessidades, adotamos como procedimentos e instrumentos de avaliação: o portfólio (1º períodos), registros de observação, parceria com os professores de educação física para avaliação do desenvolvimento sócio e psicomotor, análise do grafismo, registros acerca da evolução dos aspectos da oralidade, etc.

Ao final da Educação Infantil espera-se que o aluno tenha alcançado:

- Desenvolvimento social (convívio com o outro, respeito ao próprio corpo e ao corpo do colega), saber brincar em grupo, dividir e compartilhar e organização do material individual e coletivo;

- Apropriação da rotina escolar;
- Desenvolvimento motor (correr, saltar, rolar, equilíbrio, lateralidade e noção espacial);

20.2 Anos Iniciais

20.2.1 1º ANO

Língua Portuguesa

- Fazer intercâmbio oral, ouvindo com atenção e formulando perguntas.
- Ler textos conhecidos, como parlendas, adivinhas e canções com o auxílio da família.
- Conhecer repertório variado de textos literários
- Escrever texto de memória de acordo com sua hipótese de escrita.
- Escrever o próprio nome e utilizá-lo como referência para a escrita.
- Conhecer as representações das letras maiúsculas do alfabeto de imprensa.
- Localizar palavras em textos.
- Escrever usando a hipótese silábica, com valor sonoro convencional.
- Reescrever textos conhecidos.
- Revisar textos coletivamente, apoiado em leitura em voz alta feita pelo professor.

Matemática

- Ampliar o conhecimento dos números (contagem e reconhecimento até 100)
- Contar oral e mentalmente objetos.
- Utilizar estratégias pessoais para resolver problemas que envolvam adição e subtração.
- Indicar o número certo quando houver poucos objetos (relação número/quantidade).
- Identificar e representar semelhanças e diferenças entre formas geométricas.
- Reconhecer sólidos geométricos (cone, cubo, cilindro, paralelepípedo, esfera).
- Usar o calendário (medidas de tempo).
- Identificar e estimar grandezas (comprimento, massa, temperatura e capacidade) e iniciar o uso de instrumentos de medidas.
- Começar a usar e a fazer tabelas simples.

20.2.2 2º ANO

Língua Portuguesa

- Participar de intercâmbio oral, ouvindo, perguntando e planejando a fala para diferentes interlocutores
- Recontar histórias conhecidas, recuperando características da linguagem do texto original
- Apreciar textos literários.
- Ler, com ajuda, diferentes gêneros.
- Ler, por si mesmo, textos conhecidos.
- Entender o sistema alfabético, mesmo escrevendo com erros ortográficos.
- Escrever alfabeticamente textos que conhece de memória.
- Reescrever histórias conhecidas, ditando-as ou de próprio punho.
- Produzir textos simples de autoria.

Matemática

- Realizar contagem oral.
- Saber regras do sistema numérico.
- Ler e produzir escritas numéricas.
- Ampliar o uso de estratégias pessoais em problemas envolvendo operações e situações-problemas.
- Saber de memória alguns resultados.
- Usar diversas estratégias de cálculo.

- Localizar-se em espaços menos conhecidos e mais amplos.
- Identificar e representar diferentes formas geométricas.
- Realizar organização temporal com uso do calendário.
- Utilizar sistemas de medidas convencionais.
- Ampliar o conhecimento de grandezas e o uso de instrumentos de medidas.
- Usar e fazer tabelas e gráficos de coluna.

20.2.3 3º ANO

Língua Portuguesa

- Participar de situações de intercâmbio oral, ouvindo com atenção, formulando e respondendo a perguntas, explicar e compreender explicações, manifestar opiniões sobre o assunto tratado.
- Apreciar e ler textos literários.
- Ler, com ajuda, textos para estudar (textos de sites, revistas etc.).
- Reescrever de próprio punho histórias conhecidas, considerando as características da linguagem escrita.
- Produzir textos de autoria utilizando os recursos da linguagem escrita.
- Revisar textos coletivamente com a ajuda do professor ou em parceria com colegas.
- Incentivar a escrita conforme as normas ortográficas.

Matemática

- Utilizar o sistema numérico.
- Articular melhor os números em estratégias de cálculo mental.
- Usar técnicas convencionais de adição e subtração.
- Começar a sistematizar algoritmos (conta armada).
- Ampliação do uso das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão na resolução de problemas.
- Interpretar representações do espaço.
- Aprimorar o uso da linguagem específica para figuras e formas.
- Saber ver as horas.
- Utilizar o sistema de medidas (convencional ou não) com mais precisão.
- Aprimorar o uso de tabelas simples e usar gráficos com colunas e barras.
- Extrapolar ordem das unidades de milhares.
- Reconhecimento e utilização do sistema monetário.

20.2.4 4º ANO

Língua Portuguesa

- Participar de situações de intercâmbio oral que requeiram ouvir com atenção, intervir sem sair do assunto tratado, formular e responder a perguntas justificando respostas, explicar e compreender explicações, manifestar e acolher opiniões, fazer colocações considerando as anteriores.
- Apreciar textos literários.
- Selecionar, em parceria, textos em diferentes suportes para a busca de informações.
- Localizar, em parceria, informações nos textos, apoiando-se em títulos e subtítulos, imagens e negritos, e selecionar as que são relevantes.
- Ajustar a modalidade da leitura ao propósito e ao gênero.
- Reescrever e/ou produzir textos de autoria com apoio do professor.
- Revisar textos coletivamente com a ajuda do professor, prestando atenção aos aspectos de coerência, coesão, ortografia, pontuação, paragrafação e letra maiúscula/minúscula.
- Análise morfológica das palavras (trabalho de forma contextualizada)
- Desenvolver linguagem oral e escrita.

Matemática

- Realizar contagens crescentes e decrescentes com números naturais.
- Realizar cálculos aproximados.
- Reconhecer, usar, comparar e ordenar números racionais.
- Explorar os significados das frações.
- Saber resultados de contas de multiplicação de memória. Por 10, por 100 e por 1000.
- Fazer operações de números naturais com estratégias pessoais e operações convencionais.
- Identificar posição e movimentação em malha quadriculada.
- Reconhecer semelhanças e diferenças entre figuras geométricas.
- Reconhecer planificações e identificar formas planas de figura tridimensional.
- Compreender e calcular o perímetro.
- Reconhecer e usar unidades de medida.
- Utilizar o sistema monetário brasileiro
- Interpretar dados de tabelas simples e de dupla entrada e de gráficos de colunas, barras e linhas.
- Resolução de operações e situações problemas envolvendo as quatro operações fundamentais.

20.2.5 5º ANO

Língua Portuguesa

- Participar de situações de intercâmbio oral que requeiram ouvir com atenção, intervir sem sair do assunto, formular e responder a perguntas justificando respostas, explicar e compreender explicações, manifestar e acolher opiniões.
- Participar de situações de uso da linguagem oral utilizando procedimentos da escrita para organizar a exposição.
- Apreciar textos literários (listas, , bilhete, avisos, carta, biografia, convite, receita, conto de fadas, fábulas, história em quadrinhos, música, parlendas, trava língua, adivinhações, cordel, etc.).
- Selecionar textos de acordo com os propósitos de leitura, antecipando a natureza do conteúdo e utilizando a modalidade de leitura mais adequada.
- Utilizar recursos para compreender ou superar dificuldades de compreensão durante a leitura.
- Reescrever e produzir textos utilizando pontuação, paragrafação, letra maiúscula e estruturação textual.
- Revisar textos, próprios e dos outros, em parceria com colegas, com intenção de evitar repetições, ambiguidades e erros ortográficos e gramaticais.

Matemática

- Compreender e usar as regras do sistema de numeração decimal para leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais.
- Explorar diferentes significados das frações.
- Escrever, ler, comparar e ordenar números racionais.
- Resolver problemas nas quatro operações, usando estratégias pessoais, convencionais e cálculo mental.
- Descrever, interpretar e representar a localização e a movimentação de uma pessoa ou um objeto.
- Reconhecer semelhanças e diferenças entre poliedros.
- Utilizar unidades comuns de medida em situações-problema.
- Usar unidades de medidas de área
- Interpretar e construir tabelas simples, de dupla entrada, gráficos de colunas,

barras, linhas e de setor.

21 Plano de ação estratégico

21.22 Aspectos pedagógicos:

- garantir padrão de qualidade do processo de aprendizagem;
- zelar pela frequência à escola e rendimento dos alunos;
- promover a cultura da paz
- promover a alfabetização com efetividade
- investir na formação in lócus dos professores;
- atendimentos específicos aos alunos com fragilidades de aprendizagens
- combater a repetência e evasão escolar;
- fortalecer a participação efetiva da comunidade escolar e local nos colegiados;

21.23 Acompanhamentos e avaliação de ações pedagógicas

- acompanhamento sistematizado dos alunos repetentes
- intervenções pedagógicas para avanços de aprendizagens
- sistematização e geração de indicadores e relatórios de aprendizagem tendo como base as informações do conselho de classe.
- relatórios gerenciais com propostas organizadas de ações pedagógicas objetivas

21.24 Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político Pedagógico

A avaliação do Projeto Político Pedagógico é realizada dentro do processo pedagógico, sendo discutida e rediscutida, a medida que verificamos pela práxis a necessidade de reformulação, esse processo é caracterizado pelo movimento, o que pode ser descrito como dialética, pela que denota as constantes mudanças vivenciadas na prática social, conceito esse fundamentado como o método de perceber a essência do objeto, que a todo o momento, está transformando-se. A escola trabalha nesse processo, administrativamente, organizamos as discussões da Proposta de 06 em 06 meses e realizamos as alterações pontuais. As avaliações e os registros, são realizadas coletivamente, mais por vezes, alteramos com base na vivência prática, dos nossos processos educativos, no decorrer da nossa prática social.

21.25 Gestão administrativas.

- manter e prezar pela organização da instituição;
- otimizar a comunicação;
- primar por sigilo de informações funcionais;
- atender prontamente aos documentos enviados pela cre e see-df;
- desenvolver um ambiente solidário e cortes com todos os servidores da unidade escolar.

21.26 Gestão Participativa

A Lei nº 9394/96, no seu Artigo 12 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborarem e executar seu Projeto Político Pedagógico. Este aspecto reflete a autonomia da escola, observada a forma de gestão democrática e participativa.

O princípio da gestão democrática se opõe à gestão burocrática, esta concepção estabelecia os seguintes parâmetros:

- Perspectiva do controle
- Perspectiva determinista
- Ênfase nos procedimentos
- Realidade Estática

- Autoritária demanda de decisões
- Eliminar os conflitos
- Ênfase à avaliação externa

Como forma de superação desta perspectiva, a descentralização da gestão assume uma perspectiva emancipatória, para a qual, torna-se indispensável os seguintes princípios:

- Qualidade para todos
- Unicidade entre teoria e prática
- Participação efetiva
- Democracia na tomada de decisões
- Superação de conflitos
- Eliminar relações competitivas, corporativas e autoritárias (VEIGA, 2011, p. 13)
- Diminui efeitos fragmentários da divisão do trabalho. (VEIGA, 2011, p. 13, 14)

Nota-se que a eliminação dos conflitos, prevista na gestão burocrática, parte do princípio de que as contradições e divergências são danosas à gestão, por isso, elimina-se. Numa perspectiva emancipatória, refletindo principalmente a dialética de Marx, é preciso dar relevância aos conflitos, dialogar, refletir, revelar as contradições existentes na instituição e na sociedade, uma vez reveladas ocorre um processo de conscientização e formas de superação destes conflitos. O conflito, decorrente da participação, não pode ficar latente, é preciso vir à tona e ser enfrentado positivamente. Assim, o conflito organizacional:

- É Elemento absolutamente indispensável à sobrevivência das organizações.
- Perpassa por constantes transformações e competências adaptativas
- É capaz de gerar socialização e conhecimento

Com relação à autonomia, outra perspectiva consagrada a partir do dispositivo legal, é indispensável pensarmos que ela se refere à ideia de liberdade, um dos princípios do PPP, trata-se de entendê-la como regras e orientações criadas pelos próprios da ação educativa, sem imposições externas. Todavia, sem esquecer que “Somos livres com os outros, não apesar dos outros” (Rios, 1982, p. 77), assim, pressupomos a relativização da autonomia e conseqüentemente da liberdade.

O artigo 14 da LDB estabelece:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Neste sentido, é preciso garantir os meios necessários para viabilizar a participação na elaboração do PPP. Por isso, o processo decisório assume papel importante e articulador. Assim, de acordo com Bussmann (2011 *apud* Veiga), como meios e fins deste processo:

- Exige-se da equipe diretiva, que é parte da coletividade, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução. Liderança e firmeza no sentido de encaminhar e viabilizar decisões com segurança, como elementos de competência pedagógica, ética e profissional para assegurar que decisões tomadas de forma participativa e respaldadas técnica, pedagógica e teoricamente sejam efetivamente cumpridas por todos.

- A perspectiva de que os sujeitos são dotados de ação própria, inteligência e vontade.

21.27 Gestão Financeira

A Escola realiza sua gestão financeira com base na racionalização dos recursos oriundos do Governo do Distrito Federal pelo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF e do Governo Federal pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

21.27.1 Programa de Descentralização Administrativa e Financeira

Programa de Descentralização Administrativa e Financeira destinado as Instituições Educacionais e Diretorias Regionais de Ensino da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal visa dar autonomia gerencial para a realização do projeto político pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Diretorias Regionais de Ensino, por meio do recebimento de recursos financeiros do Governo do Distrito Federal. O PDAF tem como objetivo contribuir na realização do projeto político pedagógico, administrativo e financeiro das Instituições Educacionais e das Diretorias Regionais de Ensino. O PDAF é operacionalizado através da alocação e a transferência de recursos financeiros consignados no Orçamento do Governo do Distrito Federal, na parte relativa à SEEDF, proveniente da Receita Ordinária do Tesouro do DF – ROT. Os recursos são classificados nas seguintes categorias de despesa: Capital (bens permanentes) e custeio (matérias de expediente, papelaria, manutenção predial, serviços gerais e outras despesas correntes). O cálculo tem como base o número de alunos registrados no Censo Escolar do exercício anterior. Os recursos do PDAF destinam-se exclusivamente, ao apoio aos projetos pedagógicos, administrativos e financeiros das Instituições Educacionais e Coordenações Regionais de Ensino. O controle da utilização dos recursos é feito com base nas informações contidas em Prestações de Contas, a serem elaboradas pelas Unidades Executoras - UEx e entregues à CRE. As Prestações de Contas deverão atender às normas da SEE-DF e da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, obedecendo aos princípios fundamentais de contabilidade.

O recurso é repassado uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto político pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais. Todas as escolas públicas rurais de educação básica recebem também uma parcela suplementar, de 50% do valor do repasse. As escolas urbanas de ensino fundamental que cumpriram as metasintermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estipuladas para 2009 também recebem essa parcela suplementar. O valor destinado às escolas privadas de educação especial deve ser usado da mesma maneira que nas escolas públicas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público. O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental. Em 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009 (transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), foi ampliado para toda a

educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil. Com base nesses recursos e sempre com deliberação do Conselho Escolar a Escola realiza sua gestão financeira, prestando contas e formalizando seus processos dentro da lei.

Gestão Pedagógica

A gestão pedagógica é uma área específica de instituições de ensino, sendo a responsável pelo planejamento pedagógico da escola, assim como pela definição das diretrizes e práticas educacionais que devem ser adotadas. Dessa forma, esse setor se conecta diretamente com a atividade-fim da sua escola.

Gestão de Resultados Educacionais

A gestão de resultados educacionais refere-se ao desdobramento do monitoramento e da avaliação de desempenho da escola relacionado à aprendizagem dos alunos, aos níveis de satisfação da comunidade escolar, a transparência de resultados. A Unidade Escolar baseada nas Avaliações externas como SAEB, IDEB, ANA e também nas avaliações internas e dos dados fornecidos nos Conselhos de Classe utiliza tais informações para formular estratégias a fim de alcançar os alunos.

Gestão de Pessoas

A proposta da instituição para uma boa convivência no ambiente de trabalho é o bem-estar de todos os profissionais, pautando-se nos valores de convivência e respeitando em que cada um exerce suas atribuições, com eficiência e com atores de um processo social. A gestão de pessoas buscar garantir e promover ações que ofertam uma educação de qualidade, dando suporte pedagógico, infraestrutura, recursos humanos adequados para as melhorias das condições de trabalho.

22 Projetos

22.1 Projeto Educação com Movimento

O Projeto Educação com Movimento objetiva ampliar as experiências corporais dos estudantes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de educação física na perspectiva da Educação Integral, conforme preconizado no currículo da educação básica do Distrito Federal.

Objetivo Geral

Implementar a política pública de educação denominada *Educação com Movimento* na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Pública de Educação do Distrito Federal, ampliando as experiências corporais mediante a intervenção pedagógica integrada e interdisciplinar entre o(a) professor(a) de atividades e o(a) professor(a) de educação física na perspectiva da Educação Integral.

Objetivos Específicos

Explorar os conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica, a dança e conhecimentos sobre o corpo, integrando-os aos objetivos e conteúdos da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

Estimular a interdisciplinaridade na intervenção pedagógica do professor de educação física, por meio do planejamento e atuação integrada ao trabalho do professor de atividades, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola e com o currículo da educação básica;

Fortalecer o vínculo do estudante com a escola, considerando as necessidades da criança de brincar, jogar e movimentar-se, utilizando as estratégias didático-metodológicas da educação física na organização do trabalho pedagógico da escola.

A inserção da Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A inserção da Educação Física na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental não é uma proposta nova. Algumas iniciativas foram conduzidas em Minas Gerais, Amazonas e no município de Goiânia, despontando no Distrito Federal, no final dos anos 50 e início dos 60, com Anísio Teixeira, ao pensar o projeto de educação para a Capital da República. A iniciativa, que seria referência nacional, implementou-se, à época, no projeto denominado Escola-Parque, inserindo o componente curricular educação física, entre outros, para estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, proposta esta que perdura até os dias atuais.

Em 2012, inspirado na experiência de 1997 (Escola Candanga), a Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar, em parceria com a Coordenação de Ensino Fundamental da Subsecretaria de Educação Básica e Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação passaram a desenvolver o **Projeto Educação com Movimento (PECM)**, inserindo progressivamente o professor de educação física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O PECM, vem expandindo progressivamente sua organização no atendimento dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, em 2014, passa a atender a Educação Infantil, inserindo-se no planejamento das políticas públicas educacionais constantes no Plano Distrital de Educação (PDE) e no planejamento estratégico da SEDF.

A ampliação desse atendimento para a Educação Infantil e a integração à política de educação integral requerem orientações didático-pedagógicas e administrativas que possibilitem a atuação conjunta entre o professor de educação física e o professor de atividades, partilhando com este o planejamento e as ações voltadas para o trabalho com a cultura corporal das crianças.

O Currículo e os fundamentos norteadores do trabalho pedagógico do professor de educação física

A educação no sistema público de ensino do Distrito Federal é orientada pelo Currículo da Educação Básica, que apresenta as concepções, objetivos e conteúdos nas etapas e modalidades da educação. Este documento é a base do trabalho pedagógico do professor

na escola. Discutido amplamente pelos educadores da rede pública o currículo é a materialização dos desejos e anseios da comunidade escolar. Ressalta-se que as orientações para o trabalho pedagógico não são um “manual”, e sim, um documento orientador crítico que tem por objetivo pensar, articular, organizar, desenvolver e avaliar as práticas educativas das unidades de escolares de forma qualificada.

A prática pedagógica do professor de educação física, integrada à prática pedagógica do professor de atividades, tem como objetivo fortalecer e enriquecer o trabalho educativo com a criança na educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. As aulas de educação física nestas etapas da educação básica visam à ampliação do acesso às manifestações da cultura corporal, possibilitando o desenvolvimento da linguagem corporal, umas das formas proeminentes de aprendizagem do ser humano na perspectiva da **educação integral**.

“Espera-se, com essa lógica curricular, favorecer o encontro interdisciplinar, bem como evitar a valorização ente um tempo de alegria, caracterizado por atividades não convencionalmente escolares, e um tempo de tristeza, caracterizado pelo conteúdo formal e acadêmico [...]” (DISTRITO FEDERAL, SEDF, Caderno de Pressupostos Teóricos, 2014, p.25).

Assim, compreende-se que o PECM colabora para uma transformação no cotidiano da escola, onde educação física e pedagogia se unem, dividindo conhecimentos e espaços antes inexplorados. É sabido que a escola tradicionalmente tem lidado de forma pouco flexível com a corporeidade das crianças, consolidando uma prática social sem ouvir as necessidades destas. De acordo com Costa (2000), as práticas escolares não percebem as crianças como sujeitos com opiniões próprias e contribuições a dar, pormenorizando as capacidades de criação e recriação de suas realidades, suas produções e culturas.

As ações psicomotoras e intelectuais, tais como o brincar, o jogar, são, portanto, **produções corporais indivisíveis** não apenas na criança, mas em qualquer ser humano. A fragmentação corpo e mente tem sido um paradoxo à escola pública na busca pela formação integral dos estudantes.

Diferente da visão psicológica idealista acerca da criança onde esta era ou paparicada ou vista como um adulto em miniatura (LAPIERRE E AUCOUTURIER, 1984), a criança vivencia o mundo ao seu redor de forma única. Não é mais possível dividindo-a em **corpo e mente**, ou seja, a sala de aula como sendo o espaço da aprendizagem e da seriedade e o espaço do pátio ou da quadra de esportes como sendo o espaço da recreação e secundário ao processo de ensino e aprendizagem.

A criança aprende por meio do movimento de saltar, correr, chutar, arremessar, rolar, transpor barreiras por meio de jogos, brincadeiras e atividades lúdicas. A aquisição de habilidades básicas e controle corporal permitem à criança aprimorar seus gestos e expressões de forma a possibilitar interações humanas mais diversas, no caso da educação física, pautadas pela ludicidade e pela conquista da autonomia e autoconfiança pela criança.

Conforme Rodrigues (2005), a linguagem corporal precede a comunicação humana e invariavelmente transcende às demais formas de comunicação. A incontestável importância das brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes e ginásticas e conhecimentos sobre o corpo na construção do acervo cultural e cognitivo de nossos estudantes, desde seu ingresso na

educação infantil, demonstra a relevância do professor de educação física na abordagem dessa linguagem **em articulação com os objetivos e conteúdos da educação básica** previstas no Currículo da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Assim, os professores devem proporcionar metodologias nas quais estão envolvidos – o(a) professor(a) de atividades, regente da turma, o coordenador pedagógico local, os gestores, orientadores educacionais e demais integrantes do corpo docente – para a concretização de uma proposta curricular integrada.

Dessa maneira, o planejamento e a intervenção do professor de educação física articulam-se ao planejamento e intervenção do professor de atividades, ou seja, requerem o exercício dos princípios epistemológicos, interdisciplinaridade, relação teoria e prática, flexibilização e contextualização (DISTRITO FEDERAL, Caderno Pressuposto Teóricos, 2014, p. 66) por ambos os profissionais na organização do trabalho pedagógico. Essa perspectiva enfatiza a presença do professor de atividades como **observador participante** no processo ensino-aprendizagem conduzido pelo professor de educação física, visando à compreensão da especificidade da intervenção pedagógica desenvolvida por meio da cultura corporal.

Reciprocamente, o professor de educação física buscará se aproximar do ambiente de aprendizagem e desenvolvimento propiciado pelos professores de atividades, criando condições para que ambos possam desenvolver o processo interdisciplinar no que se refere ao planejamento, execução e avaliação de suas intervenções pedagógicas.

22.2 Projeto de Leitura

Tema: Projeto de Leitura

Objetivo Geral:

Estimular a leitura nos alunos da E.C.121.

Objetivos específicos:

- Incentivar a leitura;
- Facilitar o acesso do aluno aos diferentes portadores de texto;
- Desenvolver habilidades linguísticas: escutar, falar, ler e escrever;
- Estreitar laços afetivos entre aluno e família por meio da leitura.
- Estratégias
- Leitura de um livro paradidático por bimestre;
- O professor poderá ler um livro para a turma, conforme a sua escolha;
- Realizar uma seqüência didática;
- Como culminância fazer apresentação teatral, teatro de fantoches, musical, reconto da história para apresentar para os colegas do mesmo bloco.
- Produção de murais para divulgar o livro lido pela turma. “Mural indique um livro”. Fazendo propaganda do livro lido.
- Empréstimo de livros na sala de leitura.
- Hora do conto- semanalmente ou quinzenalmente o (a) coordenador (a) fará a leitura de uma história, de acordo com o tema do bimestre, na abertura do turno.
- Uma vez por semana o aluno (a) levará um texto de acordo com seu ano de escolarização, realizará a leitura do aluno(a) em: Excelente, Bom e Regular, posteriormente assinarão o campo determinado.
- Avaliação
- No início do ano letivo o projeto será reavaliado conforme sua necessidade.
- Continuamos o projeto de forma remota.

22.3 Musicalização

Musicalização na escola é fundamental para que o aluno desenvolva o gosto pela música, ritmo, melodia, afinação e o mais importante consiga expressar seus sentimentos. As apresentações, abarcaram o Dia da Família e a Cantata de Natal.

Objetivo Geral

Promover a Escola o espaço de escola a musicalização, em prol do desenvolvimento da sensibilidade e criatividade humana por meio do contato com a linguagem artístico-musical.

Objetivos Específicos

- Desenvolver a percepção auditiva e a memória musical;
- Possibilitar que os alunos aprendam a utilizar e cuidar da voz como meio de expressão e comunicação musical;
- Estimular a pesquisa, exploração, composição e interpretação de sons de diversas naturezas e procedências;
- Conhecer usos e funções da Música produzida em diferentes épocas e por sociedades distintas;
- Conhecer, apreciar e adotar atitudes de respeito diante da variedade de manifestações musicais do Brasil e do mundo.

Justificativa

Não se pode pensar na Educação com a simples visão reducionista de ensinar a ler, escrever e tão somente com o vislumbre da formação profissional. Mais que isso, a Escola precisa se comprometer com a cidadania, formando seres humanos plenos e pensantes, que certamente terão maiores oportunidades na vida dos tempos modernos.

Conclusão:

A expressão artística é crucial para formação do cidadão consciente e que saiba expressar os seus sentimentos e vivências. Por isso, a inserção da música no contexto escolar é tão importante para colaborar com a formação integral do educando.

22.4 Projeto Caixa Matemática

O ensino da Matemática na Educação, deve ser pautado em atividades que propiciem situações de aprendizagem, onde as regras possam ser introduzidas de maneira simples e que estimulem o gosto pela matemática não só numérica, mas de maneira ampla, que possibilite atitudes diante a realidade.

Objetivo Geral

A Matemática traz em seu conjunto de conteúdos, conceitos e relações que, em sua essência, são de natureza abstrata. Muitas vezes são de difícil compreensão pelos alunos, mas que podem ser representados, ilustrados e modelizados, através do uso desses materiais e de diferentes suportes físicos.

Objetivos Específicos

- Inovar as práticas educativas em sala de aula;
- Proporcionar a construção e entendimentos de conceitos abstratos na Matemática;
- Oferecer aos alunos a construção e entendimentos de relacionar o uso da Matemática em situações reais, do cotidiano;
- Tornar o estudo mais rico e desafiador;
- Proporcionar interações e reflexões que levam a construção do conhecimento;

Justificativa

Os especialistas, em seus estudos na Educação, nos mostram que os alunos aprendem mais e melhor a Matemática (e outras disciplinas) quando podem participar de situações que lhe proporcionem trocas de ideias, construção e confrontos de hipóteses, manipulação e observação de materiais, experimentação, vivência em práticas que explorem o uso social do conteúdo a ser aprendido e que simulem situações do cotidiano.

Conclusão

A utilização da Caixa Matemáticos juntamente com o papel efetivo do professor no decorrer das aulas auxiliará o processo de ensino-aprendizagem em matemática. Dessa forma o planejamento, as devidas intervenções pedagógicas e as orientações de como e quando usar esses materiais para que essa aprendizagem ocorra de forma efetiva será de grande auxílio no processo de ensino.

22.5 Projeto “Treinando Minhas Habilidades para um Novo Tempo”.

- Hábito de Estudos e Organização para a Vida;
- Treinando Minhas Emoções;
- Autoestima;
- Aprendendo Xadrez e Outros Jogos Estratégicos;

Objetivos:

- Construir de forma prática o conhecimento sobre a importância de se adquirir o hábito de estudo e ter organização para a vida;
- Auxiliar os estudantes a reconhecer e identificar as emoções corretamente e promover o desenvolvimento da inteligência emocional;
- Ajudar as crianças a se preparar para vivenciar situações diversas de maneira equilibrada;
- Trabalhar com exercícios de meditação para desenvolver a atenção plena e as atitudes atuais, facilitando a atenção, memória e a concentração.

Justificativa:

Com este projeto nosso propósito é abordar uma série de informações e oferecer sugestões sobre como podemos ajudar os estudantes a serem sujeitos emocionalmente competentes. Em outras palavras, o que queremos é que nossas crianças e adolescentes sejam capazes de conhecer suas emoções para, assim, melhor controlá-las.

Queremos também mostrar a importância dos saberes. Os estudantes precisam estar motivados para aprender, além disso, ter um direcionamento de que os estudos permite-lhes adquirir conhecimento, satisfazendo sua curiosidade, preparando para a vida profissional e competitiva, que exigem qualificação e competência para o sucesso.

A criança é um sujeito que vive um turbilhão de sentimentos descontraídos. Precisa aprender a administrá-los adequadamente. E, para isso, nosso papel é ajudá-los. E só podemos fazê-lo com eficiência se mantemos uma conduta positiva e firme. Então, quando a criança expressar sua raiva e lhe diga: “*Estou com raiva*“, evite dizer: “*Não tenha*

raiva por isso“. Valide o que está sentindo: *“Vejo que você tem muita raiva. Está bem sentir raiva, mas melhor é dizer com palavras o que sente e não jogando as coisas no chão ou batendo na outra pessoa*“. Essa é uma maneira respeitosa de tratar os sentimentos de seu estudante e treiná-los para as atitudes corretas.

Estratégias:

- Palestras sobre hábitos de estudos e rotina escolar nas Turmas dos 3º 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental;
- Construir um quadro de rotina semanal com os estudantes;
- Contar a história: O monstro das cores para as Turmas de Educação Infantil e para os demais trabalhar com O filme Divertida Mente;
- Desenvolver o Projeto de xadrez na escola com as Turmas de 3º ao 5º;
- Trabalhar com grupos de alunos promovendo rodas de conversa, dinâmicas e jogos variados;

Expressando os sentimentos com palavras

De forma respeitosa, ensinar que é melhor externar o que sente com palavras. Mas, para fazê-lo é preciso que lhe ensinemos. Para isso, **fale com ele de seus sentimentos**. Relate situações em que você vivenciou a raiva, para que ele possa aprender como fazê-lo: *“Outro dia também senti raiva porque queria muito comprar uma roupa, mas deixei o dinheiro em casa*“. Essa é uma forma de **demonstrar que respeitamos os sentimentos, mesmo que sejam negativos**. Todos são válidos e corretos. Apenas se tornam problema, quando não sabemos como manejá-los adequadamente.

Aprender a se tranquilizar

Geralmente, no momento de raiva, é impossível solucionar um conflito. O melhor é **ensinar à criança a importância de ter um tempo para relaxar e se tranquilizar antes de pensar e tomar decisões**. Ter esse tempo não significa reprimir o que se sente. Apenas implica evitar ações que possam causar dano no outro. O melhor, nesse caso, é estar em calma. Depois haverá todo o tempo do mundo para poder falar. Dê forma prática, podemos ajudar a criança a desenvolver o autocontrole.

Exercícios para acalmar crianças e adolescentes

Quietinho feito um sapo

Quietinho feito um sapo é o título do mais famoso livro sobre mindfulness para criança, de Eline Snel. Através desse exercício, a criança aprenderá a ser paciente, relaxar e manter a calma, além de compreender a importância da postura e da respiração corretas para a prática da meditação.

Primeiro, explique para os alunos que a rã é um animal que pode dar grandes saltos, mas que também é capaz de estar bem quieta, observando tudo o que passa a seu redor, sem reagir de imediato.

Mostre-lhe como respirar, fazendo um par de respirações profundas com muita calma. Convide-o a brincar de ser uma rã. Mostre como a barriga se enche quando entra ar e se esvazia quando sai o ar.

Durante um tempo curto de 1 minuto, vocês devem estar sentados, respirando como a rã, quietos, notando apenas como a barriga se enche e se esvazia.

Eu vejo você!

Eu vejo você é uma atividade que motiva o desenvolvimento da emoção. É ferramenta maravilhosa para despertar a empatia e criar vínculos afetivos.

O jogo deve ser realizado em duplas, um de frente para o outro. Durante um tempo, temos de olhar-nos nos olhos sem perder o contato. Manter a mirada atenta é o foco de concentração.

Respiração da abelha

Essa técnica pode ser feita cada vez que se observa que a criança está nervosa e precisa acalmar seus pensamentos. Essa respiração se chama abelha porque no momento da exalação (saída de ar) devemos pronunciar a letra “m”, como um zumbido de uma abelha. Primeiro, peça para os estudantes que tape a orelha com as mãos até que não escute nada do mundo exterior. Depois, feche os olhos. Inspire ar pelo nariz profundamente e quando deve exalar, faça o barulho do zumbido da abelha. Repita o exercício quantas vezes quiser.

Exercício para vencer a frustração

A prática pode ajudar os alunos para que possam vencer algumas sensações que têm por estar preocupados, ter raiva, sentir-se incômodos ou frustrados.

Peça-lhe que pare um momento e observe o que está sentindo. O que o preocupa? Em que parte de seu corpo sente essa preocupação? Na barriga? Na garganta? Na perna?

Diga-lhes que foque sua atenção nos pés e como os sente sobre o chão. Pesados? Duros? Quentes? Frios? Peça-lhe que foque em sentir a respiração. Ajude-o a fazer algumas respirações profundas. Conte até 2 para inalar e até 4 para exalar. Peça-lhes para sentir como o ar frio entra por seu corpo e como sai quente por sua boca. Ajude-o a sentir-se mais relaxado.

Jogo do silêncio

Para realizar o exercício, sente-se em um lugar tranquilo junto com seus alunos. Convide-os a estar em silêncio, tal como as montanhas ou as flores. Peça que feche os olhos e se mantenham tranquilos e atentos até que se termine o tempo.

Se a criança tem uns quatro anos não terá muita noção do tempo. Por isso, para que ele compreenda a atividade, sugerimos que você deixe visível um medidor de tempo. O modo mais lúdico é usar uma ampulheta com tempo de 1 minuto. Mas caso não tiver uma, utilize um relógio.

Nas primeiras vezes a criança não se concentrará muito, não porque não tenha a capacidade, já que é capaz de brincar com o mesmo brinquedo por vários minutos repetindo as mesmas ações. O que passa é que, nesse caso, ela está ativa. A atividade é bem tranquila, então a criança deve se habituar a esse novo tipo de entorno.

Cheire e conte

Cheire e conte é um exercício de Mindfulness muito eficaz contra a ansiedade. Entregue à criança algo aromático. Pode ser, por exemplo, um gomo de laranja ou limão, um sabonete ou alguma erva aromática, como o hortelã. Peça-lhe para fechar os olhos e descrever o que

sente ao cheirar o objeto. Ensine-o a focar sua atenção em apenas um dos sentidos. Outra variante desse exercício é o Cheira e sinta, em que a criança deve apenas se concentrar no aroma do objeto, sem que deva descrever o que sente ao final.

O que falta aqui?

Este é um dos exercícios de Mindfulness mais interessantes para trabalhar a observação e a memória que se chama ‘O que falta aqui?’.

Para realizá-lo serão necessários 10 objetos cotidianos. Mostre à criança, durante 10 segundos, esses elementos. Todos devem observar, em silêncio, cada um dos objetos. Em seguida, peça que tapem os olhos com as mãos e retire uma das coisas. Enquanto abram os olhos, peça que digam ‘O que falta aqui?’.

Embora seja uma atividade de ‘adivinhação’, lembre-se que não se quer fomentar a competição. Não há ganhadores. Somente é necessário que se perceba se as crianças foram capazes de estar atentos ao que faltava.

O som do silêncio

Trata-se de escutar o som de um instrumento até que pare de soar. Enquanto isso, a criança deve estar atenta e em silêncio. Quando já não escute nenhuma vibração e sinta o silêncio total, deverá levantar a mão, sem falar, pois caso mais de uma criança realize a atividade em conjunto, poderá esperar que o outro termine de escutar o som.

Para essa atividade devemos utilizar instrumentos de grande vibração, como por exemplo, uma tigela tibetana (ideal por seu som puro e intenso), um harmonizador ou um sino. Caso não tenha nenhum desses produtos, coloque um **vídeo** com o som da tigela. Não é o mesmo, mas pode ser bem útil.

O que você escuta?

Esse exercício é similar ao ‘O que falta aqui?’, no entanto com uso de sons. Aqui podemos desenvolver a observação e a memória enquanto se trabalha a atenção. Necessitamos vários instrumentos ou objetos que emitem sons. Para que possam adivinhar os sons, essa atividade deve ser feita com os olhos fechados. Seria bom vedar os olhos das crianças com algum pano para que evitasse que vissem sem querer os objetos.

Um a um, apresente o som do instrumento. Repita ao menos uma vez. Que objeto você escuta?

Cantar mantras

Cantar é algo que as crianças amam. Desde que nascem, os bebês adoram dormir enquanto escutam que cantamos uma canção de ninar. Para a prática dos exercícios de mindfulness Mindfulness são importantes os mantras, que empregam os mesmos canais subliminares que a música. Trata-se de uma ferramenta para liberar a mente dos pensamentos, ajudando a focalizar a atenção e proporcionando um estado de calma. Não é necessário conhecer o significado do mantra para que seu som exerça efeitos sobre nós.

Os mantras trazem muitos benefícios para a concentração, já que a mente aprende a se ocupar em repetir o texto do mantra uma e outra vez. Além disso, sua mensagem positiva se armazena no nosso subconsciente. Por exemplo, se repetimos para nós mesmos, ao levantar, a afirmação “me sinto feliz, me encontro bem”, algo dentro de você estará disposto a mudar a tristeza pela alegria.

Para fazer a atividade com seu filho, busque escolher uma frase que os faça sentir-se bem e que transmita uma mensagem positiva. Trata-se de escolher um pensamento que acalme e ajude a melhorar alguma sensação desagradável. Alguns exemplos:

- . Me sinto forte e valente.
- . Gosto dos meus amigos da escola.
- . Me sinto feliz quando ajudo os demais.
- . Pedir desculpas alivia a dor.
- . O planeta é meu amigo.
- . Te amo.

Para repetir o mantra, sugiro à criança que digamos uma e outra vez a frase escolhida cada vez que unamos cada dedo com o polegar.

- . Uma vela que se queima.
- . Uma lâmpada que muda de cores.
- . Uma ampulheta.
- . Uma garrafa da calma.

Em realidade, qualquer objeto do cotidiano pode servir para realizar esse exercício. O importante é manter a atenção nele. Ao terminar o tempo podemos perguntar à criança: O que a sua mente atenta observou? O que o detetive ... (nome da criança) descobriu?

Tenha em conta que você não precisa fazer todos os exercícios de mindfulness um em cada dia. Organize a frequência de atividades e desenvolva o mesmo exercício durante uma ou duas semanas ou alterne realizando dois tipos em cada semana. O importante é que você observe qual ou quais são os preferidos de seu filho para que possa respeitar seus gostos e interesses.

Todas as atividades estão pensadas para crianças a partir de 2 anos, embora a maioria seja melhor executada por crianças a partir de 4 anos, já que tem uma melhor compreensão do mundo. Tenha em conta a sua idade para regular o tempo da atividade.

Educação Emocional

Na seção Educação Emocional aprendemos como ajudar nossos filhos a reconhecer e identificar as emoções corretamente. A partir do desenvolvimento da inteligência emocional, a criança está preparada para vivenciar situações várias de uma maneira equilibrada. Além disso, há uma parte dedicada a sugerir **atividades sobre as emoções** para trabalhar com os pequenos em casa. Descubra mais:

. Dar expressão aos rostos

A partir de imagens de rostos sem expressão, as crianças devem desenhar as expressões que as emoções geram.



Vamos lá! Faça o seu.

22.6 Projeto de Transição

A escola Classe 121 de Samambaia prima em desenvolver na Unidade Escolar o Projeto de Transição, da Coordenação Regional de Ensino de Samambaia, cujo objetivo principal é *fortalecer o acompanhamento das aprendizagens, as necessidades entre as diversas transições existentes no ambiente escolar, a perspectiva de ciclos e o progresso dos estudantes nas aprendizagens, promovendo a articulação entre idades/anos/séries/períodos/segmentos das etapas/modalidades, considerando contextos escolares diferentes dentro da transição em uma mesma Unidade Escolar/Instituição Educacional Parceira ou entre elas.*(Documento Projeto de Trânsição – Coordenação Regional de Ensino de Samambaia/2020) pois entendemos que a transição não ocorre somente quando o aluno do 5º ano é promovido para o 6ºano, que apresenta como consequência natural a mudança de escola, mas também da Educação Infantil para o Bloco Inicial de Alfabetização bem como deste bloco para

Diante disto, a EC 121 de Samambaia desenvolve as seguintes ações

- Recebemos crianças advindas das creches para apresentar à elas a estrutura da escola. No momento da visita há contação de história, servido lanche e ofertada aos alunos uma lembrancinha;
- Realização da Semana de Acolhimento da Educação Infantil ao 2º ano com contação de história, Pula-Pula e guloseimas e do 3º ao 5º anos contação de história e guloseimas.
- Do 1º ano para o 2º ano, a Equipe Gestora e a Equipe Pedagógica orientam as professoras a não realizarem um ruptura brusca, mantendo a ludicidade e as brincadeiras tão importantes e trabalhadas na Educação Infantil;
- Do 2º ano para o 3º ano é realizado o Dia do Brinquedo na primeira semana de aula, considerando que os alunos deixam o parquinho e o recreio passa a ser na quadra. Então, para eles se adaptarem com essa nova situação, os professores de atividades em conjunto com os professores de Educação Física realizam essa ação para que os alunos possam se apropriar desse novo espaço e não sentir tanto o fato de deixarem de usar o parquinho;
- Visita de Membros da Equipe Gestora e Membros da Equipe Pedagógica do CEF 519 à EC 121 para conversar informalmente com os alunos do 5º ano no intuito de esclarecer dúvidas e curiosidades e também para realização de reuniões com os pais e/ou Responsáveis;
- Visita supervisionadas dos alunos da EC 121 ao CEF 519, para que conheçam a estrutura, o funcionamento, o Regimento Escolar, o Corpo Docente;
- Realização de Jogos Amistosos entre ex-alunos da EC 121 que estudam no CEF 519 com alunos da EC 121 para que, além de confraternizarem entre si, tenham oportunidade de troca de experiências sobre a nova escola;
- Preenchimento e entrega do envelope do Projeto de Transição Individual sobre os alunos que necessitam de estratégias e intervenções pedagógicas no 6º ano. O preenchimento do formulário é realizado pelas professoras em conjunto com o SEAA e Equipe Pedagógica.

22.7 Plano de Convivência de Cultura de Paz

O plano de Convivência de Cultura de Paz tem como objetivo a compreensão dos pressupostos de uma Educação em e para os Direitos Humanos, bem como das principais violências e violações de direitos. A partir da compreensão do ser como titular de direitos, valores, saberes e culturas (ARROYO, 2017), faz-se necessário pensar nas articulações mais eficazes para garantir as condições básicas de vida e subsistência a todos/as, bem como a articulação de mecanismos que oportunizem a atuação e o protagonismo da comunidade escolar na construção da democracia participativa, da garantia e realização de direitos e justiça social. É necessário compreender que, para a efetivação dos Direitos Humanos e da Cultura de Paz, é imprescindível a sua prática cotidiana, na qual a educação é um fator essencial, capaz de incentivar a reflexão crítica e a transformação de realidades violentas, excludentes e preconceituosas. Ao reconhecer o caráter formativo e emancipador da educação, seu intenso raio de profusão, reconhece-se nela uma poderosa ferramenta para a efetivação desses direitos. Ressalta-se ainda que a educação se dá para além do ambiente escolar, sendo composta pelo tempo e contexto em que as aprendizagens acontecem, em espaços formais e não-formais de educação e a partir da interação de diferentes sujeitos sociais. Dessa forma, é preciso respeitar, ouvir e valorizar a diversidade de participantes que constroem esse espaço, na perspectiva de atuação conjunta dos agentes da rede de proteção na intenção de restabelecer “os valores e a segurança necessários para um ambiente educacional saudável, no qual a justiça, a igualdade, o respeito, a solidariedade e a consideração entre as pessoas prevalecem” (BRASIL, 2013, p.12-13). Ao se propor um ambiente escolar para a promoção da Cultura de Paz e de convivências respeitadas, possibilita-se que a escola cumpra a sua função fundamental: promover aprendizagens as

quais devem estar em consonância com as demandas pessoais e coletivas, de forma a fortalecer os/as 1 Análogo ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do/da adolescente (SGDCA). 12 Caderno Orientador - Convivência Escolar e Cultura de Paz estudantes como sujeitos de direitos que pensam, criticam, refletem, agem coletivamente, para entender, compreender e experimentar o mundo, desenvolver-se (NOLETO, 2008). Assim, a educação para a Cultura da Paz propõe mudanças inspiradas em valores como justiça social, diversidade, respeito e solidariedade, aliadas às ações fundamentadas na educação, saúde, cultura, esporte, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida no território de responsabilidade compartilhada entre educação e diversos setores da sociedade (BRASIL, 2015a). Nesse contexto, a implementação de uma proposta pautada na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos e Cultura de Paz parte da premissa do trabalho em rede, o que pressupõe o envolvimento e a integração de toda a comunidade escolar disposta a dialogar, horizontalmente, com a rede de promoção e defesa dos direitos dos/as estudantes, em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos² (PNEDH) o qual define a Educação em Direitos Humanos como:

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2009, p. 25).

Dessa forma, os princípios da dignidade humana, da democracia participativa na educação e no ensino, da valorização das diversidades, da transformação social, da interdisciplinaridade e da sustentabilidade embasam a 2 Política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa ao exercício da solidariedade e do respeito às diversidades (BRASIL, 2009) . 13 Caderno Orientador - Convivência Escolar e Cultura de Paz Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2013). Esses princípios são essenciais para a disseminação de ações que pautem os Direitos Humanos. Ademais, a Educação em Direitos Humanos deve ser permanente, continuada e global, atenta à mudança cultural, à interdisciplinaridade, com base nos eixos transversais do currículo, deve ocorrer com a colaboração de educadores/as, educandos/as e diferentes agentes da rede de proteção. Deve igualmente abarcar questões concernentes “aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa” (BRASIL, 2009). Assim, as orientações e ações voltadas para a promoção da cidadania e garantia dos Direitos Humanos e Cultura de Paz pautam-se na compreensão das diversas formas de violências, violações de Direitos Humanos e suas ocorrências no campo dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

22.8 Plenarinha

O Projeto Plenarinha teve início no ano de 2013, com o objetivo de fortalecer o protagonismo das crianças na Primeira Infância e torná-las partícipes na elaboração da primeira versão do Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil (2014). A experiência prosperou e, no decorrer dos anos seguintes, os temas foram escolhidos em consonância com o Currículo e com a intenção de participação efetiva das crianças, suscitando o desenvolvimento de novas políticas e a organização do trabalho pedagógico para a Educação Infantil, considerando as crianças e suas relações sociais no centro do processo educativo. “Eu - cidadão, da Plenarinha à Participação”, foi o tema da II Plenarinha, em 2014, e teve como principal objetivo possibilitar às crianças da Educação Infantil o exercício de cidadão ativo, conhecedor de seus direitos e deveres. Em 2015, a III Plenarinha com o tema “Escuta sensível às crianças: uma possibilidade para a (re)construção do Projeto Político Pedagógico” subsidiou o debate em torno da (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar, a partir da escuta sensível às crianças. “A cidade (e o campo) que as crianças querem” foi o tema da IV Plenarinha, em 2016 e teve como proposta a promoção e o favorecimento do diálogo com as crianças sobre os espaços por elas ocupados. Em 2017, a temática da V Plenarinha foi “A criança na natureza: por um crescimento sustentável”. Seu objetivo era aproximar as crianças da natureza e construir uma relação saudável de reciprocidade e compreensão sobre o quanto ela é necessária para a existência humana e para a preservação do nosso planeta. A partir desse ano, as crianças do 1º ano do Ensino Fundamental foram incluídas no projeto. “O Universo do Brincar” foi o tema da VI Plenarinha, no ano de 2018, que destacou a importância do brincar no processo de desenvolvimento das crianças. A edição teve como objetivo vivenciar o brincar, a brincadeira e o brinquedo como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento de forma integral. O tema escolhido para a VII Plenarinha, em 2019, foi “Brincando e Encantando com Histórias”, com foco no universo do brincar e da literatura. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Assim, em 2020, no contexto da pandemia causada pelo coronavírus, com as atividades da Educação Infantil sendo desenvolvidas por meio remoto e com acompanhamento das famílias, foi realizada a VIII Plenarinha, cujo tema foi “Musicalidade das Infâncias: de cá, de lá, de todo lugar”. O objetivo foi despertar a musicalidade das crianças e o desenvolvimento da sensibilidade, do ritmo e consciência corporal, contemplando o segundo campo de experiência “Corpo, Gestos e Movimento”, por meio dos sentidos e movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos, utilizando linguagens como a música e a dança para explorar um amplo repertório de sons, movimentos, gestos, mímicas com o corpo e o uso do espaço. Em 2021, a IX Plenarinha teve o mesmo tema de 2020 - “Musicalidade das Infâncias: de cá, de lá, de todo lugar”. A temática continuou a mesma, pois foi considerado a especificidade do trabalho remoto realizado no ano anterior, em virtude do momento pandêmico. A decisão pela continuidade do tema foi apoiada pela pesquisa realizada junto às unidades escolares no final do ano de 2020. 2022! “Ano Letivo Novo”. Com o tema arte, a X Plenarinha - Criança arteira: faço arte, faço parte, deseja favorecer a percepção e a sensibilidade, bem como a expressividade das crianças por meio das diferentes linguagens artísticas.

22 Referências:

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. O projeto Político-pedagógico nas escolas com ciclos. Fundação Carlos Chagas - Difusão de Ideias. Março/2007

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão Democrática da Educação**. 2005, pág. 03

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9394, de dezembro de 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASÍLIA. **Lei 4.751, de 07 de fevereiro de 2012 (Lei da Gestão Democrática no Distrito Federal)**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). **Pesquisa Distrital por amostra de Domicílios – PDAD 2014**. Acessado pelo site: www.codeplan.df.gov.br

DALBÉRIO, Maria Cecília Borges. **Gestão Democrática e participação na escola pública popular**. Minas Gerais: 2007.

Diretrizes Pedagógicas para a organização escolar do 2º Ciclo para as aprendizagens: BIA e 2º Bloco

FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GADOTTI, Moacir – Educação e Compromisso, 1985, 5ª edição, Campinas, SP, Ed. Papirus.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis 1994: Vozes, 8ª ed.

HOFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva**

construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005, 35ª ed, revista. 104p

INEP. Sistema Nacional da Avaliação Básica – SAEB. Brasília INEP/Ministério da Educação.2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo. Editora Cortês, 1994.

MORAIS, Pauleany Simões. **Participação como forma de ampliação dos espaços democráticos: concepções e perspectivas para a gestão da escola** – UFRN, [201-]

MEC/SEB, **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares** (Cadernos 02, 04, 07, 08 e 09). Brasília: 2006.

MOSCOVICI, S. **Social Influence and social change**, Londres. Academic press, 1976.

ORTEGA, Magdalena (2005), **El Grupo de Discusión. Una Herramienta para la Investigación Cualitativa**, Barcelona, Laertes

Portal de notícias G1. **Pesquisa Mostra aumento da violência no DF**. 31/03/10 - 10h23

-

Atualizado em 31/03/2010-10h23. Disponível pelo site:

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1552076-5598,00-PESQUISA+MOSTRA+AUMENTO+DA+VIOLENCIA+NO+DISTRITO+FEDERAL.html>

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Cecília. **O grupo de discussão e os estudos sociológicos em contextos escolares**. Universidade nova Lisboa, junho de 2008.

SAVIANI, Dermeval (2010). **História das ideias pedagógicas no Brasil**, 3ª ed. Campinas, Autores Associados.

SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Pressupostos teóricos. 2014

_____. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2005, 9ª ed. Revista. 152p.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª edição Papirus, 2002.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins. Fontes, 1998.

ANEXOS

Formação - Projeto caixa Matemática



Projeto “Treinando Minhas Habilidades para um Novo Tempo”.



Formação Adequação Curricular



Projeto “Treinando minhas Habilidades para um novo tempo”



Projeto "Super Leitor".



**PROJETO DE LEITURA
SUPER LEITOR**

Hoje tivemos a abertura do nosso
**Projeto de
Leitura Super Leitor.** Para esse
momento especial teve contação da
história "**Deu rato na biblioteca**"
com a professora Andréia Silva.



Equipe Gestora EC 121

Palestra “Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”



Projeto “Trabalhando com os Pais o uso de emoções”

